



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Elisa Maria dos Anjos

A Cidade dos Meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ

Duque de Caxias

2012

Elisa Maria dos Anjos

A Cidade dos Meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ

-Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha

Duque de Caxias

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

A 599

Anjos, Elisa Maria dos.

A Cidade dos Meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ / Elisa Maria dos Anjos. - 2012.
144 f.

Orientadora: Neiva Viera da Cunha.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Educação e Estado – Teses. 2. Política e educação. I. Cunha, Neiva Viera da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37.014

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Elisa Maria dos Anjos

A Cidade dos Meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Aprovada em 5 de março de 2012.

Orientadora: Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Silvia Pimenta Veloso Augusto Rocha
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a Dra. Marize Bastos da Cunha
Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a três pessoas: minha mãe por tudo que ela representa na minha vida, minha avó materna por ser a minha fonte inicial de inspiração e, ao meu melhor amigo. Àquele que me ajudou a adentrar no mundo das possibilidades, me apoiando e criticando quando necessário. Sob seu calor fez emergir o que sou. Com a sua presença faz tudo ficar melhor.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de estudos que ajudou a viabilizar o presente trabalho.

À minha orientadora, que se mostrou um suporte intelectual inestimável.

Aos professores do mestrado com suas contribuições relevantes.

À Tamara que, mais que filha é uma grande amiga.

À Luis, José e Francisco, que entraram no mundo do trabalho tão precocemente.

Aos meus filhos Rafael e Gabriel.

Especialmente a Zeni, Ronaldo e Marilene.

RESUMO

ANJOS, Elisa Maria dos. *A Cidade dos Meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ*. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns dos ideários sócio moralizantes que foram repercutidos na construção do pensamento social brasileiro, através das políticas pró-educação implementadas na década de 1940. O processo histórico que culminou com a edificação da Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias no Rio Janeiro, surge, portanto, como um *locus* privilegiado para a investigação deste modelo educacional. Nesse contexto, as reflexões da intelectualidade à época, eram revestidas de uma expectativa moralizadora: "salvação pelo trabalho". Desta forma, surgiram espaços escolares que funcionavam em regime de internato e semi-internato, como a Cidade dos Meninos. Tratava-se de uma instituição destinada para essas populações "desvalidas", que seriam alvo de uma política educacional direcionada para a oferta do ensino "das letras" e do ensino profissionalizante de caráter elementar. Contudo, em 1950, ao ter uma fábrica de pesticidas instalada em seu interior, e com o posterior abandono desta, em virtude da mesma ter se tornado inviável economicamente em 1960, esse espaço foi alvo de uma contaminação ambiental e humana. Somente cerca de 30 anos depois, a referida contaminação foi trazida a público a partir de denúncias jornalísticas. A principal consequência foi o fechamento das escolas e a interrupção dos projetos de assistência social prejudicando muitos dos assistidos e antigos funcionários que assentaram residência na localidade, fazendo com que o problema social e de saúde pública se desdobrasse também numa questão fundiária. Todo esse movimento parece ter levado os atores sociais envolvidos no processo à uma elaboração pragmática sobre o papel da educação, do Estado, da pesquisa científica e do tipo de política que se destina a populações em situação de "periculosidade". A análise das memórias e das "trajetórias exemplares" de alguns moradores contribuíram para a compreensão da relação entre as políticas sociais e a perspectiva dos assistidos. Esse fato denota a possibilidade, na atualidade, de que os pressupostos que idealizaram tais políticas "sócio moralizantes" ainda apresentem vestígios no discurso e na ação tanto das autoridades, quanto dos próprios pesquisadores, desqualificando seus interlocutores e obscurecendo a solução do problema no referido local.

Palavras-chave: Cidade dos Meninos. política educacional. contaminação. memória. periculosidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze some of the ideologies "social moralizing" that were passed in the construction of the Brazilian social thought, through the pro-education policies implemented in the 1940s. The historical process which culminated in the construction of Cidade dos Meninos, in Duque de Caxias in Rio Janeiro, appears therefore as a locus for privilege research of this educational model. In this context, the reflections of intellectuals at the time, were coated with a moralizing forward: "salvation through work." Thus, there were school spaces that worked in a boarding and semi-boarding school, as Cidade dos Meninos. It was an institution designed for these populations "helpless", which would be the target of an educational policy directed towards the provision of education "letters" of vocational education and elementary character. However, in 1950, having a pesticide factory installed inside, and the subsequent abandonment of this, because the same have become uneconomical in 1960, this space was a target of environmental and human contamination. Only about 30 years later, this contamination was brought to the public from news reports. The main consequence was the closure of schools and disruption of social assistance projects assisted and damaging many of the former employees who became resident in the locality, making the social problem and public health to unfold also a land issue. All this movement seems to have led the social actors involved in the process of drafting a practical understanding of the role of education, the state of scientific research and the type of policy aimed at people in a situation of "dangerousness." The analysis of memories and "outstanding examples" of some residents contributed to the understanding of the relationship between social policies and the prospects of those assisted. This fact indicates the possibility, at present, that the idealized assumptions that "such policies" "social moralizing" still showing traces in both speech and action of the authorities, as the researchers themselves, disqualifying her audience and obscuring the solution of the problem in said site.

Keywords: Cidade dos Meninos. educational policy. contamination. memory. dangerousness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do livro Cidade das Meninas.....	38
Figura 2 - As atividades de aprendizagem na Cidade dos Meninos.....	62
Figura 3 - Instituto de Malariologia.....	65
Figura 4 - Vila Malaria.....	67
Figura 5 - Fabrica de Pesticidas.....	68
Figura 6 - Portaria da Entrada da Cidade dos Meninos.....	75
Figura 7 - Gado local pastando sob a placa de perigo de contaminação.....	76
Figura 8 - Organograma dos Institutos envolvidos na pesquisa.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Aliança Integralista Brasileira
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AMACM	Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
DDT	Dicloro- difenil- tricloroetano
FACR	Fundação Abrigo do Cristo Redentor
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HCH	Hexaclorociclohexano
IDB	Instituto Dom Bosco
IPGV	Instituto Profissional Getúlio Vargas
MPAS	Ministério de Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
PMDC	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	OS CONTEXTOS QUE FUNDAMENTAM AS MENTALIDADES	19
1.1	O Contexto Histórico	19
1.2	O Contexto Social	23
1.3	O contexto intelectual	28
1.4	O contexto político	33
1.4.1	<u>O Ideário que inspirou a obra</u>	36
2	A CIDADE DOS MENINOS	43
2.1	A Baixada Fluminense: processo de ocupação	44
2.2	Da Fazenda Iguaçu à Cidade dos Meninos	48
2.3	Da Cidade das Meninas à Cidade dos Meninos	51
2.3.1	<u>Levy Miranda: a liderança carismática</u>	53
2.4	Os educandários	58
2.5	O Instituto de Malariologia e a Fábrica de Pesticidas	65
2.6	Fim da Cidade dos Meninos e "início" da Fundação	69
3	A ATUALIDADE	74
3.1	Os conflitos	77
3.2	Os atores e suas narrativas	86
3.3	Paradigmas indiciários	90
4	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	100
	ANEXO A - Legislação	107
	ANEXO B - Fotos	120
	ANEXO C - Reportagens	138

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo trazer uma contribuição aos estudos sobre o pensamento social no Brasil a partir da análise de um modelo empírico de política pública na área da educação e saúde, implementado na Cidade dos Meninos, no estado do Rio de Janeiro, no município de Duque de Caxias a partir da década de 1930.

Entretanto, torna-se importante, inicialmente, reconstituir os caminhos que me conduziram até esse momento da defesa desta Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2009 eu estava cursando o último período da graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Concomitantemente ao último período da graduação, também dei início ao curso de Licenciatura. Essa habilitação exige que seja também realizado um estágio prático em docência.

Assim iniciei o estágio na Unidade 2 do Colégio Pedro II, localizado no bairro de São Cristóvão¹. O principal elemento diferencial que tornou essa experiência do estágio no Pedro II algo inusitado, além do que eu esperava, foi o contato com o público alvo dessa unidade.

A unidade 2 do Pedro II de São Cristóvão era dedicada aos alunos do ensino fundamental. Assim, eu iria estagiar na disciplina Sociologia, junto às turmas do sexto, sétimo e nono anos do ensino Fundamental, com alunos dos 10 aos 14 anos e não com os alunos do ensino médio, com faixa etária entre 14 e 18 anos.

Essa proposta de organização curricular revela a postura historicamente construída, do Colégio Pedro II que, parece buscar mecanismos que possibilitem ao seu corpo discente o exercício de se habituarem a refletir sobre a sociedade que os cerca e que cada vez mais cedo os incita à participação nas diversas instâncias da vida social².

A partir deste exemplo, podemos supor que este tipo de procedimento possa ser compreendido como parte de uma série de dispositivos institucionais que ensejam a busca por uma abordagem qualitativa de ensino.

¹ Cabe aqui a informação, de que a referida instituição federal de ensino básico, nesse ano de 2009, era formada por um complexo educacional composto por 13 unidades de ensino, distribuídas da seguinte forma: três unidades no Bairro de São Cristóvão, uma unidade no Centro do Rio de Janeiro, duas unidades no bairro do Humaitá na zona sul do Rio de Janeiro, uma unidade em Niterói, na zona metropolitana do Rio, duas unidades em Realengo, na zona Oeste, mais duas unidades na Tijuca, e duas no Engenho Novo, ambas na zona Norte. Atualmente, a este número se acrescenta mais uma unidade dessa instituição, localizada na Baixada Fluminense em Duque de Caxias.

² Ver a esse respeito os estudos de pesquisadores do campo da Sociologia da Infância.

A dificuldade de acesso a uma educação de melhor qualidade, refletida através de uma proposta pedagógica que antecipe o leque de possibilidades aos alunos é, em muitas situações, comumente percebida por famílias de origem mais modesta, como uma situação “naturalizada”, principalmente porque nesses grupos o aprendizado tem como objetivo direto uma qualificação para o trabalho e não exercícios de reflexão sobre a vida e a sociedade em geral.

Mesmo lidando com um número sugestivo de exceções, podemos considerar certo sentimento social entre as camadas menos favorecidas de nossa sociedade, que compartilham esse pressuposto de uma educação que atenda a uma lógica mais pragmática.

Meu grupo familiar também possui uma origem bastante simples. Eu, inclusive, sou a primeira da família a me habilitar para uma pós-graduação *stricto sensu*. Minha experiência pessoal com o ensino – excetuando-se, evidentemente, a graduação na UFRJ, e, agora o mestrado pela FEBF/UERJ – nunca havia sido através de instituições de excelência.

Portanto, quando comecei a estudar as disciplinas que tratavam das diversas reformas de ensino ocorridas no Brasil, no âmbito do mencionado curso de Licenciatura – e já possuindo, *a priori*, uma reflexão sobre o pensamento social brasileiro, fornecida pelos estudos na graduação, a minha própria trajetória de vida e a experiência de estágio no Colégio Pedro II – pude observar *in loco* a dimensão dos processos de socialização com orientações pedagógicas distintas.

De acordo com o campo empírico do mencionado estágio, este tipo de investimento na qualidade do ensino, parece fazer diferença nas percepções do educando, seja na sua forma de se relacionar com a escola e com os professores, seja com relação aos saberes, seja com as normas e regras, ou mesmo, com a sociedade, de uma forma geral.

Ao longo das aulas do curso de licenciatura na Faculdade de Educação da UFRJ, estávamos estudando sobre as diversas reformas implementadas por Francisco Campos³, Gustavo Capanema⁴, o Movimento dos Pioneiros da Educação⁵ e o impacto que cada um desses personagens e eventos teve na história do Brasil e na educação brasileira.

³ Francisco Luis da Silva Campos nasceu em MG em 1891. Formou-se em Direito e na Era Vargas foi o primeiro Ministro da pasta da Educação e Saúde. Ele promoveu a reforma do ensino secundário e universitário do país.

⁴ Gustavo Capanema Filho nasceu em MG em 1900. Advogado tornou-se parlamentar pelo seu estado de origem. Tornou-se Secretário do Interior e Justiça por seu estado durante a gestão de Olegário Maciel que era seu primo. Foi nomeado para o Ministério de Educação e Saúde de 1934 e nele permaneceu até 1945.

⁵ O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” foi um movimento em que parte da elite intelectual brasileira se propunha a intervir na organização da sociedade a partir dos pressupostos da educação. O texto do manifesto foi assinado por 26 intelectuais entre os quais se encontram Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Roquete Pinto, Fernando e Azevedo entre outros. Eles propunham que o Estado organizasse um plano geral de educação com a oferta de uma escola pública, laica, única, gratuita e obrigatória

Esse assunto, por demais interessante, me absorvia totalmente nas aulas, especialmente, por me dar conta de que as interações simbólicas, tanto das pessoas com as quais eu interagi cotidianamente na minha infância – através das figuras de pai, mãe e tios – e, evidentemente, a minha própria geração foram diretamente influenciadas pelas decisões políticas tomadas pelos atores sociais dessa época, que agora eram o alvo dos nossos estudos.

Eu comecei a refletir sobre o fato de meus irmãos, por volta dos quatorze anos começarem a trabalhar e também sobre uma frase que minha avó, de quem herdei o nome, repetir orgulhosamente: “trabalhei por 40 anos na fábrica de cigarros Souza Cruz e jamais tirei férias”. Até esse momento essa frase sempre tinha me parecido muito “natural” e só então comecei a me dar conta que “há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 17).

Em maio de 2009 ao saber que a professora Neiva Vieira da Cunha estava coordenando um projeto de pesquisa intitulado “Sentimentos sociais e novos conflitos no espaço público da Baixada Fluminense/RJ” que estava sendo desenvolvido na Cidade dos Meninos, um dos lugares em que foi implementada a proposta da educação profissionalizante elaborada no período da gestão de Gustavo Capanema na direção do Ministério da Educação e Saúde, no primeiro governo Vargas.

Nesse aspecto, acreditei ver se desdobrar diante de meus olhos o “padrão de serendiptidade”⁶ que Robert Merton⁷ tão apropriadamente aponta em suas discussões uma vez que, essa referida pesquisa acontecia dentro de um espaço que havia sido utilizado para colocar em prática justamente o fenômeno que eu desejava investigar em seus desdobramentos sociais.

A proposta deste trabalho é tentar entender a lógica pela qual interagem os atores sociais nesse ambiente.

Para essa tarefa torna-se necessário uma reconstituição do processo de formação da Cidade dos Meninos em sua dupla dimensão – educação e assistência – e assim, tentar entender através de uma “etnografia retrospectiva”⁸ quais são os ideários que criaram a relação afetiva desses atores sociais com esse espaço.

A etnografia nos permite perceber elementos que, dentro de uma estrutura rígida de pesquisa, muitas vezes passam despercebidos. Nesse caso em particular, esta etnografia se

⁶ Padrão de serendiptidade “[...] Fatos inesperados que pela sua importância e significado estratégico são capazes de reorientar o sentido da investigação [...]” (COSTA, 1985).

⁷ Robert King Merton é um sociólogo nascido nos EUA em 1910. Sua produção intelectual abrange reflexões sobre burocracia, da sociologia da ciência e da comunicação de massa. Cunhou o conceito de “grupo de referência” e a expressão “profecia auto-realizável”.

⁸ Ver a esse respeito CLIFORD apud CUNHA (2005, p. 50).

caracteriza como “retrospectiva” por se ancorar justamente na fronteira entre o que é possível de ser lembrado e o que pode ter sido esquecido nas narrativas dos atores presentes na Cidade dos Meninos.

A proposta almejada com este trabalho versa também sobre a investigação, a partir de uma perspectiva sociológica, com relação às diferentes abordagens pedagógicas, e como elas criaram processos de socialização que repercutiram em um padrão normativo que se refletiu em algumas das atitudes, comportamentos, crenças, reflexões e opiniões das pessoas.

A intenção era articular a formação da cientista social com esses elementos que ansiava estudar no campo da historiografia da educação, mas, a partir de uma perspectiva que incluísse a pesquisa etnográfica. Nesse sentido, buscava atuar dentro dos pressupostos discutidos por Peter Berger, por exemplo, ao afirmar que: “de maneira geral o sociólogo atua em setores de experiência com que tanto ele quanto a maior parte de sua sociedade estão familiarizadas” (BERGER, 1986, p. 30-31).

Assim sendo, nessa pesquisa, a proposta era a utilização de recursos com os quais me encontrava imersa, seja na minha vivência pessoal, através da minha trajetória de vida, seja pela prática de trabalho na área da saúde, pois esses aspectos me permitiriam uma compreensão do campo pelos imbricamentos desses elementos.

Particularmente, o que mais me chamava a atenção era a opção pelo modelo de instituição de caráter educacional que foi criada naquele período, que era exatamente o oposto do que eu experienciava durante o estágio no Colégio Pedro II e, as conseqüências e permanências com que essas “aparentes contradições” marcaram o ideário social até os dias atuais.

Minha trajetória contribuiu para uma percepção sensível com relação às questões de uma lógica internalizada de escola profissionalizante para filho de pobre e escola de “pensamento” para filho de rico.

Dessa forma, a Cidade dos Meninos se apresentava, como um *locus* de excelência rico e interessante para a análise dessas diferentes abordagens pedagógicas e, a naturalização, ou não, desses reflexos na construção do pensamento social brasileiro tais como o porquê do trabalho, para o pobre, ser considerado uma questão de honra, ou o porquê da carteira de Trabalho ser um documento tão valorizado nas classes menos abastadas.

Tendo logrado êxito no processo seletivo da FEBF/UERJ, tento resumir, neste pequeno preâmbulo minha trajetória até o texto final dessa dissertação.

A organização do conteúdo deste trabalho se fará em três partes: na primeira delas, a proposta é discutir os contextos, histórico, social, intelectual e político, nos quais se

constituem estabelecimentos como a Cidade dos Meninos. Nesse sentido, investigar os ideários por trás de cada ação e o *repertório*⁹ que orienta essas ações.

Nesse contexto a palavra ideário que será muito utilizada nesse trabalho, tem como referência o conceito de ideologia desenvolvido por Marilena Chauí: “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (CHAUÍ, 1997, p. 78).

Também é importante destacar as influências marcantes no campo da política e os atores sociais que desempenharam um papel preponderante nesse processo.

O marco temporal desse primeiro capítulo versa sobre as influências que o final do século XIX impôs no pensamento social brasileiro até as três primeiras décadas do século XX.

Na segunda parte, a intenção é discutir os aspectos que versam sobre a construção da Cidade dos Meninos e, para tanto, torna-se necessário fazer um pequeno retrospecto sobre o processo de ocupação da Baixada Fluminense, local onde a Cidade dos Meninos foi instalada, por entender que estas especificidades que envolvem este modelo de ocupação territorial têm implicações diretas nas razões para a instalação tanto do Instituto de Malariologia, quanto da fábrica de pesticidas no interior desse complexo educacional. Tal instituição se propunha atuar a partir de duas esferas dinâmicas e distintas: a educação escolar e a esfera da assistência social ao menor pobre.

O problema da contaminação ambiental e humana, assim como, a questão fundiária que surge nesse contexto, subjaz a todo o processo de criação da Cidade dos Meninos e lhe fornece uma configuração própria: a sua ocupação, manutenção e a concessão da legitimidade de permanência ou não nesse espaço – salientando-se que esses aspectos, referem-se tanto ao passado quanto à atualidade.

Na terceira parte, a intenção é discutir as conseqüências de todo esse processo através dos diversos atores sociais que emergiram em meio aos inúmeros conflitos deflagrados, tais como: a posse da área, a captação de recursos, o destino de materiais, espaços, propriedades e pessoas.

Cabe lembrar que, apesar da Cidade dos Meninos nascer como uma instituição voltada para abrigar pessoas “desvalidas”, ela também contava com um contingente de funcionários que residiam em seu interior. Com a sua desativação, o destino de vários de seus ocupantes – seja na condição de agregado, seja na condição de funcionário – estava e está até hoje sem

⁹ Repertórios são compostos não só pela forma de pensar, como também pela forma de agir dos personagens, a partir dos quais estes formam as ações coletivas. Essas formas de pensar são concepções produzidas para responder aos problemas atuais seja através de diálogos intelectuais com as idéias européias – entendendo ou não como importação de idéias – mas uma resignificação destas a partir dos problemas nacionais (ALONSO apud SANTOS, 2008, p. 38).

uma solução definida. Tal resultado é resumido na fala de um dos moradores: “fomos abandonados à própria sorte”.

Esses atores sociais, que emergiram ao longo do processo de ocupação desse espaço têm buscado uma resignificação não apenas para as questões que dizem respeito às condições materiais do seu entorno, mas, sobretudo, de si mesmos, nos desdobramentos que se seguiram.

Cumprido destacar também que a etnografia retrospectiva¹⁰ é uma técnica de pesquisa que me foi sugerida pela professora Neiva e que é muito eficiente em casos de pesquisa onde o trabalho etnográfico versa sobre um tempo que não se circunscreve ao atual. O ponto central da narrativa diz respeito a um tempo passado mais longo. Nesse caso, trabalha-se com a idéia de narrativas e memórias e, a partir delas, implementa-se a escolha de trajetórias consideradas exemplares para referenciar o relato que se deseja analisar.

A investigação pretende, a partir, de uma perspectiva sócio-antropológica entender como as diferentes abordagens pedagógicas criam processos de socialização que repercutem em um padrão normativo que se reflete nas atitudes atuais desses moradores.

Apesar de me utilizar do acervo que a historiografia tem a capacidade de fornecer, a perspectiva e problematização são orientadas pela ótica antropológica através da observação participante e da coleta de informações no campo, com os atores sociais remanescentes que, de alguma forma, foram e são, ainda hoje, impactados com as decisões políticas tomadas durante esse período de idealização, elaboração, institucionalização e gerenciamento desse referido complexo educacional de assistência ao menor “desvalido”.

A partir das incursões “ao campo” algumas questões me ocorreram e orientaram esta pesquisa: 1) Porque os moradores da Cidade dos Meninos acreditam que a política educacional que foi aplicada nesse espaço era excelente? 2) Porque os moradores não querem sair desse lugar? 3) Porque os trabalhos acadêmicos sobre a Cidade dos Meninos não discutem o processo de ocupação em seu interior? 4) Porque colocar uma fábrica de pesticidas dentro de um espaço escolar?

Nessa pesquisa, entre outras possibilidades optei por evidenciar a versão da narrativa de alguns atores.

Cabe ressaltar, que um dos objetivos deste trabalho se refere à tentativa de “fugir” dos esquemas explicativos que, acabam por condicionar o pensamento social brasileiro que, em muitas ocasiões, opera através de dicotomias que não conseguem perceber, capturar ou

¹⁰ Ver a esse respeito CUNHA, Neiva Vieira da. “Viagem, experiência e memória” onde a autora discute amplamente esse assunto.

explicar as nuances absolutamente relevantes para compreensão dos fenômenos sociais, que operam para além desta lógica.

Nas discussões acadêmicas, de uma forma quase que geral, tendemos a valorizar um determinado ponto de vista na maioria das vezes, em detrimento absoluto de outro. Nesse trabalho, a proposta se dá pela tentativa de analisar causas e efeitos e, dentre esses, as diversas nuances que se apresentarem à observação. Acreditamos convictamente que os desdobramentos sociais não podem ser esquematizados em dicotomias simplistas, que corroboram paradigmas¹¹ interpretativos (SILVA, 1985), tendo em vista a característica multifacetária da sociedade.

O hábito da utilização de reflexões de caráter dual foi, inclusive, amplamente instrumentalizado durante as três primeiras décadas do século XX para justificar as tomadas de decisões, a interferência na esfera privada e mesmo, a implementação de certa gradação e hierarquização da cidadania estabelecida.

Finalmente, cabe destacar a especificidade em que o trabalho de campo foi realizado.

Os moradores da Cidade dos Meninos possuem uma memória que é socialmente compartilhada e influenciada pela atitude que as autoridades estabeleceram, ao longo do tempo, com relação às demandas desses habitantes dentro deste específico espaço. Portanto, a partir das relações que vão sendo estabelecidas ao longo do tempo, representações sociais sobre o lugar e seus moradores vão sendo “cristalizadas”, constituindo uma memória. Mas, trata-se de uma memória ainda parcial, pois deveríamos entender

[...] memória social como um processo do qual as representações são apenas uma parte: aquela que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade. [...] ela se exerce também em uma esfera irrepresentável: modos de sentir, modos de querer, pequenos gestos, práticas de si, ações políticas inovadoras (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.24).

Neste sentido, foi possível perceber, de uma forma geral, a partir da fala de alguns atores, que esses moradores têm como referencial de postura comum, tanto no que diz respeito ao poder público, quanto à comunidade científica, a memória de um descaso com relação à sua saúde, direitos, necessidades e dignidade¹². Em certa medida, estas lembranças se refletem na atitude evasiva que alguns moradores estabelecem com as pesquisas e os pesquisadores. Essa expectativa manifestou seus efeitos durante a minha investigação de campo. Por conta disso, alguns ajustes e adaptações na metodologia foram necessários. Alguns dos recursos comumente utilizados em abordagens dessa natureza não puderam ser

¹¹ “[...] o paradigma limita a gama de problemas propostos e a forma pela qual devem ser abordadas as questões consideradas relevantes” (SILVA ; RIBEIRO, 1985, p. 322).

¹² E sobre as quais vou me alongar no desenvolvimento do trabalho.

explicitados. O questionário, o gravador, a entrevista dirigida, etc., tiveram que dar lugar a processos de interação mais flexíveis que, entretanto, se mostraram muito eficazes.

Essa situação foi determinante para que a metodologia de pesquisa implementado ocorresse com entrevistas baseadas em conversas informais e sem a utilização de questionários ou gravadores. Deixando que as pessoas falassem com muita liberdade sobre seus problemas, lembranças e impressões do passado foi possível contextualizar a investigação dentro de parâmetros de acesso menos traumáticos para os meus interlocutores.

Foram selecionados cinco entrevistados, com os quais foram realizadas quatro entrevistas gravadas e uma sem gravar. Quatro desses interlocutores foram considerados “trajetórias exemplares”¹³ dentro da proposta da pesquisa.

Alguns desses moradores, aos quais faço referência acima, foram escolhidos porque mobilizaram esforços e recursos para criar uma associação de moradores, cujo objetivo direto foi o de mover uma ação coletiva para reivindicar o direito de continuar residindo dentro da Cidade dos Meninos.

Esse movimento foi constituído a partir do exercício de uma identidade conjunta: a de morador da Cidade dos Meninos. Portanto, neste aspecto, essa associação, para alguns desses moradores, poderia ser considerada, dentro da perspectiva proposta por Pierre Nora, como um “lugar de memória¹⁴”, tendo em vista os esforços despendidos por esses atores sociais, no sentido de produzir visibilidade sobre a história da Cidade dos Meninos e seus problemas.

Entretanto, podemos inferir, neste caso, que a definição de “agentes de memória”¹⁵ conforme a discussão que Elizabeth Jelin aponta, parece bastante pertinente, pois esses atores, ao erigirem essa associação, o fizeram não apenas com o intuito de preservar uma memória. Sob o ponto de vista dos mesmos, ela poderia estar se diluindo no tempo e no esquecimento. Os moradores pretenderam também, através deste movimento coletivo, se

¹³ Ver a esse respeito Cunha, 2005, considero esse grupo um “objeto privilegiado de estudo” do ponto de vista da memória social.

¹⁴ Segundo Pierre Nora os “lugares de memória” são constructos no sentido de preservar resíduos da lembrança onde ela ou não mais existe como memória ou onde exista apenas na forma residual. Para saber mais ver: “Entre a memória e história: a problemática dos lugares” de Pierre Nora.

¹⁵ De acordo com Jelin (2002, p. 48): “En un libro ya clásico da sociología norteamericana, Howard Becker prone una perspectiva que en su momento revoluciono la manera de pensar el tema de la desviación social, y que, a mi entender, ofrece algunos puntos para pensar analógicamente los campos de disputa sobre memorias y los actores que intervienen en ellos (BECKER, 1971). Becker sostiene que en el proceso de generar y “enmarcar” ciertas conductas como desviadas, alguien debe llamar a atención del público hacia estos asuntos, proveer el impulso necesario para que las cosas se hagan, y dirigir estas energias, a medida em que van surgiendo, en la dirección adecuada para que se cree una regia... (BECKER, 1971, p.151). Llama a ese grupo “moral entrepreneurs” empresários o emprendedores morales, agentes sociales que – mui a menudo sobre la base de sentimientos humanitarios – movilizan sus energias en función de una causa. Tomo emprestada essa noção de moral entrepreneur para aplicaria al campo de las luchas por las memorias, donde quienes se empresan e intentan definir el campo pueden ser vistos, a menudo, como “empreendedores de la memoria”.

organizar enquanto sujeitos sociais a ponto de interferir politicamente em seus próprios destinos, dentro deste espaço e destas próprias memórias.

[...] não existem memórias fora de um contexto afetivo [...] De todas as experiências que nós vivemos no aqui e no agora, selecionamos, como impressões ou lembranças, aquelas que nos afetam em um campo de relações [...] o que nos afeta é o que rompe com a mesmidade em que vivemos [...] Se a memória é um processo, o que o deflagra são relações e afetos [...] são jogos de forças (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.25).

Em certa medida toda memória social tem uma dimensão de “negociação”, porque pode ser esquecida, manipulada, etc. Articular essa memória com processos de mobilização, significa uma ação política: “Memória social é sempre uma dimensão política” (MORAES, 2005, p. 92).

1 OS CONTEXTOS QUE FUNDAMENTAM AS MENTALIDADES

A pena é mais forte que a espada

Voltaire

Ainda que os governos, as leis e a ordem por eles impostas mudem, a “palavra” imprime no ideário social normas de conduta que perduram e, muitas vezes, ganham contornos de “naturalidade” que nos escapam na vivência cotidiana. Costumamos, nessas ocasiões, afirmar que “temos uma cultura disso ou daquilo”, ou ainda, “faz parte da natureza do brasileiro uma cultura desse tipo”, ou mesmo, “Isso é natural nessa cultura”.

Esses naturalismos são, de fato, construções teóricas elaboradas e, muitas vezes, datadas.

Mister se faz, portanto, de quando em quando, estabelecermos uma “etnografia retrospectiva” de nossa própria sociedade e costumes para avaliarmos nossas práticas cotidianas.

1.1 O contexto histórico

Apesar da proposta deste trabalho versar a respeito da discussão de ideários colocados em prática na década de 1930, configura-se como fundamental para este intento, uma reflexão sobre os desdobramentos que levaram a sociedade brasileira a um conjunto de transformações que notabilizaram, a posteriori essa referida década da historiografia brasileira.

É importante destacar que foi, principalmente, a partir do final do século XIX até, particularmente, as três primeiras décadas do século XX, que a intelectualidade brasileira estava empenhada em buscar “saídas” do dilema nacional imposto pelos “determinismos biológicos”¹⁶, ou seja, que as características de ordem genéticas ou biológicas “determinavam” as possibilidades que cada agrupamento humano poderia alcançar em termos de desenvolvimento.

¹⁶ Para muitos teóricos do final do século XIX a mistura das raças personificava a degeneração social. Segundo Gobineau as raças miscigenadas eram instáveis, desequilibradas e decaídas. Nesse aspecto, podemos perceber o grande dilema nacional em função do fato de o Brasil ser reconhecido, pela maioria dos intelectuais nacionais e estrangeiros como um país de mestiços. Ver a esse respeito SCHWARTZ, Lilia Moritz em “o espetáculo das raças”

Era uma “crença”, mais ou menos generalizada na comunidade científica internacional, que somente as populações “brancas” poderiam se dedicar a tarefas de caráter mais sofisticado ou científico¹⁷.

Entretanto, a maioria dos intelectuais acreditava que, apesar de não poderem alcançar o patamar de “evolução” dos povos europeus, as raças “puras” não possuíam, intrinsecamente, um caráter negativo. Contudo, a discussão sobre a mistura das raças era considerada com muito cuidado por se entender que este era o maior dano que se poderia impor ao destino de um país.

No caso brasileiro, esses “determinismo biológicos” eram particularmente sentidos pelos nossos intelectuais, especialmente no que dizia respeito à mistura das raças no nosso país. Isso acontecia pelo fato de se tratar de uma constatação quase unânime na comunidade científica da época, desse pressuposto miscigenado como característica da formação social brasileira.

Esse fato em particular ajudou a estimular uma série de debates, propostas e programas de caráter político, social, cultural e educacional na sociedade brasileira.

Assim, tal assertiva, nos impunha a “herança”¹⁸ enquanto povo, de todo o “ônus negativo”, que essas teorias científicas discutiam e, grande parte delas, ratificavam.

Também cabe destacar o empenho de uma parcela dos intelectuais brasileiros ao estabelecer uma mudança do próprio “paradigma intelectual”¹⁹ onde a imagem desse intelectual que produzia “apenas o discurso” estava sendo desvalorizada em função da formação de um corpo de intelectuais objetivos e técnicos.

Nesse sentido, podemos perceber que começa a predominar no período uma nova visão mais pragmática, do conhecimento voltado para a prática, para um saber que somente era considerado válido se condicionado a uma aplicação imediata. Era o período de controle dos técnicos²⁰. Esse novo paradigma da intelectualidade brasileira já incorporava a concepção da instrução a serviço da transformação social e não apenas a erudição por si só.

Essa nova geração de intelectuais acreditava estar imbuída da missão de substituir a geração anterior na direção e no destino da nação. Esse caráter “missionário” dessa nova intelectualidade é percebido nas palavras de Afrânio Peixoto:

¹⁷ Ver a esse respeito os estudos de Gustave Le Bon, Gobineau, Nina Rodrigues entre outros autores que discutem os determinismos biológicos.

¹⁸ Autores como Paulo Prado e Gilberto Freyre, por exemplo, produziram estudos antagônicos a este respeito.

¹⁹ A esse respeito ver Schwartzman em “Tempos de Capanema”, onde este autor faz referência ao anseio da jovem intelectualidade em substituir os antigos representantes da elite brasileira.

²⁰ A esse respeito ver Herschmann em “Entre a insalubridade e a ignorância: a construção do campo médico e o ideário moderno no Brasil. In: Missionários do progresso. Rio de Janeiro: Editora Diadorim, 1996, p. 64 - onde o autor aponta a discussão sobre cidadania no Brasil nas décadas de 20 e 30.

O que nos cumpre é preparar hoje, o Brasil de amanhã. Educar o brasileiro [...] para que não seja um discursador vazio, poeta e escrivinhador visionário, parasita das classes improdutivas que vivem do orçamento e tornam difícil a vida dos que trabalham. (PEIXOTO apud HERSCMANN; KROPF; NUNES, 1996, p. 11)

Esse fragmento de texto demonstra a motivação dos intelectuais não apenas no que tange à transformação do brasileiro via projeto pedagógico, mas, também, incluía como objetivo, a modificação das estruturas de comando da nação e o ensejo de uma nova ótica que passaria a orientar os ideais, baseando-se no conhecimento técnico, na prática imediata e, especialmente – no que diz respeito à população pobre – no exercício da redenção pelo trabalho.

Especialmente as duas primeiras décadas do século passado foram férteis em projetos que, em sua maioria, diagnosticavam a falta de saúde e educação como o maior empecilho na caminhada pelo almejado progresso do Brasil (CUNHA, 2005; HERSCHSMANN, 1996).

Essa tecnocracia se estabeleceu a partir do pressuposto de que “uma sociedade ordenada e progressista deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico” (CHAUI, 1997, p.28-29) e junto com ela a concepção de um Estado forte com políticas de caráter intervencionista permeava a maioria dos discursos e a perspectiva da construção do pensamento sócio-político brasileiro.

Nesse aspecto, “direita e esquerda tinham em comum o mito do Estado forte e o culto à personalidade, ambos tido como fatores fundamentais na formação da coesão social e da unidade nacional” (D’ARAÚJO, 2000, p. 7). Particularmente no tocante à possibilidade de construção do social a partir de políticas educacionais colocadas em prática dentro desse ideário (HERSCHSMANN, 1996).

Não é exagero afirmar que na década de 1930, no Brasil, as duas mais preeminentes questões da nossa intelectualidade, eram: **1)** a “descoberta” do Brasil, que seria viabilizada pelos diversos estudos propiciados pelas “viagens”²¹, onde os intelectuais iam aos “sertões”, local que permitira a percepção da “essência” do brasileiro, apontada por Euclides da Cunha²²; **2)** a própria raiz dos problemas que deveriam ser sanados para a construção de um “nacionalismo”, que seria o sentimento integrador e nivelador das “diferenças” entre as diversas camadas sociais existentes no Brasil (COSTA, 2005).

²¹ A esse respeito da discussão da categoria “viagem” e ideários sociais, ver livro “Viagem, experiência e memória: narrativas dos profissionais da Saúde Pública dos anos 30 de Neiva Vieira da Cunha, onde a autora discute as reflexões desses profissionais e o impacto de suas ações no cenário sócio-cultural brasileiro desse período.

²² A esse respeito ver Euclides da Cunha, em seu livro “Os Sertões”.

Dentro dessa perspectiva, o papel que cabia à educação foi entendido, por uma parte significativa dos atores sociais envolvidos no contexto, como uma espécie de “fórmula mágica” (CÂMARA, 2010, p. 127), para resolver os desvios considerando-os como os vícios e degenerações e, encaminhá-los mediante a “técnica” adequada ao caminho do “progresso”.

Cabe salientar que, a definição “degenerações”, era compreendida em um leque bastante amplo de concepções, que variavam a partir uma deformação fisiológica – como a paralisia de algum membro do corpo, por exemplo – até a questão da aparência estética, dentro do perfil do que era considerado belo e feio para época.

Essa amplitude de concepções, no que tange às degenerações, gerava implicações também sobre questões de difícil resolução para graves problemas sociais, como a marginalização infantil e a infância abandonada (CÂMARA, 2010; BOMENY, 2003; GONDRA, 2002).

É a propósito de solucionar os empecilhos que esse tipo de empreitada demandaria que foi criado o Ministério da Educação e Saúde, considerado como um verdadeiro “símbolo importante da reorientação educacional do Brasil” (BOMENY, 2003, p. 46).

É interessante observar que esse ministério que se apresenta com a sua “dupla” vocação – abrangendo as áreas da Educação e da Saúde fundidos em um só - se coloca muito claramente a serviço de um conjunto de ideais específicos para a constituição da nação. Como nos aponta o fragmento a seguir: “[...] o discurso higienista passa a se articular em torno do binômio educação e saúde [...]”²³ (ROCHA, 1980, p. 41).

Dessa forma, entendendo-se o problema sanitário como um problema de educação, dentro de uma concepção holística, justificava-se, portanto, a intervenção do Estado na esfera privada da vida dos cidadãos e nesse sentido, a educação funcionaria como uma técnica de condicionamento e transformação para futuras diretrizes.

Eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutarés, desde a mais tenra idade. Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a natureza infantil pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias (ROCHA, 1980, p. 40).

Podemos inferir que existe uma interpretação das diferenças culturais e sociais que se traduzem em práticas cotidianas como “moléstias” que essa proposta de educação tinha por objetivo modificar.

²³ A esse respeito ver Rocha (2003, p. 39-56).

Cabe destacar, entretanto, que apesar do caráter global de tais medidas, elas foram particularmente mais intensamente aplicadas sobre a população pobre e “desvalida”²⁴, tendo como um farol norteador o ideário da obtenção da regeneração pelo trabalho (BOMENY, 2003; MARQUES, 2003).

A “Cidade dos Meninos” foi um desses projetos, de política de intervenção. Seu arquétipo de ação era baseado na perspectiva da educação e regeneração da sociedade e do cidadão, via ética do trabalho.

1.2 O contexto social

No início do século XX, mais de 70% da população brasileira em idade escolar era analfabeta (BOMENY, 2003, p.12). Esse dado destaca, de maneira bastante expressiva, como estava se desenvolvendo, até aquele momento, o contexto social no qual se construía a política educacional implementada no território nacional pelas autoridades brasileiras.

Inconformados com esses e outros números, que apontavam para um prognóstico bastante comprometedor em relação ao progresso desejado para a nossa sociedade, a intelectualidade brasileira se determinou a intervir nesse processo.

Um dos aspectos dessa “intervenção” foi a não aceitação dos “determinismos biológicos” que grassavam nas discussões à época – sobre as quais já discutimos anteriormente – a “*intelligentsia* nacional” estabeleceu metas.

A proposta era buscar estratégias para viabilizar as modificações a partir do plano político. A ação política permitiria implementar transformações concretas, pela via pedagógica, na cotidianidade e, por consequência, na mentalidade da população e, a partir dessas mudanças, alterar os prognósticos negativos, permitindo a edificação de melhores possibilidades de cidadão e de nação.

Estamos na década de 1930. O país, a reboque de várias transformações que estão ocorrendo desde o final do século XIX, está, neste momento, concretizando as sínteses desses movimentos e buscando estabelecer alterações em sua formação estrutural (SCHWARTZMAN, 1984, p. 51).

²⁴ Sobre a categoria “desvalida” e sua aplicação conceitual sobre as populações pobres ver explicação de Helena Bomeny em “Os intelectuais da educação” p. 24.

Nesse período estamos em meio a um processo de mudança de paradigma em diversas instâncias e direções, tanto do pensamento social e político, quanto no que tange à própria ordem da prática cotidiana, que interfere no processo de construção da identidade do brasileiro.

Durante esse período, o país inicia, de maneira mais intensa, seu processo de industrialização, promove reformas na educação, cria o Ministério da Educação e Saúde, a ABE – Associação Brasileira de Educação e outras instituições.

Entretanto, apesar de todos esses empreendimentos em novas instituições, nem todas elas representaram mudanças conceituais em suas próprias estruturas. Em alguns aspectos, essas mudanças também encobrem certos continuísmos pois:

[...] a Revolução de 30 representou mais um momento da Revolução Passiva no Brasil, ou conservação-mudança [...] Surge, com efeito, um Estado de perfil interventor no campo econômico e social, ampliando seu escopo de ação por meio dos novos ministérios como o da educação, saúde, cultura, trabalho.” (MOTTA, 2008, p. 58).

Outro dado relevante, em relação aos continuísmos, diz respeito a um dos aspetos da concessão da educação pelo Estado e a questão da presença dos pressupostos de religiosidade dentro da educação em detrimento da laicidade da mesma.

É sabido que, desde a Proclamação da República em 1889, havíamos determinado a laicização do Estado brasileiro, ou seja, a separação entre as instâncias do Estado e da religião.

A Igreja Católica, que sempre teve grande influência no que diz respeito ao “fornecimento” da educação no Brasil, conseguiu manter, em certa medida, a sua influência, inclusive no que diz respeito à proclamação de leis que versariam especificamente sobre as questões pertinentes ao ensino.

Durante o Ministério Capanema a aliança do Estado com a Igreja fica bem evidente, como demonstra o Decreto de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas (FAUSTO, 2003, p. 333). Esse normatização nos demonstra quanto o governo precisou ceder, ao dialogar com as lideranças católicas de forma ampla.

Esse contexto social demarcado temporalmente como década de trinta é relevante porque engloba várias transformações na nossa história. É evidente que, em qualquer período da trajetória de um país, vão ocorrer fatos relevantes que deverão ser destacados em sua historiografia. Contudo, a problematização sociológica nos aponta que existe um processo social antes do fato histórico, de onde os atores articulam forças que vão produzir o referido “fato”.

Esse é o aspecto que infere a década de 1930 como um período que deve ter um destaque especial. Esse momento se torna o “ponto de interseção” das três grandes rupturas do pensamento social brasileiro: a primeira ruptura que seria o paradigma da raça mais ou menos pelos anos 1870 a segunda a da cultura nos anos 1930 e a terceira, a da estrutura social, que se daria pelos anos 1950 (SINDER, 1997).

Assim, como destacado anteriormente, a década de 1930 vai se caracterizar como uma síntese de várias correntes de pensamento que, pela especificidade do contexto social em que se desenvolviam – logo após a I Guerra Mundial (1914-1918), e já nas hostilidades que acarretaram o segundo conflito global (1940-1945) – ajudaram a conformar ações que os atores políticos dessa época utilizaram para justificar tanto as mudanças de caráter social, cultural e político – que se configuraram nesse período no território brasileiro – tanto quanto, os continuísmos.

Assim, nesse momento, também tem início a instalação do fenômeno histórico que ficaria conhecido, *a posteriori*, como a “era Vargas” e que merece um destaque em virtude dos eventos que desencadeou na nossa história.

Esse fenômeno social e político da história do Brasil englobou dois períodos específicos: o primeiro deles foi o chamado “Estado Novo” que aconteceu entre os anos 1937 e 1945 e envolveu, entre outros atos políticos de relevância o fechamento do Congresso Nacional²⁵, o controle da opinião pública e a criação de uma Nova Carta Constitucional que foi redigida por Francisco Campos²⁶ (D’ARAUJO, 2000; FAUSTO, 2003, p. 332 – 394).

O segundo governo que compôs a chamada “era Vargas” se deu no período que compreende 31 de janeiro de 1951, quando Getúlio Vargas foi eleito para o cargo de Presidente da República, à 24 de agosto de 1954, culminando com o seu suicídio²⁷. Não completando, portanto, o final do seu mandato (FAUSTO, 2003, p. 406 – 418).

Cabe ressaltar, entretanto, que é no primeiro governo Vargas, que vão se fazer mais presentes na vida política nacional os ideários que orientam as propostas de uma educação de caráter eugenista, higienizante e claramente voltada para a percepção da “redenção” social via trabalho (BOMENY, 2003), como já destacamos anteriormente.

Esse primeiro governo terá um papel fundamental na proposta política que viabilizaria as transformações no cenário sócio-político-cultural do Brasil desse período cujas repercussões – apesar de várias décadas passadas – produzem, entretanto, resíduos no campo

²⁵ Ver a esse respeito FAUSTO, Boris em História do Brasil. In “O Estado Getulista” p. 332.

²⁶ Esse personagem do cenário político intelectual brasileiro se tornaria o primeiro ministro do recém criado Ministério da Educação e Saúde.

²⁷ Ver a esse respeito a nota nº 20.

da prática cotidiana, burocrática, política e nas mentalidades que se fazem sentir até os dias atuais.

Um outro aspecto da formação do social, e já discutindo, especificamente, a questão educacional, diz respeito à importância da educação, enquanto ferramenta de fomento ideológico, no contexto social nesse determinado período.

A chave interpretativa desse aspecto que desejamos destacar, nos é fornecida por Simon Schwartzman²⁸ ao nos apontar que:

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação (SCHWARTZMAN, 1984, p. 50).

Entretanto, é também importante destacar que essa mobilidade e participação, não era, evidentemente, compartilhada por todos os cidadãos brasileiros mas, almejada pela jovem elite intelectual, que com um perfil mais pragmático, desejava substituir os “bacharéis²⁹”.

Nessa discussão é sempre importante ressaltarmos que a população pobre, de uma forma geral, não era devidamente percebida, seja pelas antigas oligarquias que se alternavam no poder, ou mesmo pela jovem intelectualidade pragmática que desejava, a seu turno, esse poder, executando o papel de atores sociais e políticos autônomos. A ausência de representatividade foi uma marca desse período (HERSCHMANN, 1996; BOMENY, 2003; CÂMARA, 2010).

Um outro ponto, muito relevante dentro desse contexto social, eram movimentos que nos remetem à idéia das “tradições inventadas”, tão amplamente discutidas por Hobsbawm e Ranger³⁰, sobre o hábito de se “criar” tradições com o intuito de gerar identidade e, com ela, a coesão social. 57

Podemos perceber, a esse respeito, como os articuladores de opiniões buscavam construir um discurso para justificar ações e tomadas de posição, fossem elas de caráter político, científico ou mesmo através de crenças religiosas.

Foi a partir dessa lógica que observamos os nossos cientistas operando com os ideários do evolucionismo e do eugenismo³¹, fazendo usos de acordo com suas conveniências.

²⁸ Ver a esse respeito SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁹ Bacharéis é uma designação que passaram a imputar, particularmente, aos intelectuais da Primeira República como portadores de uma cultura livresca e com pouco contato com a realidade.

³⁰ Ver a esse respeito ver Erik Hobsbawm e Terence Ranger em “A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³¹ Que pressupõe, *a priori*, a superioridade de uma “raça” sobre a outra, e um “determinismo” dentro dessa posição de cada uma das raças.

Ao operarem com o referencial teórico do eugenismo, por exemplo, se utilizaram dessa reflexão para justificar as diferenças sociais dentro da sociedade brasileira. Ou seja, por analogia, eles transferiram uma lógica biológica para justificar uma divergência nas posições de acessos e oportunidades dentro da lógica do social.

Ainda, em outro aspecto da mesma questão – utilizando o referencial teórico de um determinado contexto para explicar ou justificar um contexto de natureza diversa – temos alguns teóricos se apropriando das reflexões inerentes ao evolucionismo para justificar, com o passar do tempo, a “melhoria da raça” (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

Essa a posição, por exemplo de Silvio Romero extraída do fragmento de um texto de Paul Singer, onde este, aponta a forma como Romero discutia o “tipo” brasileiro que se produziria:

Somente ao término do processo – que tudo levava a crer, ainda seria longo – de fusão e seleção racial, onde, devido a sua superioridade, o branco triunfaria, é que surgiria finalmente o “caráter nacional brasileiro” em sua forma, senão acabada, pelo menos, mais homogênea. Romero, “resolvia cientificamente”, através desse “branqueamento inevitável”, o impasse que as teorias raciais haviam criado para a identidade nacional. (SINDER, 1997, p.2).

Esse tipo de pensamento da nossa elite³², fica também explícito no trecho selecionado, a seguir, sobre Miguel Couto, Discutidas no texto de Herschmann, a partir das opiniões de Couto sobre a necessidade de interferência no processo de formação da sociedade brasileira:

Dentro de uma perspectiva um tanto evolucionista e positivista [o homem de ciência] procurou articular categorias como “raça” e “sexualidade” a noções como “seleção social” produzindo uma perspectiva que fugia, em certo sentido, da posição eugenista mais ortodoxa. Ao mesmo tempo que defendia uma aplicação de uma política mais eugenista que se orientava de acordo com as teorias “degeneracionistas da mestiçagem” apostava na educação e na higiene como medidas que reduziriam consideravelmente o fardo que a mistura racial representava. (HERSCHMAN, 1996, p. 36).

Outro exemplo marcante desse tipo de “adaptação” do discurso, no sentido de justificar as condutas, é percebido nas estratégias políticas elaboradas, por exemplo, por Alceu Amoroso Lima³³, que foi um ator social que, nesse período, era profundamente imbricado com o movimento militante católico e com a premissa da interferência da Igreja nas questões que tangenciassem sobre as questões da educação.

Simon Schwartzman, nos fornece um bom exemplo da ação de Amoroso Lima com relação ao movimento revolucionário de 1930. Esse autor aponta que, inicialmente, o movimento católico era contrário à Revolução de 1930, mas observando a necessidade de

³² Englobando os “bacharéis” do passado e a nascente intelectualidade pragmática.

³³ Alceu Amoroso Lima foi um escritor e crítico literário, formado em Ciências Jurídicas e Sociais e líder da Igreja Católica no Rio de Janeiro.

tomada de posição junto ao governo que então estava se formando pela via revolucionária, destacou que esse político “encontraria um lugar para Deus entre os revolucionários, ao afirmar haver entre eles uma “corrente racional, tradicional e cristã” (SCHWARTZMAN, 1984, p.55).

Uma das grandes vitórias da ação promovida por Alceu Amoroso Lima foi a promulgação do decreto do governo que facultava o ensino religioso nas escolas públicas.

1.3 O contexto intelectual

No cenário intelectual brasileiro, havia toda uma mobilização no sentido de “produzir” técnicas que pudessem não apenas explicar o Brasil e os brasileiros, mas, sobretudo, as “receitas”, que viabilizassem o saneamento e a cura do povo.

Era um período de efervescência e de busca não apenas da identidade nacional e do “caráter do brasileiro”, mas, também, da construção desse modelo de identidade que se almejava elaborar.

As primeiras décadas do século XX, foram marcados por eventos como “A Semana de Arte Moderna de 1922” e a constituição da Academia Brasileira de Ciências, também nesse mesmo ano.

Várias categorias de profissionais entrecruzavam os conhecimentos das suas áreas de atuação profissional com outras como a literatura, por exemplo, que fornecia a credencial de valor, nesse período para um reconhecimento não apenas no campo do profissionalismo mas, sobretudo, no da intelectualidade. Entretanto, na maioria deles, uma preocupação servia de norte: transformar o brasileiro.

Esses intelectuais, a seu modo, e em suas áreas de atuação e influência, tentavam criar estratégias que viabilizasse essa metamorfose e é por isso que podemos, por exemplo, “identificar um projeto na obra de Mario de Andrade que se traduz na proposta de ilustrar o povo e elites simultaneamente [...] que traz em si a possibilidade de uma vida melhor” (FACINA, 2000, p. 153). É dessa forma que essa crença na construção do que seria “o melhor” para todos e para o país, era compartilhada por grande parte da intelectualidade brasileira.

O livro “Os Sertões”, lançado em 1902 por Euclides da Cunha (BOMENY, 2003; SANTOS, 2008), ainda sob a ótica do paradigma racial, oferecia, contudo, uma nova

perspectiva³⁴ a uma intelectualidade que não aceitava os pressupostos de pensadores que tinham uma percepção pessimista do Brasil, como Nina Rodrigues³⁵, por exemplo.

Nina Rodrigues, que apesar de maranhense é sempre descrito como *médico baiano*, muito por conta da importância que adquiriu a “escola baiana de medicina”, percebia e discutia em seus trabalhos sobre a figura do interiorano, uma degenerescência sem possibilidade de “cura³⁶”.

O Brasil, segundo o seu parecer, deveria se inspirar nos modelos europeus de modo de vida, particularmente, franceses.

Contudo, um outro grupo de intelectuais instrumentalizados pela obra euclidiana, visualizaram uma autenticidade que o homem do sertão poderia oferecer, como modelo ideal de brasileiro.

Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo entre essa parcela da intelectualidade, a adesão ao modo de vida e às descobertas da ciência, vindas especialmente da Europa, se impunham de forma imperiosa (CUNHA, 2005).

Era preciso então “enquadrar” esse homem, essa “matriz” do brasileiro, essa “essência”, em um modelo que pudesse acomodar ambas as perspectivas.

Dentro de cenário em que grande parte da *intelligentsia* era formada por médicos³⁷, o ideário da “cura”, do “saneamento” e da “higienização” ganha um caráter fundamental na construção do pensamento social da época e na mentalidade de um Brasil que se desejava construir. Era preciso, então, fazer com que o país pudesse desenvolver todas as suas potencialidades.

Oliveira Viana foi um dos intelectuais que manifestaram preocupação com a necessidade de criar mecanismos para desenvolver, de forma planejada, o que ele denominava como “mística da superioridade” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 74-75), uma vez que, na opinião desse intelectual, o caso do Brasil era justamente o contrário e, por isso, faltava uma coesão social ao Brasil para torná-lo verdadeiramente uma nação, nos moldes do que ele percebia, por exemplo, nos imigrantes europeus presentes no nosso território, particularmente os alemães.

³⁴ Valorizando a percepção de que o insulamento do sertanejo foi capaz de produzir um indivíduo originalmente brasileiro, livre das influências degenerativas do litoral (influenciado pelo exterior). A mestiçagem atingia um caráter mítico e positivo no argumento do autor.

³⁵ Nina Rodrigues maranhense de nascimento, estudou na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi fortemente influenciado pelo italiano Cesare Lombroso. Foi um dos introdutores da Antropologia Criminal e da Frenologia no Brasil.

³⁶ Cura, Higiene e Educação são as expressões mais usadas pelos teóricos que buscavam uma forma de adequar a população a um modelo aceitável dentro dos pressupostos para o brasileiro e a identidade nacional.

³⁷ Que, dentre os profissionais da emergente República, foi a primeira categoria a se institucionalizar (CUNHA, 2005).

Esse período vai também ser marcado por tentativas de sínteses nacionais, tanto no que diz respeito ao “problema do povo” quanto no que diz respeito ao “que fazer”, que estratégias adotar. Tais sínteses vão ganhar visibilidade especialmente através de “frases paradigmáticas”, de impacto como: “*Professar é servir!*” de Lourenço Filho “*No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*”, de Miguel Couto; ou “*o Brasil é um imenso Hospital*” de Miguel Pereira; “*Learning by doing*”, também de Miguel Couto e que se tornou o grande lema dessa intelectualidade pragmática.

Assim, percebemos todo um movimento de técnicos-intelectuais que buscavam o reconhecimento no campo da literatura, tanto quanto os literatos que, em seus escritos, “entravam” em outras áreas do conhecimento com o intuito de participar do “processo de construção” do Brasil (CUNHA, 2005; HERSCHSMANN, 1996).

Um desses autores, que produziam objetivando “dar conta” do que seria o caráter brasileiro foi Olavo Bilac que, junto com Manoel Bomfim, escrevem uma epopéia dos jovens “através do Brasil” que, inclusive, dá nome ao livro.

A pretensão prática para esse projeto, era Segundo Bomfim³⁸, que este livro, deveria ser utilizado em todas as séries iniciais dentro do país como uma espécie de manual ou guia de orientação sobre como se conhecer o Brasil (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

Bilac também seria um importante ator social nessa época, em que a perspectiva das viagens dos intelectuais ao sertão possuía uma dimensão do encontro, da juventude como solução e da transformação dos “males” através das medidas sanitárias.

Nesse ideário formulado, a juventude era a representação do futuro, do porvir. Para que essa juventude do porvir se transformasse no ideal que essa intelectualidade almejava, era preciso “trabalhá-la”. Podemos inferir que a técnica da educação, nessa perspectiva, implicava na idéia de que

[...]recordar, nesse caso, não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro [...] há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar [...] uma intencionalidade quanto ao porvir. (GONDAR, 2005, p. 17).

Em função desses anseios, em 1916, juntamente com outros intelectuais, Olavo Bilac funda a “Liga contra o Analfabetismo” no Clube Militar e, neste mesmo ano, a “Liga de Defesa Nacional”. Esta se pautava, principalmente, a partir de duas premissas: o serviço militar obrigatório e a instrução. Ambas as instâncias, estão relacionadas diretamente com a

³⁸ Manoel Bomfim estudou Medicina mas teve sua trajetória pública marcada na área da literatura e da educação. Em 1897 é nomeado diretor-geral do Pedagogium onde organiza cursos de aperfeiçoamento e funda os periódicos Educação e Ensino e Revista Pedagógica. – Para saber mais ver cronologia em “Através do Brasil”.

idéia de que a instrução e o “amor cívico” se tornarão elementos fundamentais no processo de construção da nação pela via da educação da juventude dentro de tais pressupostos.

Olavo Bilac é um ator social que desempenhará um papel fundamental no fortalecimento da imagem positiva do exército brasileiro e no projeto da implementação nas escolas de uma “educação patriótica” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 68). Além disso, a aproximação com os ideais do militarismo atravessam várias instâncias da organização social, especialmente, no que diz respeito à saúde pública, através do modelo “militarizado de campanha [...] introduzido por Oswaldo Cruz, no combate às grandes endemias urbanas” (CUNHA, 2005, p. 70).

Os militares se tornaram, dessa forma, uma categoria em ascensão nos processos decisórios da política nacional desde a República (FAUSTO, 2003, p. 246). Essa influência é percebida também, de maneira bem clara, nesse período, desde o “movimento tenentista”.

A idéia da educação como um desses veículos de transformação do brasileiro atrasado – porque ignorante – ou mesmo a compreensão desse brasileiro preguiçoso – porque doente – é bastante evidente como no relato a seguir de um modelo de escola ideal, discutido por Clarice Nunes:

A escola ideal nada mais é do que um ponto de referência pelo qual os problemas da escola real nas áreas suburbana e rural são detectados e solucionados *a priori* [...] um módulo que se modifica pelo acréscimo de outros, mas que não muda sua substância exercer uma ação pedagógica (higiênica) sobre os alunos e professores, que daí se irradiasse para o ambiente familiar”(NUNES, 1996, p.157).

Torna-se bastante expressiva a questão da utilização dos pressupostos pedagógicos higienizadores, como estratégia de disseminação de uma perspectiva do cidadão que se desejava então forjar.

Dessa forma, atrelado a todo esse movimento intelectual em diversos campos, a idéia de construção da nação utiliza a categoria de “cura” e “saneamento” como um instrumento científico, moralmente piedoso e éticamente correto. O discurso médico-higienista passa a ser a principal bandeira dessa intelectualidade:

a idéia de institucionalização é tomada como referência a um processo mais amplo de tradução das idéias e valores culturais em normas e papéis sociais, exercendo influência direta e imediata sobre a ação social e a interação dos membros de uma coletividade (CUNHA, 2005, p. 51).

Essas perspectivas são sentidas muito profundamente, nesse período, das primeiras décadas do século XX, no campo da educação no Brasil.

Como exemplo, à frente desse tipo de ação, podemos citar Arthur Ramos³⁹, médico, nomeado por Anízio Teixeira⁴⁰, nessa época, Secretário da Educação do Rio de Janeiro, para a chefia do Serviço de Higiene Mental e Ortofrenia⁴¹. Arthur Ramos vai fundar clínicas de avaliação e diagnóstico da higiene mental dos escolares.

Um outro exemplo marcante que podemos também apontar diz respeito às idéias do Professor Leonídio Ribeiro⁴². Esse personagem foi o fundador do Laboratório de Biologia Infantil, que, a propósito de uma conferência realizada em Roma, afirmava ser fundamental o papel da mãe e da professora primária, na detecção dos sintomas de uma potencial criminalidade, que já poderia ser percebida nas atitudes de crianças a partir de um ano de idade (FREITAS, 2001).

Apesar da coerção que governos ditatoriais apresentam – e o de Getúlio Vargas sem dúvida era um deles – os contextos do período não se apresentavam como uma unanimidade em nenhum campo.

O contexto intelectual que ora descrevemos estava imerso em contradições, entretanto, elas não se opunham ao projeto de “construção da nação”, mas com relação à forma como esse projeto deveria ser aplicado.

Para exemplificar esse ponto tomemos dois exemplos: Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Ambos foram convidados a participar efetivamente do gabinete do Ministro Capanema e, por discordância ideológica, Mario de Andrade nunca aceitou. O poeta Carlos Drummond que, num primeiro momento aceita um cargo como funcionário do governo Capanema, vai posteriormente, recuar na sua participação, a partir do momento em que Alceu Amoroso Lima é convidado a integrar-se a esse gabinete (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

O outro exemplo, que também envolve Mario de Andrade, versa sobre a concepção desse intelectual sobre o papel do acesso ao conhecimento. Para o escritor “essa proposta de ilustração integral, capaz de atingir tanto o homem guiado pela razão e, portanto, já ilustrado pelo entendimento, quanto o homem dominado pelos sentimentos e pela natureza, tem por principio um conceito de liberdade” (FACINA, 2000, p. 156). Tal proposta é contrária ao pensamento de vários outros intelectuais que tratavam da questão do livre-arbítrio, por

³⁹ Arthur Ramos foi médico, psicólogo social, folclorista, etnólogo e antropólogo. Escreveu entre outras obras “O Negro Brasileiro”.

⁴⁰ Anízio Teixeira foi um jurista, educador e escritor brasileiro. Reformou a estrutura de ensino nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. Foi um dos intelectuais mais destacados no movimento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

⁴¹ Ortofrenia é o estudo do crânio humano através do qual os cientistas buscavam desvendar aspectos do caráter e capacidade mental do indivíduo.

⁴² Leonídio Ribeiro foi o fundador do Laboratório de Antropologia Criminal. Foi também o Delegado Oficial do Brasil no Primeiro Congresso de Psiquiatria Infantil, realizado na cidade de Paris, França em julho de 1937.(FREITAS, 2001).

exemplo, como uma falsa questão ou “ilusões da liberdade” (HERSCHMANN; KROPF; NUNES, 1996, p. 44). Dessa forma, fica bastante evidente que, quanto ao método, não havia uma uniformidade do campo intelectual.

Assim, podemos entender a fala de Teixeira, ao assegurar que no contexto político e social brasileiro, desde 1930, todo o país se “repensava e modernizava” (TEIXEIRA, 2007). A reboque disso, também a educação, tendo como expressão maior desse movimento, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”⁴³, em 1932. Contudo, o sopro renovador deu lugar a uma reformulação. Na medida em que o governo – já então instalada a “era Vargas” – ganhava os contornos de uma ditadura.

Entre os setores que sentiram essa mudança em suas propostas, estava a Educação que, em certos aspectos, passou a apresentar um certo “toque” de anacronismo uma vez que preconizava todo um ideário novo por um lado – no que tange às teorias – observando, contudo, no plano concreto, um certo retorno a velhas práticas. Sem dúvida, a oferta de ensino religioso em escolas públicas pode ser considerada um exemplo, neste caso.

1.4 O contexto político

A lei jamais tornou os homens justos, e, por meio de seu respeito por ela, mesmo os mais bem intencionados transformam-se diariamente em agentes da injustiça.

*Henry David Thoreau*⁴⁴

Mesmo não se tratando de uma unanimidade⁴⁵ entre os nossos historiadores, a maioria deles, entretanto, aponta o ano de 1930 como uma espécie de “marco divisor de águas” (CARVALHO, 2004, p.83) da historiografia do Brasil, em virtude do volume das transformações em vários campos e, particularmente, o político ocorridas nesse período.

A esse respeito, Carvalho (2004) discute como as influências externas – a Primeira Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da bolsa de Nova York – ajudaram a desestabilizar setores ligados às oligarquias cafeeiras.

⁴³ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um movimento implementado por vários intelectuais e se caracterizou como um movimento de luta pela educação pública gratuita, laica e pela co-educação. Estabeleceu o conflito entre os pioneiros e os católicos.

⁴⁴ Esta citação encontra-se no livro “A Desobediência Civil”.

⁴⁵ A respeito dessa discordância conceitual ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e educação Rural no Brasil: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.

Outro reflexo dos acontecimentos externos no cenário político nacional foi o fortalecimento do militarismo, tanto por conta da necessidade de proteção das fronteiras, como pela questão da ameaça ideológica do comunismo.

É esse contexto que promove a ascensão de movimentos que ansiavam por uma transformação.

Entre esses movimentos podemos citar o tenentismo⁴⁶ que, desde a década de 1920 vinha buscando a formação de alianças para derrubar a elite que dominava a cena política.

De uma dessas alianças nasce o movimento revolucionário de 1930, com Getúlio Vargas à frente desse movimento. Algumas medidas desse período se refletem no aumento dos direitos sociais com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a criação de uma vasta legislação trabalhista e previdenciária. Contudo, os direitos civis e políticos, assim como, o acesso da população ao sistema judiciário, continua muito frágil (SANTOS, 1979; CARVALHO, 2004).

Em 1932, eclode no estado de São Paulo, o movimento denominado como “Revolução Constitucionalista” (FAUSTO, 2003). Esse movimento fez com que o governo convocasse eleições para a assembléia constituinte, onde foi confirmada a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Nesse momento, há alguns “ganhos” em termos de cidadania, com a inclusão do voto secreto e do direito, pela primeira vez na história do Brasil, do voto das mulheres (CARVALHO, 2004, p.101).

É importante destacar também a atuação de dois importantes atores nesse momento: a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e a Aliança Integralista Brasileira (AIB), com uma forte influência de cunho facista e sob a direção de Plínio Salgado.

O anticomunismo ferrenho da AIB, fez com que ela captasse um grande apoio da Igreja Católica.

Com a tentativa da ANL de fomentar uma revolta, o governo Vargas criou, junto ao Congresso, um Tribunal de Segurança Nacional (CARVALHO, 2004, p. 104), para julgar crimes políticos.

Dentro desses acontecimentos e, com o apoio dos integralistas, em 1937, Getúlio Vargas deflagrou o golpe de estado que instalou o Estado Novo.

Chegamos, dessa forma, à conjuntura política onde a convicção de que era necessário reforçar o poder do Estado para implantar as mudanças que o país precisava e que esta só

⁴⁶ O Tenentismo foi um movimento promovido por oficiais médios, primeiro tenentes e em um segundo momento por capitães, de rebeldia contra o governo da República. (FAUSTO, 2003, p.307).

poderia se dar a partir de uma figura carismática que encarnasse essas características enfim se concretiza.

De um lado, havia um país buscando sua auto-suficiência, criando indústrias, e ansiando por sua autonomia científica. Enquanto que, por outro lado⁴⁷, ganhou força uma necessidade de controle que estimulava mais arcaísmos em alguns setores da sociedade, especialmente aqueles que são mais vulneráveis economicamente.

O que podemos chamar de “efeito colateral” gerado por esse modelo de governo, entretanto, era considerado um fator interessante por conta da necessidade da mão-de-obra não apenas capacitada, mas, sobretudo, devidamente dócil. Esse era um fator primordial para o tipo de empreendimento de gestão governamental que se buscava implantar àquela época (CÂMARA, 2010; OLIVEIRA, 2008; PONDÉ, 1977).

Havia então, nesse período, enormes conflitos na sociedade brasileira, principalmente, aqueles que foram deflagrados pela crise política das elites agrárias, pelo desenvolvimento e crescimento da burguesia, pelo início do deslocamento do homem do “campo” para os centros urbanos, pela industrialização e a centralização do poder (COSTA, 2005; FAUSTO, 2003; LINHARES, 1990).

Em outra perspectiva, as viagens de saneamento com as Delegacias Federais de Saúde (CUNHA, 2005, p. 80) e, nas “pontas” destas, os delegados sanitários, se articulavam na tentativa de organizar a saúde rural.

Essas incursões aos “sertões” propiciaram entre outros fatores uma “desorganização”, ainda que parcial das cadeias de comando nos campos, na medida em que o grande produtor ou *coronel* se via constrangido por uma autoridade exterior a eles mesmos (SANTOS, 2010).

A idéia dessa transformação política da nação também é discutida por Simon Schwartzman quando aponta que:

O governo oferecia governo a todos, mas não permitia que participassem da direção dos negócios públicos [...] veio a revolução e trouxe à gente nova uma perturbadora ocasião para intervir e revelar a sua força e capacidade (SCHWARTZMAN, p. 28, 1984).

Lembrando sempre que quando inferimos sobre questões de cidadania, nunca é demais lembrar que, nesse período, o exercício da cidadania é uma prática de “poucos”:

[...] a democracia, tal qual a cidadania, é tratada também da ótica dos “interesses coletivos” termo através do qual se propunha a colocar em prática uma “ditadura dos técnicos” [...] O

⁴⁷ Em razão da especificidade de um governo que adquire caráter ditatorial.

Estado lançando mão desses modelos, procurava legitimar aquilo que Michel Foucault caracterizou como “corpo dócil” (HERSCHMANN, 1996, p.64).

Esses pressupostos serão fundamentais na elaboração de práticas, políticas e mentalidades que então se pretendia, fossem implementadas na busca da formação da nação. A idéia era tomar a escola como instrumento de intervenção e, para isso, os intelectuais, políticos e educadores estavam empenhados em planejar formas de reeducação do povo a partir da escola⁴⁸.

Cumprido ressaltar, contudo, como aponta Bomeny (2003, p. 24) as sutilezas que esses modelos de reeducação implementados no país possuíam – como uma tendência geral – no que diz respeito às classes pobres:

Para remodelar o ensino profissional no Brasil em 1920, um engenheiro, João Luderitz, é contratado, e o programa de remodelação que consta da Comissão Luderitz fala de um “Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico”, associado basicamente às classes “pobres”, “populares”, aos “meninos desvalidos” (BOMENY, 2003, p. 24).

O ministério Capanema, mantendo uma longa tradição da política brasileira de conceder maiores recursos para a formação dos educandos em escolas de elite, não fugiu a esse modelo. Ao instaurar a reforma do ensino secundário no ano de 1942, determinou uma reorientação de caráter clássico e humanista para os estabelecimentos de elite e reservou o ensino técnico profissionalizante para os “desvalidos” (HERSCHMAN, 1996).

Dessa forma, esse tipo de ideário e política educacional e as “escolhas” que ela propicia, se fez mais presente em áreas periféricas e regiões rurais, do que no espaço urbano⁴⁹. Como aponta Clarice Nunes: “Há uma proposta de organização espacial da escola [...] [destinada] a áreas suburbanas e rurais [...]” (NUNES, 1996, p. 165). É nesse contexto social e político que nasce a Fundação Abrigo Cristo Redentor e a Cidade dos Meninos.

1.4.1 O ideário que inspirou a obra

Em 1923 é criada a Associação Civil Abrigo do Cristo Redentor (OLIVEIRA, 2008, p 249), tendo como seu principal provedor a figura de Raphael Levy Miranda. Levy foi um filantropo nordestino, oriundo mais precisamente do estado da Bahia. Tempos depois, já

⁴⁸ Ver a esse respeito os apontamentos de Clarice Nunes em “Missionários do progresso” In “ Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca” p. 157.

⁴⁹ A esse respeito ver Clarice Nunes em “Missionários do progresso”.

radicado na cidade do Rio de Janeiro, acumulou grande prestígio ao solucionar o que os comerciantes locais entendiam como um impedimento aos negócios e uma pecha para a cidade (PONDÉ, 1977), que foi o caso da retirada compulsória, dos mendigos do centro urbano carioca, episódio devidamente travestido de caridade.

Alguns anos mais tarde a sra. Darcy Vargas inaugura no Brasil o papel da “Primeira Dama”. Tal iniciativa se configura dentro dos pressupostos da ordem das preocupações “femininas”, ou seja, o envolvimento mais ligado com a esfera que envolve o “lar”, a família, a moral, os “bons costumes”.

Dentro dessa perspectiva, coube à Primeira Dama a tarefa de dedicar-se a questões sociais e de assistência aos pobres (BRASIL, 2002).

A “Primeira Dama”, fazendo uso das atribuições que esse papel deveria ter, não apenas apóia a transformação da Associação de Levy Miranda em Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) – para dar assistência à velhice desamparada e à mendicância de uma forma geral – mas, também, cria a sua própria fundação, em 1938, que levaria seu nome e, em seguida, instituições de apoio à criança no mundo do trabalho.

É dessa época que surgem a Casa do Pequeno Jornaleiro, a Casa do Pequeno Lavrador e do Pequeno Trabalhador, e também, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja presidência, Darcy Vargas também ocupara nesse período.

Desde o final da década de 1930 e início da década de 1940, que Darcy Vargas, encarnando esse papel de Primeira Dama, busca através da promoção de festivais com fins de angariar donativos, viabilizar os meios para criar uma instituição para jovens moças “desamparadas”, seja por famílias empobrecidas, seja, por abandono ou orfandade (PONDÉ, 1977, p. 224-226). Nesse projeto, as jovens, além de acolhidas, receberiam uma educação moral.

Em 1942, Rubens Porto⁵⁰ publica suas concepções sobre a educação que deveria ser estabelecida para jovens abandonadas, ou, cujos pais não pudessem mantê-las em seus próprios lares a pedido da própria Darcy Vargas. Ao lado (Figura 1), foto da capa do livro produzido por Rubens Porto sobre a Cidade das Meninas.

⁵⁰ Rubens Porto nasceu em 27 de setembro de 1910. Formou-se pela Universidade Pontifícia Católica em Engenharia. Integrou o Gabinete do Ministro da Justiça e o Gabinete Especial de Getúlio Vargas sendo responsável com Darcy Vargas pelas instituições Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Pequeno Lavrador, Abrigo Cristo Redentor. Associou-se ao Colégio Brasileiro de Genealogia. É autor, entre outros títulos, de “A Cidade das Meninas”, em 1942.

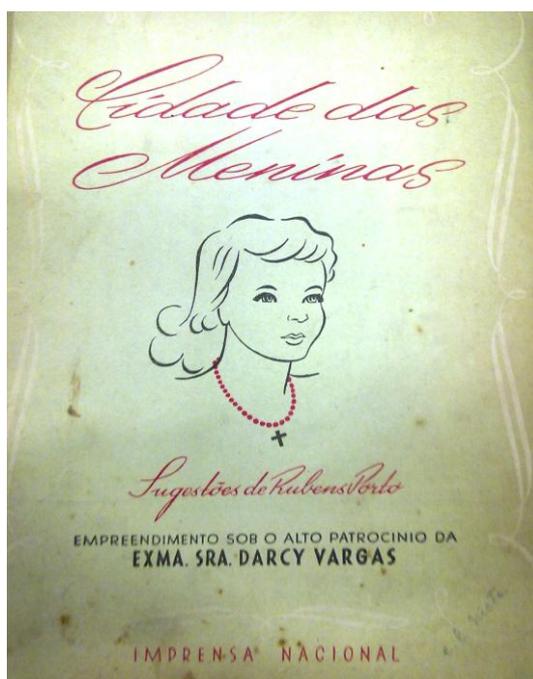


Figura 1 – Capa do livro “Cidade das Meninas”

Foto: Elisa dos Anjos

O próprio papel de “Primeira-Dama” inaugurado pela Sra. Vargas, vai de encontro ao contexto social e político desse momento. Na década de 1940, o Ministro Gustavo Capanema, elabora em seu plano de educação os espaços de atuação do universo feminino que, por um lado privilegiaria a instância da família e, por outro, promoveria “uma educação adequada ao seu papel familiar” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984). Esse plano deixa bem evidente o modelo da educação promovida por Capanema, com uma separação bem demarcada entre educação profissionalizante e propedêutica definida a partir da condição sócio-econômica das famílias (MENDONÇA, 2007).

Para a proposta do presente estudo torna-se fundamental que nos demoremos um pouco na análise das propostas elaboradas por Rubens Porto.

Existe, nesse trabalho produzido pelo autor, questões importantes, advindas da construção das mentalidades, as quais não devemos deixar de destacar.

A primeira e, talvez a principal questão, refere-se ao “papel social” que foi pré-determinado para ser exercido, *a priori*, por esse contingente da população, e, no caso específico da Cidade das Meninas, a criança, a jovem e a mulher pobre, nos ciclos das “três gerações” que são apontadas pelo autor (PORTO, 1942, p. 22).

Esse “papel social” é muitas vezes destacado ao longo do texto, parecendo querer com isso, ratificar o que deveria ser um determinado lugar reservado na estrutura social.

Assim, no que diz respeito à “sugestão” do ensino profissional e das profissões que seriam mais adequadas a esse público, percebemos que todas elas se expõem como atividades em que se “naturaliza” a ausência de autonomia dos atores.

Nem atividades inclusivas, nem a propriedade dos meios de produção. A expectativa que se projeta sobre indivíduos formatados para serem incorporados pela sociedade através de posições subalternas é uma formação diretamente proporcional à origem.

Nas sugestões do referido livro o autor destaca, por exemplo, que caso seja no ramo da costura essa atuação deveria acontecer de maneira fragmentada: apenas pelo corte dos tecidos ou nos “remendos” dos mesmos. Mas ele não sugere, por exemplo, que a aluna do programa “monte um atêlier de costura”. A mesma lógica aparece na função de “passadeira”. Porto sugere uma sub-função dentro de uma empresa de lavagem (PORTO, 1942, p. 36-37).

Esse tipo de proposição parece se coadunar muito bem com as características das recomendações de Gustavo Capanema, nesse período, à frente do Ministério da Educação e Saúde. Capanema estabelecia “o ensino secundário enquanto formador das elites condutoras do país e o ensino profissional como formador do “povo conduzido” (MENDONÇA, 2007, p. 61-62).

Com relação às propostas de Porto, é importante destacar que “quando as ações humanas – individuais e sociais – contradisserem as ideias, serão tidas como desordens, caos, anormalidade e perigo para a sociedade” (CHAUI, 1997, p. 28).

Essa perspectiva de pensamento é claramente percebida nas sugestões que Porto faz. Ele aponta que somente em raras exceções, quando de uma criança excepcionalmente dotada, os estudos mais complexos poderiam ser oferecidos para os desprovidos da fortuna. Mas, de uma forma geral, isso somente acarretaria problemas para essas pessoas uma vez que “essa mudança brusca de nível social ocasiona muitas desordens, criando “desclassificados” que sofrem, os mais das vezes, a falta de adaptação” (PORTO, 1942, p. 36).

Um outro aspecto a destacar das propostas de Porto se refere à “Missão” da Cidade das Meninas.

Entretanto, se analisarmos a seqüência do o planejamento elaborado por Porto, a criança que fosse “acolhida” na Cidade das Meninas, estaria em uma espécie de “prisão”, cuja sentença nunca havia sido submetida a qualquer tribunal e da qual só era possível escapar pelo casamento.

Estudando o planejamento apontado por Porto observamos que, num primeiro momento, o principal critério para recrutamento das meninas era o abandono total (PORTO, 1942, p. 44). A partir desse momento, ela seria treinada para, no futuro, na condição de adulta, ser responsável por uma das casas-lares, onde receberia outras tantas meninas como ela mesma fora, um dia e, assim sucessivamente em uma espécie de ciclo fechado.

Dessa forma um aspecto aparentemente obscuro da política varguista aparece nesse contexto. Foi nesse período que as mulheres tiveram acesso, pela primeira vez em nossa história, ao voto. Parece incoerente, num primeiro momento, levando-se em conta o modelo de política adotado. Entretanto, a ideologia proposta se assenta numa “aparência” de vanguardismo tanto quanto “aparência de escolha”, como no caso da população que poderia “optar” por educar seus filhos em escolas propedêuticas e ficarem anos e anos estudando ou optarem por escolas profissionalizantes e serem encaminhados ao “mercado de trabalho”.

Outra questão relevante nesse estudo produzido por Rubens Porto e que merece destaque é o que poderíamos definir como a “matriz” da concepção tanto no plano físico, no que tange à forma e ao local da construção dessa instituição, mas sobretudo, no que diz respeito ao plano imaginário.

O próprio autor aponta na página 61 de seu livro o que ele qualifica de “Recomendações Americanas” que expressa de maneira bem eloqüente o seu ideário:

No 1º Congresso Latino-Americano de Criminologia, realizado em Buenos Aires, de 25 a 31 de julho de 1938, foi aprovada e recebeu a adesão do Brasil, por sua delegação presente, a seguinte recomendação: “A implantação das casas-lares destinadas a reeducação geral dos menores em estado de perigo, as quais deverão se instalar preferencialmente em colônias agrícolas-industriais orientadas pedagogicamente, de acordo com o tipo argentino da Colônia “Ricardo Gutiérrez” (Marcos Paz) (PORTO, 1942, p. 61).

Nesse congresso, já aparecia a preocupação com o aumento do número de menores abandonados, como conseqüência do processo de deslocamento do trabalhador rural para os centros urbanizados. A categoria ali colocada em destaque é: “menor em estado de perigo” que marca a transição, em termos de representação social, de órfão para “delinqüente”

Além desse congresso em 1938, ocorreram outros em Santiago e em Roma no ano seguinte. Discutia-se neles a construção de casas-lares, onde esses menores, em “estado de perigo”, deveriam ficar instalados em colônias agrícolas. A idéia da “regeneração pelo trabalho” foi um dos focos de reflexão de muitos intelectuais que discutiam a questão da juventude (BOMENY, 2003; CAMARA, 2010; FREITAS, 2001; HERSCHMANN, 1996; SANTOS, 2008).

Assim, toda essa discussão sobre criminalidade e criminalização era uma preocupação constante dos pensadores do social desse período. A emergência da categoria “menor” e da noção de periculosidade, nesse contexto, ajudaram a promover e justificar ações de deslocamento e alocação, de certos segmentos da população, no sentido de promover a ordem social.

Estudos antropológicos apontam que a idéia da “contaminação por contágio” (DOUGLAS, 1976, p. 13-14) aparece no imaginário social nos níveis expressivos e instrumental e ajudam, sob a forma de pressões sociais, a reforçar as noções de ordem e desordem.

Segundo essa autora, a sujeira nos sistemas simbólicos se reflete com desordem. Dessa forma, podemos inferir, a partir desse raciocínio, que o feio, o ignorante, o doente, são simbolicamente contaminações, e, nesse sentido, desordens, que precisam, sob a pena do ocaso social, ser ordenados e, essa ordenação, necessita, em primeiro lugar, impor um afastamento e isolamento da “fonte de contaminação” do “corpo social”, para, com treinamento, ser devidamente “purificada” e adestrada ao “papel social” que lhe cumpre desempenhar.

Esse tipo de reflexão pode ser percebida de maneira exemplar no trecho que segue sobre a incorporação de uma nova categoria jurídica dentro do Código Penal na década de 1940:

A idéia de defesa social estava imbricada na noção de periculosidade. O delito não era somente uma entidade abstrata de ordem jurídica, mas também um fenômeno social de caráter patológico influenciado por fatores congênitos [...] Embora sem uma classificação dos delinquentes [...] o Código incorporou além das medidas de segurança a idéia de periculosidade [...] (OLIVEIRA JUNIOR, 2005, p. 127).

Ainda explicitando particularidades do texto de Porto, outra questão a destacar é a questão da moral religiosa servindo de escopo que justificaria, não apenas o citado, *papel social* “que lhe cabe para maior benefício de sua família e de seu país” (PORTO, 1942, p. 27) – percebendo claramente, nesse fragmento a influência das idéias positivistas, neste discurso – mas, sobretudo, a importância da religião como escopo ideológico de fundo para justificar os esforços que deveriam ser despendidos.

Esses esforços eram valorizados são apontados por Rubens Porto, como etapas de desenvolvimento moral já que “a verdadeira força está nos sacrifícios”(PORTO, 1942, p. 34).

Esse tipo de ideologia ocupa um lugar muito importante nesse empreendimento. Esse fato é ratificado no final do livro, onde esse autor sugere que a direção da instituição seja

oferecida a uma irmandade religiosa (PORTO, 1942, p.65) que, na sua visão são as instituições capacitadas para administrar o ensino.

Esse aspecto vem de encontro ao que é discutido por Foucault quando afirma que tanto a questão do horário é uma herança da práxis monástica, como à questão das normatizações disciplinares, uma vez que, “durante séculos as ordem religiosas foram mestras de disciplinas: especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares” (FOUCAULT, 2009, p. 144).

E, por último, cabe destacar, uma certa dose de “facismo⁵¹” enquanto metodologia de ação e fórmula que tudo justifique.

Rubens Porto no que tange à questão das condições, discute que, na sua visão, para que tal empreendimento se implementasse de maneira eficiente, julgava ser necessário uma harmonização entre as partes referente ao corpo de educação e ao corpo de administração.

Esse autor vai argumentar que “o fim da Cidade das Meninas é a educação – os meios, a administração. Os meios só se justificam em relação ao objetivo e a esse se subordinam” (PORTO, 1942, p. 41).

Esse era o modelo de discussão que a sociedade debatia, quando foram elaboradas as idéias para a construção da Cidade das Meninas. Entendendo aqui, evidentemente, a sociedade que possuía, efetivamente, participação nos processos decisórios e de elaboração dos ideais através do qual o corpo social, como um todo coeso, dever-se-ia orientar.

⁵¹ Jose Murilo de Carvalho aponta que a “era Vargas” não deve ser entendida como facista porque isso implicaria em um “totalitarismo” e no entendimento desse autor a forma mais próxima, nesse caso, deveria ser descrita como “autoritária” (CARVALHO, 2004, p. 109). Nesse caso, em particular, estou me permitindo adotar o termo “facista” apenas no que diz respeito a “forma” como foi imposta a internação, em alguns casos na CM.

2 A CIDADE DOS MENINOS

O capítulo anterior reflete a intenção de elaborar um pequeno painel que retratasse os diversos contextos - pelos menos os mais importantes para o objetivo que este estudo se propõe - que faziam parte do perfil da sociedade brasileira, nas três primeiras décadas do século XX, com a intenção de orientar o leitor quanto aos complexos processos sociais que concorreram para a gestação de um projeto como o da Cidade dos Meninos.

Neste segundo capítulo a intenção é dar visibilidade aos movimentos de ocupação da Baixada Fluminense, dentro das especificidades do seu processo de loteamento, as maneiras e os objetivos que levaram esses aglomerados populacionais a esse espaço, os conflitos que se estabeleceram, seja com a natureza sob a forma da destruição do solo, assoreamento dos rios, extinção de mata nativa e fauna local, seja através das endemias que promoveram, em algumas situações, uma verdadeira devastação humana, provocando, em alguns casos, autênticos “vazios populacionais” e que se manifestavam também, como um possível “fruto” dessas destruições ambientais, seja através dos conflitos humanos que, desde uma época mais remota, durante o estabelecimento dos primeiros colonizadores, até os dias atuais, determinaram uma “pecha” a essa região e a seus moradores.

Essa percepção da relação de todos esses fatores com o espaço fez, inclusive, com que durante a década de 1990, essa área fosse considerada pelos periódicos brasileiros como “a região mais violenta do mundo” (ALVES, 2003, p. 27).

Todos esses fatores parecem agregar, portanto, uma relação direta com o motivo da construção da Cidade dos Meninos, assim como o porquê da instalação do Laboratório de Malariologia e da Fábrica de pesticidas em seu interior.

Nesse sentido, podemos inferir que essa memória compartilhada coletivamente sobre esse lugar denominado Baixada Fluminense interfere no processo de construção das relações que nele se estabelecem. Essas inferências acima, por si sós, já justificam o pensamento de que o “lugar”, tomado como categoria analítica, tendo em vista esses fatores, estratifica as sociabilidades em seu interior dando-lhes contornos e especificidades próprias e é a partir desse raciocínio que nos conduzimos.

Outro aspecto de análise é a perspectiva funcionalista sobre o espaço que se reflete na tentativa de torná-lo produtivo e transformá-lo em uma espécie de “celeiro” da metrópole⁵²

⁵² Ver a esse respeito NUNES, Clarice. (1996, p. 165).

ligando o “destino” da Baixada Fluminense a um “objetivo”: servir à metrópole, nesse caso a Cidade do Rio de Janeiro.

É nossa intenção também chamar a atenção para o modelo educacional instalado na Cidade dos Meninos e os institutos que o compõem estabelecendo a correlação causal que essa pedagogia possuía com o “plano” da cidadania redimida.

O objetivo é perceber o modelo de construção de social e de cidadão que se desejava então produzir com esse modelo de estabelecimento de ensino e de assistência ao “desvalido”, ao pobre, ao órfão, colocados todos em uma mesma categoria e em um mesmo papel social dentro de uma espécie de “sub-cidadania”.

2.1 A Baixada Fluminense: processo de ocupação

Valorizando a idéia de uma “etnografia retrospectiva”, este trabalho está apoiado intelectualmente tanto nas reflexões produzidas pelos “intelectuais orgânicos”⁵³ que a Baixada “produziu”, tendo em vista que, apesar de poder ser entendido como um “discurso nativo”, essas reflexões são igualmente o resultado de um trabalho acadêmico e, portanto, se configuram como elaborações intelectuais da maior relevância tanto do ponto de vista da informação, quanto da análise e é nesse sentido que podemos perceber que a “memória social foi reclamada como técnica de produção de conhecimento e estratégia para multiplicação de significados e consolidação de identidades diante das mudanças (MORAES, 2005, p. 90), quanto em outras fontes de produções acadêmicas de intelectuais que fizeram da Baixada seu objeto de estudo.

Refletindo sobre essas análises, cabe destacar que em uma passagem logo no início do livro “Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense”⁵⁴ o autor chama a atenção para o fato de que as fronteiras desse lugar denominado Baixada Fluminense são, de certa forma, porosas e móveis. Essas fronteiras, segundo José Cláudio Souza Alves são o produto de extensos processos sociais onde foram agregados elementos em sua memória que determinam a forma de interação que vai se estabelecer, de uma forma geral, com esse espaço.

⁵³ Com relação ao conceito de “intelectual orgânico” de Antonio Gramsci ver Dicionário de Política de Norberto Bobbio.

⁵⁴ Esse livro teve sua origem na tese de Doutorado no PPGHS da URFJ, defendida por José Cláudio de Souza Santos.

Nesse sentido, de acordo com esse autor, a perspectiva do observador do momento, determinará a demarcação de ordem social, geográfica, política e outras tantas mais que esse estudioso tão apropriadamente elenca em sua análise (ALVES, 2003, p. 16) e é exatamente essa postura que percebemos se manifestar nos discursos e diversos posicionamentos com relação aos fenômenos que se desenvolvem na Baixada Fluminense e na representação que se estabelece sobre eles (BARRETO, 2006, p.12-14).

Assim, essa dificuldade de definir as fronteiras da Baixada Fluminense parece repercutir certa indefinição quanto à própria posição social que ela ocupa em relação ao estado como um todo, onde muitas vezes ela é confundida com uma espécie de “sertão próximo” (SANTOS, 2008, p. 15) ou, nas palavras de Alves, não apenas como uma área periférica ao centro urbano, mas em uma perspectiva de maior profundidade como uma “periferia da periferia” (ALVES, 2003, p. 58).

Os diversos autores que produziram trabalhos sobre o processo de ocupação da Baixada Fluminense, - e no caso específico do presente trabalho, principalmente dos historiadores que estão sendo utilizados como apoio para tais reflexões - afirmam que a relação que o homem estabeleceu com o espaço, se refletiu não apenas no processo de ocupação, mas, se transferiu para as relações que ele estabeleceu com os demais ao seu redor.

Cumprido destacar que a categoria “homem”, nesse caso se refere a “homem detentor de poder” - sendo esse poder diversificado em variados matizes tais como: financeiro, posse da terra, *capital* político, posse dos meios de produção, posse dos meios de manifestação da violência legítima ou não, etc.

Assim como a natureza, entendida aqui como espaço geográfico onde se localiza a Baixada Fluminense, estava à mercê desse poder, os demais seres humanos com quem esse “poder” “compartilhou” esse ambiente foram colocados na mesma categoria do terreno, e, portanto, “coisificados” através das relações que se desenvolveram e que, em muitos casos, não apenas se estabelecem dentro dos mesmos pressupostos, mas que tem se perpetuado até os dias atuais⁵⁵.

Jose Cláudio aponta que “na história da Baixada Fluminense, a rapidez e intensidade com que as transformações ocorrem formarão quase que um padrão” (ALVES, 2003, p.29). Essa perspectiva é regularmente apontada em trabalhos que se debruçam sobre a análise dos

⁵⁵ Uso a palavra “coisificado” a propósito da fala de um morador da Cidade dos Meninos que se utilizou dessa expressão para definir o tipo de relação que a academia e os cientistas desenvolveram com os moradores. Mais à frente vou me aprofundar melhor sobre essa percepção.

processos de ocupações humanas e as relações que se estabelecem com o meio em se tratando desse referido território.

A propósito de uma discussão sobre movimentos de deslocação humana e ocupação de território em caráter desordenado, foi apontado que “[...] o espaço não inventa uma ordem. É reinventado porque é preciso que expresse uma ordem, o que exige uma ampla convivência cultural [...]” (SANTOS, 1984, p. 530). Assim, cumpre destacar que, a partir da premissa dessa inferência de Santos, se existe um *padrão* de ação e, os trabalhos de vários historiadores e geógrafos apontam esse aspecto particular no que diz respeito à Baixada Fluminense, esse padrão não foi, obviamente, estabelecido pelo espaço, pela natureza, mas, pelas relações entre o “poder” e os grupos humanos, nele estabelecidos uma vez que

Relações societárias, indivíduos e grupos de referência constituem elementos vitais na produção de sentidos, na orientação de comportamentos, na formulação de projetos e discursos. O terreno marcado pela desigualdade, é estruturado pela interdiscursividade e pela impossibilidade de univocidade e linearidade. Cada ator, projeto ou grupo social é, simultaneamente, agente e espaço de negociação. (MORAES, 2005, p. 92)

A insistência em um determinado aspecto pode parecer algo repetitiva, entretanto, basta conversar com alguns moradores da Baixada para perceber o quanto “naturalizadas” se encontram certas crenças cujas narrativas sempre terminam com um “o que fazer, não é mesmo minha filha? Essas coisas sempre foram assim”⁵⁶.

O discurso narrativo imbrica uma subjetividade inerente ao seu detentor à uma idéia de “verdade”, que se constrói com o tempo e passa a fazer parte da história de vida dos narradores.

Assim, as percepções tornam-se, com o passar do tempo, “naturais” e, com relação aos problemas, perde-se de vista os processos sociais que se associam às transformações que levaram a um ou outro dado fenômeno que se tornaram “naturalizados”.

Uma questão relevante que perpassa por diversos trabalhos é o posicionamento das autoridades com relação a essa área e às pessoas que nela habitam. Existe uma memória compartilhada socialmente⁵⁷ de um não planejamento no processo de tomada de decisões e, certo descaso quanto às conseqüências dessas decisões tomadas.

⁵⁶ Resposta de uma moradora da CM sobre a questão das dificuldades enfrentadas. Entrevista dia 23 de agosto de 2011.

⁵⁷ Faz-se uma referencia aqui ao conceito de Memória Coletiva de Maurice Halbwachs onde esse autor aponta que existem tantas memórias quanto grupos existem. Para saber mais ver O que é memória social de Jô Gondar e Vera Dodebei (Org). Rio de Janeiro: Editora Contra-capá, 2005.

Mesmo com relação às benfeitorias de uma determinada área, por exemplo, não se leva em conta o esfacelamento social e os possíveis impactos que tais decisões poderiam levar à outras áreas.

Outro aspecto da memória local diz respeito às epidemias que grassavam a região. Em certos momentos esses surtos epidemiológicos impuseram um quase “vácuo” populacional a regiões antes densamente povoadas. A esse respeito nos fala o relato a seguir:

Para se ter uma idéia do estrago provocado pela doença, basta verificar que, por volta de 1795, nossa população chegou a ser estimada em número superior a 17.022 habitantes. Nos anos seguintes de comprovada prosperidade crescemos muito mais. [...] já no fim do século XIX, estávamos reduzidos a menos de 400 moradores⁵⁸ (LAZZARONI, 2004, p. 162).

No “outro lado” dessa moeda, ou seja, sob o ponto de vista da questão do planejamento, o que tem existido como regra é a idéia de uma ação motivada pelo interesse mais amplo e que não tem, necessariamente a ver com melhorias para o espaço ou mesmo para as pessoas. Essa é a posição, por exemplo, da historiadora Marlúcia Santos de Souza quando discute os mecanismos do projeto de inclusão da Baixada Fluminense nos planos estatais de industrialização do período Vargas.

Segundo Souza, os “Núcleos Coloniais”⁵⁹ que foram institucionalizados nesse período configuravam-se como uma estratégia do Estado para minimizar os efeitos dos fluxos migratórios que o deslocamento do homem do campo para as cidades causava e também manter um plano de abastecimento da metrópole, utilizando uma “vocação” do espaço na produção de alimentos. Essa acertiva também é compartilhada por Torres, quando discute que “as terras da Baixada, serviam agora, para aliviar as pressões demográficas da Cidade do Rio de Janeiro” (TORRES, 2004, p. 162).

Podemos apontar também outro destaque relevante com relação ao projeto industrializador do governo Vargas, a partir da análise de Marlúcia Santos quando essa autora infere sobre as razões para construção e estabelecimento de um abrigo de menores na Baixada Fluminense e a posterior incorporação dos mesmos nos processos de produção agrícola (SOUZA, 2002, p. 125).

Os anos 30 do século XX vão determinar um outro tipo ação sobre o espaço que, novamente, vai contribuir no processo de formação de uma memória de descaso para com o agrupamento humano presente nessas terras que é a utilização máxima dos recursos naturais e humanos uma vez que “[...] estabelecia-se uma **tradição**⁶⁰ (grifo nosso) de relacionamento

⁵⁸ Ver a esse respeito. LAZZARONI, Dalva (2004).

⁵⁹ Os Núcleos Coloniais foram uma política de incentivo á manutenção do homem do campo fornecendo-lhe orientação técnica para viabilizar tal intento. Revista da Universidade Rural, Vol. 18.

⁶⁰ Aqui, pretendo chamar a atenção para a idéia de “memória construída”.

com esta natureza: a devastação pura em simples maximização de investimentos [...]” (ALVES, 2003, p. 29).

Entretanto, o processo de ocupação que levou a um adensamento populacional em pouco tempo provocou efeitos ainda mais catastróficos em termos de infra-estrutura do espaço, segundo os pesquisadores.

Esses deslocamentos maciços de pessoas na Baixada aparecem desde o “Bota Abaixo”⁶¹ do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, já que o “destino” desses grupos, em grande parte, era a Baixada. Para ilustrar essa informação basta observar o fato de que a população em 1910 da Baixada era estimada em cerca de 800 habitantes e em 1920 já contava com 2920 e na década de 1940 já chegava a 100.000 pessoas (TORRES, 2004, p163).

Esses números apontam como a Baixada Fluminense se tornou o principal destino do excedente humano do centro urbano carioca (ALVES, 2003; SOUZA, 2002; TORRES, 2004; BARRETO, 2006).

Um outro ponto que merece destaque por estar presente tanto na memória do passado, quanto da memória atual diz respeito à atuação dos grupos políticos locais.

Podemos apontar que “O individualismo consumista ou a honra, passíveis de ser detectados na base motivacional subjetiva da ação violenta não perdem sua referência com as relações de poder e de dominação que se estruturam social e historicamente” (ALVES, 2003, P.20), tanto quanto, as posturas desses referidos políticos cujas ações são comparadas às endemias, no que tange ao imaginário das populações, e que ficaram, desde a criação da Câmara Municipal, imortalizados em um jocosos dito popular que dizia: “Deus nos livre da política de Iguazu e das febres de Macacu” (PEIXOTO apud AVES, 1967, p. 36).

Estes políticos e suas práticas deixaram na lembrança dos moradores uma “marca” da sua forma de atuar nesse espaço que aparecem nos discursos e nas expectativas sobre si e sobre os mesmos.

a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas [...] é da combinação desses diversos elementos que pode emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem.” (HALBWACHS, 2002, p.12).

2.2 Da Fazenda Iguazú à Cidade dos Meninos

⁶¹ “Bota Abaixo” foi a designação popular que recebeu o conjunto de medidas implementadas durante a gestão do Prefeito Pereira Passos para o saneamento e remodelação da Cidade do Rio de Janeiro.

A Fazenda Iguaçu, como era conhecida a área que hoje compreende a Cidade dos Meninos, era a principal fonte de renda do Mosteiro de São Bento. Entretanto, a região alagadiça, que por si só já dificultava o cultivo, desde 1697⁶² já apresentava sinais de esgotamento do solo em virtude da forma de exploração nela implantada (BRASIL, 2002). A maior parte dos percursos dessa região era feita por via hidroviária (FADEL, 2006; SOUZA, 2002).

Contudo, três fatores em especial seriam determinantes para que esse espaço deixasse de ser viável economicamente para os religiosos: o primeiro desses fatores foi a assinatura da Lei Áurea, o segundo foi o advento da estrada de ferro e o terceiro fator foram os diversos surtos endêmicos da região.

O fim da escravatura impossibilitava aos religiosos do Mosteiro de São Bento o acesso à exploração da mão-de-obra gratuita e isso implicou em abandono das áreas plantadas por não disporem os padres de recursos para a realização desse trabalho através de serviço remunerado (BRASIL, 2002).

Essa percepção do impacto que o fim da exploração do trabalho escravo implicou se evidencia no trecho retirado de um livro da historiografia local onde o autor discute que:

Daperspectiva dos grandes proprietários o advento da abolição da escravatura foi outro profundo golpe no progresso da região. Agora, a Baixada Fluminense via-se privada de braços para as tarefas agrícolas e de infra-estrutura que mantinham a salubridade local (TORRES, 2004, p. 162).

Dessa maneira, podemos inferir que, em certa medida transferia-se para os escravos libertos a responsabilidade de colapso da região que, em última instância seria uma ação da alçada da administração do Estado.

Sob uma outra perspectiva podemos perceber que a atitude dos “donos do poder”⁶³ atuava dentro de uma lógica que também teve conseqüências sobre o destino desse ambiente. Essa concepção se percebe no fragmento de texto onde se aponta que “Os senhores existentes na Baixada, preferiam assistir à própria ruína a mudar a concepção sobre o trabalho e os trabalhadores” (ALVES, 2003, p. 47).

É relevante observar, nesse caso, como está relacionada toda uma postura que se estabelece com o mundo do trabalho e dos trabalhadores, uma vez que a nossa discussão diz

⁶² Dados obtido a partir do Relatório de Ministério da Saúde de 2002. Este relatório na busca da explicação das causas da contaminação buscou compreender, inclusive em termos topografia a história do lugar.

⁶³ O sentido aqui apontado não é o conceito desenvolvido por Raymundo Faoro, em livro do mesmo nome. Utilizo-me da expressão apenas em seu sentido lato.

respeito a um modelo de educação para o trabalho e tendo como ideário a concepção do trabalho como agente de “regeneração” das pessoas e da cidadania.

Prosseguindo em nossa análise, cumpre destacar que o segundo fator considerado como determinante para o colapso da Fazenda Iguaçu foi o advento da construção da estrada de ferro, que, além de proporcionar o desgaste dos solos pela retirada maciça de árvores para a confecção dos “dormentes” dos trilhos dos trens, também ajudou no processo de esvaziamento da região do ponto de vista das trocas comerciais.

É importante ressaltar que nas operações comerciais que aconteciam nessa referida região, os grandes comerciantes utilizavam para o transporte de suas cargas as rotas hidrográficas desse espaço, entretanto, os rios possuíam um leito muito raso e, por isso, era necessária a realização de pequenos percursos a pé até o próximo ponto do rio que permitisse a navegação. Isso contribuiu para a criação de estalagens, postos de trocas e ofertas de serviços diversos que otimizou a ocupação e a implantação de serviços diversos a fim de suprirem as necessidades durante as travessias realizadas nesses percursos.

O advento da construção da estrada de ferro, contudo, desviou para outro local o eixo de todas essas trocas (FADEL, 2006; BRASIL, 2002; SOUZA, 2002; TORRES, 2004) e, sem que nenhuma medida fosse tomada para a manutenção do que já havia sido introduzido em termos de benfeitorias viabilizadas em virtude do fluxo das trocas que se estabeleceram na região, a ausência das mesmas, simplesmente acabou provocando a falência total desses serviços e, em consequência, a falência das pessoas que dele tiravam o seu sustento.

Um caso exemplar foi o ocorrido com o Município de Estrela, que já se encontrava fragilizado por conta de um surto epidemiológico de *cólera morbus*, e, depois da construção da estrada de ferro e do deslocamento do eixo econômico, foi completamente abandonado deixando literalmente de existir. (TORRES, 2004, p. 162).

O terceiro fator determinante para o término das atividades produtivas da Fazenda Iguaçu foram os inúmeros surtos de doenças endêmicas que acometiam esta região do estado do Rio de Janeiro.

Apesar de ainda em 1906 a febre amarela ter sido declarada “oficialmente extinta no Rio de Janeiro” (CUNHA, 2005, p. 61) isso nem sempre retratava com fidelidade a realidade de algumas das localidades, especialmente, as que estavam fora do centro urbano e, acrescido a esse fato, outras endemias, especialmente a malária, promoviam uma verdadeira dizimação da população local.

Entre os anos de 1916 e 1918 as autoridades e instâncias governamentais, especialmente a federal, dedicaram-se com uma intensidade muito maior ao combate às três

grandes endemias que se abateram sobre a região da Baixada Fluminense: o combate à de “doença de chagas”, ao “impaludismo” e o combate à “febre amarela” (OLIVEIRA, 2008, p. 249).

Assim, esses três principais fatores conjugados tornaram-se os elementos que foram determinantes para que o território conhecido como a Fazenda Iguazu deixasse de ser viável economicamente e, por isso, ela se tornou uma área praticamente em abandono.

Essa foi a razão usada como justificativa para que em 1931 todo o acervo dessas terras que a compunham, passassem para o domínio da União.

2.3 Da Cidade das Meninas à Cidade dos Meninos

A Cidade dos Meninos Darcy Vargas constitui uma das belas realizações da Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Para ali se conduzem menores procedentes das classes menos abastadas, a fim de receberem, instruções, preparo cívico, religioso e moral, bem como orientação na trilha do amor ao trabalho (PONDÉ, 1977, p. 224).

Em 1943, quando foi criada a Fundação Darcy Vargas, o Governo Federal doou a essa instituição um terreno que pertencia, originalmente, ao Núcleo Colonial São Bento, que havia sido encampado pela União. Foram gratuitamente transferidos para a Fundação Darcy Vargas, um terreno com uma metragem de 19 milhões de metros quadrados, para a criação e instalação da “Cidade das Meninas” através do Decreto-Lei n. 5.441, de 30 de abril de 1943⁶⁴ (BRASIL, 1943).

Com a posse desse terreno, a Fundação Darcy Vargas começa a construção da Cidade das Meninas.

Essa área era compreendida entre a Estrada de Rio-Petrópolis e o Canal de Iguazu. Cabe destacar que na época da criação, toda essa extensão era ainda compreendida pelo município de Nova Iguaçu, entretanto, é desse período também, a criação do município de Duque de Caxias ao qual a Cidade dos Meninos ficou, então, incorporado.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o primeiro governo Vargas (1937 – 1945) também foi encerrado e tomou posse como Presidente eleito da República o General Eurico Gaspar Dutra (FAUSTO, 2003, p. 398) que havia feito parte do governo Vargas. Essa “proximidade” fez com que a ex-Primeira Dama Darcy Vargas, solicitasse à autoridade presidencial a transferência integral da Fundação Darcy Vargas, que havia sido restituído à

⁶⁴ Vide anexo 1 doc. 1.

União, para a Fundação Abrigo do Cristo Redentor cujo fundador e primeiro presidente, Raphael Levy Miranda, era amigo pessoal de Darcy Vargas (PONDÉ, 1977). Essa transferência do acervo da Fundação Darcy Vargas para a FACR ocorreu através do Decreto-Lei No 9.899 (OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Observamos, contudo, que, ao transformar o espaço em Cidade dos Meninos – Levy Miranda sugere que, mais do que mudar de “meninas” para “meninos”, essa concepção reflete também a inserção mais agressiva dentro do planejamento estatal da preparação da mão de obra masculina “objeto privilegiado desta formação nos anos iniciais de decolagem do desenvolvimento industrial” (OLIVEIRA, 2008, p. 78) acrescido do fortalecimento dos mecanismos de exclusão do excedente urbano e a criação de estratégias de fixação humana fora dos limites da cidade.

Dessa forma, inferimos que, apesar da mudança de gênero, seja Cidade das Meninas ou Meninos, a “mentalidade pedagógica” da época vai operar dentro dos mesmos pressupostos da dicotomia educacional entre educação propedêutica e educação profissionalizante.

É sempre importante destacar que, os atores sociais que nesse período, representavam a parte da sociedade que efetivamente, exerciam a “cidadania plena”⁶⁵ estavam empenhados nesse processo de construção da nação e nos mecanismos para desenvolvê-los pois “o clima de exaltação nacional e entusiasmo patriótico que caracterizou o grande projeto político-ideológico desse período a todos mobilizava” (CUNHA, 2005, p. 79).

Em relação à “Cidade dos Meninos” e às especificidades que ela incorpora, cabe salientar que no ano de 1947 instala-se em seu interior o Instituto de Malariologia. Cumpre esclarecer que esse referido instituto havia sido criado em 1946 via Decreto-Lei No 9.655 de 1946 (vide anexo 1, doc. 2), e que passou a funcionar na sede do Serviço Nacional de Malária no Distrito Federal (BRASIL, 2002).

O Ministério da Agricultura à qual o instituto encontrava-se subordinado, arcou com a construção de 40 pavilhões na Cidade dos Meninos e faz uma solicitação de cessão de 8 pavilhões onde o mesmo, buscava promover o desenvolvimento de pesquisas na área das doenças endêmicas. (BRASIL, 2002).

Em 1949 é também começam as construções da fábrica de Hexaclorociclohexano (HCH), e no ano seguinte, também utilizando parte desses 8 pavilhões cedidos é instalada e inaugurada em 1950 a Fábrica de Pesticidas.

⁶⁵ Não podemos esquecer que no capítulo anterior, destacamos que na “ditadura dos técnicos” a ditadura plena não era exercida por todos os membros da sociedade.

Cumprir lembrar que o projeto inicial da Cidade das Meninas, depois transformada em Cidade dos Meninos implicava na construção de casas-lares para abrigar os “desvalidos”. Essas casas, posteriormente foram ocupadas por funcionários da FACR e, em um segundo momento tanto pelos funcionários do Instituto de Malariologia quanto pelos da Fábrica de Inseticidas.

A partir desse período desenvolve-se um longo processo de conflitos entre o provedor da FACR e os funcionários tanto do Instituto quanto da Fábrica.

Levy Miranda em diversos momentos lembra às autoridades competentes que os termos de sessão dos pavilhões se pautava em um acordo entre as partes onde a FACR se comprometia a ceder os pavilhões ao Ministério e o governo se comprometia na devolução dos mesmos à FACR “à razão de dois por ano a partir de 1952” (BRASIL, 2002, p. 11). Ou seja, em 1955 todos os pavilhões deveriam estar novamente sob a responsabilidade exclusiva da FARC.

2.3.1 Levy Miranda: a liderança carismática.

Em 13 de novembro de 1969 morre o senhor Raphael Levy Miranda (PONDÉ, 1977, p. 30) que havia sido o idealizador, articulador e primeiro gestor da FACR. Esse personagem concentrava em si a figura do “líder carismático” nos moldes de seu principal provedor Getúlio Vargas e, nesse caso, vale a pena uma pequena pausa no sentido de explicitar o que esse aspecto significa em termos científicos e em termos de construção de uma mentalidade.

O termo carisma foi popularizado por Max Weber, [...] O carisma é o encanto ou a graça que acompanha certas personagens sobre as quais caíram a escolha de Deus. [...] O poder carismático identifica-se por seu caráter “extraordinário, sobre-humano, sobrenatural”. Aquele que o possui é um “enviado de Deus” (BOUDON; BOURRICAUD, 2007, p. 48).

A construção da mentalidade é um elemento fundamental para a reflexão que nos propomos nesse trabalho. A mentalidade construída sobre esse personagem se reflete até os dias atuais nas falas e nas ações dos moradores da Cidade dos Meninos, especialmente os que, de alguma forma estabeleceram algum tipo de interação com a instituição. A esse respeito o sociólogo alemão Norbert Elias aponta que,

é necessário também ter em mente o desenvolvimento da imagem dos homens como indivíduos, da imagem da personalidade. Conforme já mencionamos, uma das peculiaridades da imagem tradicional do homem é que as pessoas frequentemente falam e pensam em indivíduos e sociedades como se fossem dois fenômenos com existência separada – dos quais, além disso, um é com frequência considerado ‘real’ e o outro ‘irreal’ – em vez de dois aspectos diferentes do mesmo ser humano (ELIAS, 1994, p. 234).

A trajetória de Levy Miranda é importante para esse estudo uma vez que, como apontado no texto de Elias, sua história e a da FACR estão imbricadas de uma forma, que é impossível, sob pena da perda de significado, a separação dessas trajetórias. Esse gestor esteve à frente da direção da Cidade dos Meninos desde a sua instalação nesse espaço físico específico e, ao longo de um tempo considerável, cerca de 22 anos.

Dessa forma, para ratificar a importância desse personagem na história da Cidade dos Meninos, destacamos que, mesmo nos dias atuais, tendo passado mais de 30 anos de seu falecimento, as “suas” idéias são consideradas e descritas, por alguns antigos funcionários da FACR e que residem até os dias atuais no interior da Cidade dos Meninos, como “modernas”, “de vanguarda”, “justas”, “caridosas”, para utilizar alguns dos adjetivos com que essas pessoas me descreveram a ação de Levy Miranda.

Percebemos muito claramente que, embora Levy esteja ausente, sua imagem mítica continua presente como representação de um ícone de legitimidade de ação e de propostas através dos discursos de alguns dos moradores ao elencar as qualidades desse “visionário da assistência ao menor”.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (HALBWACHS, 2006, p. 51)

No que diz respeito à pessoa de Levy Miranda, vamos destacar apenas alguns informes no sentido de nos ajudar a visualizar de que forma e, por quais mecanismos ele construiu essa mentalidade acerca da sua personalidade e conduta na construção de uma imagem que justificava a validade e a justiça dos seus propósitos.

Em primeiro lugar destacaremos alguns dos títulos que acumulou ao longo da sua trajetória para uma melhor compreensão da sua importância pessoal que acumulou no imaginário social da sua época e do seu entorno no que tange aos processos decisórios que se estabeleceram e que tiveram sua participação.

Em 1938 foi Levy Raphael Miranda foi eleito pelo então Presidente Vargas Membro do Conselho Nacional de Serviço Social.

Em 1949 foi condecorado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra com a comenda da Ordem Nacional do Mérito Naval.

Em 1955 foi nomeado pelo Presidente Café Filho como Presidente da Comissão de Desenvolvimento e Regulamento da Pesca⁶⁶.

Uma questão que vale destacar, refere-se ao fato de Levy Miranda, receber nomeações e homenagens, por parte de três diferentes presidentes do nosso país e uma diplomação do Papa Pio II (PONDÉ, 1977).

Um outro aspecto a destacar é a sua perspicácia no tocante à “oferta do serviço que se precisa” – o que hoje convencionamos chamar de visão empresarial, ou capacidade de empreendedorismo.

O primeiro fato que notabilizou a figura de Levy Miranda, foi a sua atuação junto aos lojistas da cidade do Rio de Janeiro, que se preocupavam com a impressão causada pelo excesso de mendicância que transmitia a impressão que “na década de 30, no Rio, o centro da cidade era o paraíso dos mendigos” (PONDÉ, 1977, p. 73).

Levy Miranda, articulado junto ao Sindicato dos lojistas do Rio e Janeiro e através de entendimento com o Chefe de Polícia Major Felinto Muller, promoveu, devidamente travestida de caridade, a retirada compulsória dos mendigos do centro do Rio e, essa ação resultou na criação da Delegacia da Mendicância (PONDÉ, 1977, p.73) e no prestígio que Levy passou a gozar por alguns seguimentos da sociedade carioca.

Dessa forma, tanto nesse caso dos mendigos quanto no caso dos “menores”, Levy Miranda oferece um serviço que é a “solução” naquele momento, para os lojistas e, essa forma de se relacionar e estabelecer ações o ajudou a capitalizar conhecimentos, favores, e alianças as mais diversas.

Num exemplo interessante desse tipo de aliança, podemos perceber na questão das Delegacias de Mendicância, para “recolhimento dos mendigos” cuja lógica foi a mesma utilizada para as crianças da Cidade dos Meninos, pelo menos no que diz respeito ao seu público “preferencial” que eram os “completamente abandonados, moralmente abandonados, órfão de mãe e órfão de pai” (PORTO, 1942, p.44) e é importante ressaltar era nessa ordem que se estabelecia essa preferência. Dessa forma, nascem as Delegacias de Repressão à Mendicância e de Menores Desamparados (PONDÉ, 1977, p. 140).

Como terceiro elemento, representativo da personalidade de Levy Miranda destacamos um outro aspecto característico do *líder carismático*, o “sobrenatural”. Podemos perceber esse aspecto, em primeiro lugar, na capa da sua biografia: a alcunha de “apóstolo” é um primeiro dado para nos demonstrar o que se pretende. Também é possível perceber através

⁶⁶ Ver a respeito dessas informações sobre as nomeações de Levy Miranda o relato que se encontra em sua biografia escrita por Jayme Pondé (1977), nas páginas 31 e 32 da mesma.

dos relatos presentes em alguns fragmentos dessa biografia de Levy Miranda outros elementos que nos podem esclarecer como se desenvolveu esse aspecto mítico de sua personalidade.

Uma das passagens refere-se a um evento ocorrido com seu filho que estava acamado por conta de um trauma durante uma partida de rugby na escola. O jovem já havia se submetido a cirurgias por conta desse referido trauma e, os médicos apontavam um possível diagnóstico para osteomielite, que, principalmente nessa época, era uma doença muito grave de ser tratada.

Segundo o relato presente na biografia de Levy, seu jovem filho sonhou que seu pai foi junto com a esposa rezar à meia-noite e benzeu a ferida com uma imagem do Deus-Menino. Na manhã seguinte, segundo o relato, o jovem amanheceu sem febre e melhor⁶⁷.

Outro episódio bem expressivo e, de igual forma, trazendo-nos a ideia de “milagre”, foi um outro fato narrado em sua biografia e, desta vez ligado a escola de pescaria pode nos ajudar a dimensionar o mito que se estava criando em torno dessa figura: com o sub-título de “Dons Invulgares” o autor da biografia de Miranda, depois de discorrer brevemente sobre as características especiais presentes em nele, aponta que na sua ausência, muitas vezes, ao se fazerem ao mar, todos os barcos pesqueiros⁶⁸ da escola, voltavam muitas vezes vazios, entretanto, quando ao contrário, contavam com sua presença, *sempre* voltavam cheios. Segundo o mesmo relato, Levy também, muitas vezes acompanhava os pescadores e indicava com acerto onde jogar as redes para obterem êxito nas pescarias.

Ainda um outro relato discorria sobre o evento com um alienado recebido em um dos abrigos e que estando esse em grande agitação, bastou Levy lhe impor as mãos para que o mesmo imediatamente se acalmasse e voltasse à normalidade. (PONDÉ, 1977, p. 15).

Podemos perceber nesses relatos muitos dos dons atribuídos a Jesus, como a cura dos doentes, a fartura na provisão dos meios da alimentação, a própria questão da pesca é também uma “imagem” ou ideário, muito atribuído a Jesus e a cura dos perturbados ou “endemoniados” de acordo com a crença pessoal de cada um.

Todos esses eventos contribuíram para o desenvolvimento de uma imagem cuja personalidade, capitalizava não apenas fundos, mas também capitais de negociação que viabilizavam seus projetos.

⁶⁷ Ver a esse respeito relato detalhado na biografia do autor, na página 80 e 81.

⁶⁸ A FACR administrava várias instituições e, entre elas também contavam-se escolas de pesca.

É bastante significativa a forma como, aparentemente, ele capitalizou recursos para a construção dos pavilhões junto ao Ministério de Agricultura onde ele ganharia 40 pavilhões em troca da sessão de 8 deles, por 4 anos.

Podemos também destacar o acordo que firmou com o governo Dutra, por ocasião da transferência dos bens da Fundação Darcy Vargas para a FACR, uma vez que essa dita transferência estava condicionada a concessão de verbas federais que garantissem a manutenção da instituição. (OLIVEIRA, 2008, p. 77).

É evidente que o desenrolar dos fatos não se deu como ele esperava mas a argúcia desse personagem ao negociar construção e subsídio para seu empreendimento é incontestável.

Esses elementos sugerem um Levy Miranda, tanto quanto seu principal provedor, mentor político e fonte de capital de ação política, Getúlio Vargas, um exemplo interessante de líder carismático, e no caso, do primeiro, um efetivo elemento articulador da política que se desejava implantar.

Para uma reflexão sobre esse tipo de ideário vamos observar o trecho a seguir, extraído de uma produção da própria FACR e que retrata o pensamento do seu gestor.

Nestas escolas administra-se mais o ensino primário e procura-se educar os meninos para as tarefas que os encaminhem depois ao ensino profissional. Pretende-se, principalmente, criar uma mentalidade de trabalho, inculcando-lhes, a noção de responsabilidade, tornando-os aptos a desempenharem, depois, suas funções sociais. (Levy Miranda – FARC, 25 anos de Trabalho Cristão)⁶⁹.

Alguns pontos são por demais representativos nessa fala e, não poderíamos deixar de chamar a atenção sobre eles. No primeiro deles o que salta aos olhos é a afirmação de que “administra-se mais o ensino primário”. Saber ler é uma condição necessária para minimamente se tornar instrumentalizado esse menino para a função, qualquer que seja ela, a ser desempenhada.

O segundo ponto a destacar é a afirmação sobre o “encaminhamento” ao ensino profissional. Ou seja, o destino dessa massa sob a responsabilidade educacional e de assistência desse espaço era a ocupação de trabalhador assalariado e, já que o ensino priorizado era o primário, podemos inferir que não seria um trabalhador muito qualificado que envolvesse competências para além das físicas ou mecânicas.

O terceiro ponto a destacar é a idéia de “criar uma mentalidade de trabalho” que, nos capítulos anteriores podemos perceber. Essa “mentalidade” também é discutida pela

⁶⁹ Ver a esse respeito OLIVEIRA, 2008, p.77. .

pesquisadora Helena Bomeny, assim como outros autores. Trata-se da construção de um ideal de “resgate social” viabilizado pela organização, prática e ideologia fornecida pelo “mundo do trabalho”.

O quarto ponto diz respeito a questão das “funções sociais” que são pré-determinadas para esse contingente humano. Que funções seriam estas, nos perguntamos? Evidentemente, que, ao trabalhador com funções mecânicas e não qualificadas não restariam muitas “funções sociais” que não primassem pelo papel de subserviência.

A quinta questão é o ideário que perpassa por todas as demais questões anteriores através de uma simbiose teórica e filosófica inspirada tanto em um “positivismo” com sua noção de responsabilidade civil para com a “pátria” onde o indivíduo “desaparece” em função do todo social, quanto o determinismo que é influenciado pelas teorias do final do século e ainda presentes nas políticas e, por último, a marcada influência facista que se reflete nos meios para colocar tais intentos em prática.

Esse tipo de proposta parece se adequar, a longo prazo, à intenção de criar uma coesão social viabilizada por uma “crença”, portanto, ideológica, de um “papel social” dentro de destino da nação. Dessa forma

a coesão dessa memória explica-se pelo fato de que as lembranças que ela evoca são coerentes como devem ser os fenômenos (objetivos) fora de nós. Mas é a mesma causalidade natural que liga as coisas. [...] o que chamamos aqui de causalidade natural simplesmente designa a representação que fazemos de nós na sociedade que nos circunda [...] existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas no espaço [...] é esta lógica social e as relações que ela determina (HALBWACHS, 2006, p. 61)

Esse levantamento da importância de Levy Miranda é relevante, sobretudo porque em função da legitimidade alcançada por esse personagem, a pedagogia imposta ao corpo discente na Cidade dos Meninos não havia sido ainda contestada e é até hoje, valorizada por alguns como um exemplo a ser seguido.

2.4 Os educandários

O regime instalado na Cidade dos Meninos obedecia às normas da reclusão sendo que em alguns casos ela acontecia de forma parcial.

O menor abandonado não é um culpado; é uma vítima; e quando o Estado manda interná-lo em um estabelecimento de assistência sem haver ainda cometido falta é justo que para ele não se abram as portas de uma prisão ou se institua um regime de ferrenha disciplina, mas se inaugure uma verdadeira escola de preservação, capaz de lutar contra a degenerescência, onde tenha o incentivo para o bem, a compreensão do trabalho, a educação física, ou melhor, a higiene da alma e do corpo (PINTO apud CÂMARA, 2010, p. 249).

Conforme abordamos anteriormente, no capítulo que faz referência ao livro publicado por Rubens Porto, sob o patrocínio de Darcy Vargas, a respeito das sugestões para o funcionamento, administração e organização espacial da Cidade das Meninas, a mudança do gerenciamento – que antes estava sob os cuidados da Fundação Darcy Vargas e, a partir de 1946 torna-se responsabilidade da FACR – não alterou de maneira substantiva as condutas que deveriam definir as ações desenvolvidas no referido espaço.

Salvo as práticas que tenham uma relação direta com a questão do gênero feminino, como ensino de puericultura e disciplinas afins, no tocante ao modelo global, tudo mantinha-se como sugerido por Rubens Porto: ensino primário e ensino profissionalizante com vistas a uma ética para o trabalho e posição socialmente demarcada pela origem.

A importância da relação trabalho-educação se justifica porque justamente a partir dela a formação humana configura-se como processo contraditório e marcado pelos valores capitalistas. Esse processo, a medida em que se institucionaliza, forja categorias apropriadas para defini-lo socialmente como por exemplo: formação profissional, educação profissional, qualificação profissional (RAMOS, 2011, p.29).

Como podemos observar no fragmento acima, a relação do ensino com a questão da profissionalização cumpre um planejamento de classificação das pessoas tendo em vista a sua categorização profissional.

No que tange à questão sobre o ensino profissionalizante, vale destacar que em 1942 o sentido que se atribui a esse modelo de instrução diverge enormemente do que preconizamos na nossa atualidade.

A organização do ensino com a promulgação das Leis Orgânicas de 1942, na gestão de Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde impunha um “destino” traçado para o aluno desde a primeira série. Nesse planejamento articulava-se o ensino primário ao secundário específico para cada grupo.

Chamo aqui a atenção para essa proposta do Plano Nacional de Educação da gestão Capanema.

CAPÍTULO IV - DA LIGAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO COM AS OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO.

Art. 9º O ensino secundário manterá ligação com as outras modalidades de ensino pela forma seguinte: 1. O curso ginasial estará articulado com o ensino primário, de tal modo que deste para aquele o aluno transite em termos de metódica progressão⁷⁰ (BRASIL, 1942).

Nessa proposta de organização da educação, o ensino primário está articulado com o secundário sendo que, para cada modelo de ensino caberá um formato diferente. Um dos modelos, o propedêutico, privilegia as matérias de enfoque claramente intelectual (humanidades, ciências físicas, químicas e biológicas) e o outro modelo de ensino, o profissionalizante, se caracteriza por ser predominantemente manual (escolas agrícolas, de mineração, pesca, industriais e profissionais).

Um aspecto que demonstra o caráter impositivo e elitista desse modelo de política educacional é o fato de não haver aproveitamento de seus estudos se o aluno quisesse mudar a opção da área. Assim a lógica desse modelo proporcionaria, a longo prazo, uma dicotomia social que se passaria por “escolha” individual das camadas populares pelas escolas primárias e profissionais e as camadas mais abastadas para o ensino secundário e superior.

Dessa forma, cumpre destacar que a relação ensino e profissão viriam com o desenrolar dos anos, incorporando categorias e expectativas quanto aos *papéis sociais* de seus membros ao longo do processo de construção do brasileiro que esse modelo de instituição planeja forjar.

Duas instituições foram criadas no período do governo Vargas: o SENAI pelo Decreto-Lei No 4.048 e, quatro anos depois, o governo criava o SENAC que vai ser dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comercio (SENAI, 2012)⁷¹.

Essas duas instituições foram criadas para dar conta das novas estruturas e as demandas que os conflitos mundiais das duas Grandes Guerras (1914-1918 e 1940-1945) criaram.

Entretanto, esse modelo de instituição foi mais atuante nos centros urbanos e o modelo de profissionalização ou aperfeiçoamento técnico que foi oferecido à população discente da Cidade dos Meninos priorizava outros seguimentos da profissionalização, mais próximos das atividades braçais do que propriamente mecanizadas e muito menos ainda na oferta intelectual. Nesse aspecto entendemos que:

o projeto burguês de educação, desde o final do século XVIII, já é fortemente marcado pela concepção de educação para as massas como fator de racionalização da vida econômica, a produção, do tempo e do ritmo do corpo [...] a educação do trabalhador, no projeto burguês,

⁷⁰ Esse texto encontra-se na íntegra disponível na internet. O endereço consta na bibliografia no item Internet com o nome Decreto-Lei 4224 de 9 de abril de 1942.

⁷¹ Ver a esse respeito página na internet < http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx >

é subsumida à necessidade do capital de produzir a força de trabalho como mercadoria (ENGELS apud RAMOS, 2011, p.31).

Não vou entrar explicitamente numa explicação puramente pelo viés das teorias marxistas, mas cumpre valorizar, nesse aspecto, a análise de Engels que, em seu seminal estudo sobre as classes trabalhadoras na Inglaterra discorre sobre a relação de trabalho e educação, onde a educação está totalmente submetida à lógica do trabalho e perceber os pontos de contato das discussões desse autor e alguns aspectos com esse projeto de educação para e pelo trabalho colocado em prática na Cidade dos Meninos.

Para ilustrar esse ponto, destacamos o recorte da pesquisadora Maria Alice Nogueira, que aponta, com relação a essa discussão selecionada num fragmento de Friedrich Engels onde este fala que “se a burguesia só lhes deixa na vida o estritamente necessário, não devemos nos espantar ao constatar que ela só lhes concede a dose de cultura que o seu próprio interesse exige” (ENGELS apud NOGUEIRA, 1990, p. 71).

Com relação especificamente a essa questão, inferimos que ficam explícitas as intenções sugeridas por Rubens Porto no seu livro quando aponta claramente quais as atividades que as crianças recolhidas na “Cidade das Meninas” deveriam necessariamente se ocupar, segundo a “oferta dentro das possibilidades da família” (PORTO, 1942). Ou seja, a origem familiar determinava a oferta de ensino que essa criança receberia.

Com relação a esse aspecto podemos também deduzir que esses mecanismos pedagógicos seriam utilizados no processo de manutenção de uma regra para cada grupo dentro da sociedade, uma vez que:

A força simbólica de uma instância pedagógica define-se por seu peso na estrutura das relações de força e das relações simbólicas (exprimindo sempre relações de força) que se instauram entre as instâncias exercendo uma ação de violência simbólica, estrutura que exprime por sua vez, as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas da formação social considerada. É pela medição desse efeito de dominação da ação pedagógica dominante que as diferentes ações pedagógicas que se exercem nos diferentes grupos ou classes colaboram objetiva e indiretamente na dominação das classes dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 2009, p. 28-29).

Assim sendo, cabe ressaltar que na Cidade dos Meninos, como no projeto original, o ensino se dividia em ensino regular fornecido pelas escolas Cidade dos Meninos, que era estadual, e pela Escola Municipal Sara Kubistchek, assim como os diversos cursos de caráter profissionalizantes oferecidos pelos institutos dentro da Cidade dos Meninos.

Abaixo (figura 2), um exemplo de uma das atividades pedagógico-profissionalizantes para as crianças da Cidade dos Meninos.



Figura 2 – As atividades de aprendizagem na Cidade dos Meninos

Fonte: Revista FACR.

Essa imagem reflete de forma bem eloquente a propriedade do conceito formulado, na década de 1990, pelo sociólogo José de Souza Martins “crianças sem infância” que é utilizado nas pesquisas sobre crianças que, por uma contingência, são inseridas nas complexificações do mundo dos adultos em contextos diversos.

Na Cidade dos Meninos, a própria escolha dos cursos profissionalizantes oferecidos aos seus abrigados já demonstra de forma eloquente o campo de atuação que se pensava para essas crianças. Os cursos ministrados eram de: confecção de vassouras, panificação, serigrafia, mecânica, serralheria, datilografia, barbearia, corte e costura, cestaria, educação para o lar, artesanato, iniciação musical e teatral (vide anexo 2, fotos 1 e 2).

Em 1947 a Cidade dos Meninos tem suas atividades iniciadas a partir de cinco primeiros pavilhões construídos.

O projeto original previa que o início das atividades seriam desenvolvidas e distribuídas em sessenta pavilhões, mas as circunstâncias do fim do governo Vargas não possibilitaram que esse projeto ocorresse com a magnitude que havia sido idealizada.

Até 1949 a cidade obteve a construção de mais quatro pavilhões além da Escola Agrícola Cidade dos Meninos que funcionou até 1951 contando com um corpo discente de 240 alunos (vide anexo 2, fotos 3, 4, 5 e 6).

Em 1953 foi construído o Instituto Nossa Senhora da Paz que possuía a capacidade de atender até 200 alunos. Ainda nesse ano foi inaugurado o Refeitório Geral da Cidade dos Meninos e o Grupo Escolar Cidade dos Meninos para atender a alunos internados e também

aos da comunidade. Essa escola somente a partir do ano de 1973, nesse caso, já dentro das normatizações impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, foi adaptada para oferecer o ensino ginásial (PONDÉ, 1977, p. 228) e cabe ressaltar, com um atraso da ordem cerca de 12 anos, uma vez que a LDB é da ano de 1961.

A Escola Municipal Sara Kubistchek possui em sua estrutura um prédio “anexo” que era destinado para encaminhamento das crianças portadoras de algum tipo de necessidade especial (vide anexo2, foto 7).

Os institutos em funcionamento na Cidade dos Meninos eram a princípio três: Instituto Margarida Araújo que fazia o atendimento para meninos e meninas de 3 a 12 anos de idade. O Instituto Dom Bosco que atendia exclusivamente a menores do sexo masculino entre 14 e 18 anos e funcionava como internato e o Instituto Nossa Senhora da Paz para ambos os sexos e que atendia internos com a faixa etária entre 11 e 14 anos de idade (vide anexo 2, foto 8).

Em 1954 foi construído um aviário com capacidade para 25 mil aves, a fábrica de gelo e em 1958 a Grupo Escolar Darcy Vargas. O Instituto Profissional Getúlio Vargas possuía dormitórios, refeitórios, lavanderia e cozinha (vide anexo2, fotos 9, 10, 11 e 12).

Em 1968 instalaram-se a fábrica de ladrilhos, as atividades de agrícolas e agropecuárias, criação de porcos, carpintaria e tipografia. Entretanto as oficinas começariam apenas na década de 70.

Essas instalações ajudavam no processo de auto-sustentação da Cidade dos Meninos.

A instituição funcionava dentro do regime de internato e semi-internato sendo que em ambos obedeciam-se as regulações do tipo apontado por Foucault sobre a elaboração dos “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2009, p. 133) e da disciplina e controle dos espaços e de seus integrantes que era necessário para criá-los.

Em conformidade com parte do planejamento original do projeto, foram construídas casas lares uma vez que a idéia original do projeto era abrigar os menores desamparados em ambientes de caráter familiar. Entretanto, essa idéia não foi colocada em exercício sendo tais moradias redirecionadas para os funcionários e familiares da instituição e, mais tarde, como já discutido, para funcionários do Instituto de Malariologia e da Fábrica de produtos Profiláticos.

O escopo pedagógico dos dirigentes da Cidade dos Meninos apresentava-se dentro da influência do ideário do trabalho como elemento de definição de papel social e de salvação dos vícios “herdados” ou “adquiridos”.

O lado perverso dessa lógica reside numa quase “inversão” do que preconizamos na atualidade no que tange à questão da “vulnerabilidade social”. Ou seja, hoje sabemos que determinadas condições de sobrevivência podem desencadear processos de violência para as

peças submetidas a elas e o objetivo das diversas políticas de assistência social é tentar evitar que a criança e o adolescente estejam submetidos a essas condições e, não confiná-las, sem que hajam cometido qualquer ação que justificasse tais isolamentos, ao contrário do ideário desse período onde esses grupos tinham a pretensão de

redimir a população em direção à construção de uma nova identidade social conformada com padrões de beleza, de saúde e de educação. Em contraposição, arregimentaram-se planos de ação que, compartilhados por vários setores da sociedade objetivaram habilitar a população. Por meio da instrução primária e do ensino profissional procuraram promover a ordem instituída pelo poder público na superação do atraso como expressão da desordem, do feio, do doente (CÂMARA, 2010, p. 127).

Podemos inferir desse período, que, tendo em vista o sistema político onde estava imerso, as categorias trabalhistas urbanas em vários seguimentos estavam excluídas da cidadania plena e, no caso dos trabalhadores rurais essa prática incluía toda a categoria configurando-se assim como uma “concepção da política social como privilégio e não como direito”. (CARVALHO, 2004, p. 114).

Dessa maneira, esse modelo de política implicava, muitas vezes, em uma “criminalização” a priori dos jovens como podemos ver nessa passagem ilustrativa de um jornal: “[...] os anormais que ora frequentam as nossas escolas serão os criminosos de amanhã [...]” (CAMARA, 2010)⁷² e, em segundo lugar, era instituída uma punição, antes mesmo do suposto delito ter sido cometido. Apontamos como punição, tendo em vista o fato de que os jovens eram submetidos a trabalhos e a um regime de reclusão vigiada.

A preocupação da sociedade com novas formas de correção e punição era uma constante na sociedade da época. A pesquisadora Rosa del Olmo aponta a década de 30 do século XX como a mais expressiva do ponto de vista da pesquisa jurídica no Brasil. Ela discute que nesse período foi gestado, discutido e elaborado o Novo Código Jurídico Brasileiro que entrou em vigor na década de 40 (OLIVEIRA JÚNIOR, 2005) que incorporaria a noção de “*periculosidade*” que era entendido como “[...] a probabilidade de vir ou tornar o agente a praticar fato previsto como crime [...]” (CAMPOS apud OLIVEIRA JUNIOR, 2005, p.89).

Por conta de reflexões dessa natureza, os estudiosos nos chamam a atenção para a questão do “desvalido”, que, por estar submetido a essa condição, esse ator social, se via “condenado” (BOMENY, 2003) a esse ensino profissionalizante de caráter “regenerador”.

⁷² É importante destacar que a “anormalidade” era concebida muitas vezes a partir de caracteres psíquicos, culturais e sociais. Fonte: Jornal do Comércio, 21 de junho de 1927.

A população discente da Cidade dos Meninos era majoritariamente formada por esses “desvalidos”, uma vez que a prioridade para aceitação que fossem, em primeiro lugar “crianças completamente abandonadas” (PORTO, 1942, p. 44).

Esse ideário de “resgate ao desvalido” está presente, como vimos anteriormente, nos discursos dos idealizadores dessa instituição, vai se manter ao longo da vida útil da mesma e reside no imaginário e na memória, nas falas e nas práticas de alguns de seus antigos funcionários.

2.5 O Instituto de Malariologia e a Fábrica de Pesticidas

Em 1949, por solicitação do Ministro Mario Pinotti, foi instalado um laboratório de pesquisa na área da malariologia em parte das instalações da Cidade dos Meninos. Também por solicitação de Mario Pinotti foi construída uma fábrica de pesticidas nesse mesmo local. (BRASIL, 2002). Esta fábrica se justificava, segundo as autoridades da época, pela proximidade com a fábrica de gelo, que existe e funciona até os dias atuais, material fundamental para a catálise a frio do HCH⁷³.



Figura 3 – Instituto de Malariologia.

Fonte: BRASIL, 2002.

⁷³ HCH-hexaclorociclohexano: Essa substância era a base para os pesticidas que eram fabricados mediante uma técnica (catálise a frio) desenvolvida por um cientista holandês Henk Kampf que, em visita a Cidade dos Meninos sugeriu ao Ministro Mario Pinotti a instalação da fábrica.

Cabe ressaltar aqui o momento histórico em que esses eventos ocorreram. Com o fim da Segunda Guerra Mundial os pesticidas e, particularmente o DDT e suas propriedades no controle de vetores de doenças endêmicas faziam outorgaram um reconhecimento por parte da comunidade científica, ao considera-los como uma das descobertas mais relevantes para a humanidade. Sua importância era comparada ao do radar e da penicilina (BRAGA, 1996, p. 2).

Dois fatores parecem ser determinantes para o ponto de vista da época para a justificativa de implementação do Instituto de Malariologia na Cidade dos Meninos: o primeiro deles é o fato de que o Brasil possuía um histórico de endemias de grande porte, historicamente documentada.

O segundo elemento aponta que com os novos tempos e, as novas descobertas nas dimensões tecno-científicas desenvolveu-se um “otimismo” (SANTOS, 2010) compartilhado por nossos novos cientistas da possibilidade transformação dos quadros causados por essas endemias e, sobretudo, uma crença difundida não apenas nas possibilidades da ciência, mas, sobretudo, nas potencialidades do Brasil como nação cientificamente auto-suficiente (CUNHA, 2005; SANTOS, 2010) que buscou os meios para que essa independência exterior se estabelecesse.

Essa necessidade real de estudos de endemias e da produção dos inseticidas foram os estímulos que propiciariam essa tão almejada transição de importador para produtor de tecnologia e insumos.

Um outro ponto relevante a ser aqui destacado é a relação do político local com seu espaço. Mario Pinotti, nessa ocasião Ministro da Saúde, já possuía um passado político em Duque de Caxias onde foi o primeiro Prefeito e era de conhecimento de todos que ele usou de uma certa “truculência” para chegar ao poder (ALVES, 2003, p. 79).

Este é mais um aspecto representativo do modelo de interação que fica na mentalidade dos habitantes no que tange às posturas dos representantes do poder com o local. Ninguém acharia normal ou natural, ainda mais sendo médico, instalar uma fábrica de pesticidas dentro de um espaço escolar. O fato de ser essa autoridade, um “nativo” reflete o tipo de relação de “descarte” com as pessoas e com o espaço como os diversos historiadores sobre essa região apontam. Foi criada, no interior da Cidade dos Meninos a Vila Malaria (Figura 4) para abrigar os funcionários do Instituto de Malariologia e, mais tarde, também os da Fábrica de pesticidas em 1950.



Figura 4 – Vila Malária

Fonte: BRASIL, 2002

A Fábrica de Inseticidas foi idealizada a partir da sugestão do físico holandês Henk Kemp, a partir de uma visita do mesmo à Cidade dos Meninos. Kemp sugere que o método de catálise a frio (vide anexo 2, foto 13), por ele elaborado, era menos custoso que os demais. Esse tipo de evento vinha ao encontro de uma ambição do projeto governamental de formar um corpus técnico para pesquisa nessa área. Dessa forma através do processamento do HCH⁷⁴ – matéria prima para os pesticidas que se desenvolveram na fábrica – passou a ser pesquisado no Instituto de Malariologia e os pesticidas produzidos na Fábrica de Produtos Profiláticos.

O uso do HCH, durante a Segunda Guerra Mundial evitou que as populações expostas aos reflexos do conflito se contaminasse por doenças como o tifo e outras moléstias provenientes de insetos. Não havia, nessa época consciência da necessidade de restrição quanto ao seu uso e para ilustrar tal sensação o DDT era mostrado sendo aplicado em mulheres e crianças em shows na televisão. (SOUZA, 2003, p. 12).

Assim a inauguração da fábrica (Figura 5) se deu com grande pompa, contando com a presença do Ministro da Educação e Saúde Pedro Calmon que, em seu discurso destaca os três grandes objetivos da propostas: a formação de pessoal qualificado, a pesquisa em resposta a uma necessidade secular tendo em vista os diversos quadros endêmicos e a ambição de terminar com o problema e a construção de uma fábrica de pesticidas que representaria a auto-suficiência econômica nacional na produção e encargos de matérias primas. Todos elementos de um mesmo grande planejamento de ordem estatal. (SOUZA, 2003, p. 7).

⁷⁴ HCH – É a sigla para Hexaclorociclohexano.



Figura 5 – Fábrica de Pesticidas

Fonte: BRASIL, 2002.

A partir desse momento, a Cidade dos Meninos passou a abrigar os seguintes atores sociais em seu interior: instrutores dos institutos, professores das escolas, funcionários da fábrica de pesticidas, funcionários do Instituto de Malariologia e os jovens.

Vários desses trabalhadores “ganharam” uma casa para morar com suas famílias na Cidade dos Meninos e, com o tempo trouxeram outros familiares.

A Fábrica de Pesticidas, entretanto, existiu por pouco tempo. Com apenas dois anos de funcionamento sofreu um incêndio vitimando sete trabalhadores e com dez anos de atividade, fechou por não ser mais viável economicamente.

No processo de fabrico de HCH, o benzeno que era utilizado no preparo era fornecido pela Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda e o cloro pela Companhia Eletroquímica Fluminense. Entretanto, essa companhia parou de fornecer o cloro e a fábrica passou a receber esse insumo de fornecedores paulistas pelas empresas Matarazzo e Elclor (SOUZA, 2003, p. 7). Contudo essa nova necessidade, em virtude do transporte de grandes quantidades de cloro, acabou por encarecer o produto final, acrescido do fato do aumento da oferta de um outro composto químico o lindano (gama – HCH) oferecido a baixo custo (BRAGA, 1996, p. 6).

Esses fatores sobrepostos e a própria diminuição da incidência das endemias tornaram a Fábrica de Produtos Profiláticos – era esse o nome na época do seu fechamento definitivo – totalmente inviável economicamente.

O Instituto que havia sido desmembrado em Instituto de Malariologia, transferido para Manguinhos, no Rio de Janeiro (vide anexo 3, reportagem 1). Enquanto que a Unidade de

Pesquisa em Endemias Rurais foi transferida para Belo Horizonte em Minas Gerais (BRASIL, 2002).

A fábrica de pesticidas fechou em mais de uma ocasião, entretanto, encerrou definitivamente suas atividades em 1962. Seu fechamento não implicou em que se tomassem quaisquer medidas preventivas quanto aos insumos e maquinários de seu acervo. Eles foram abandonados e com o tempo as bombonas onde eram acondicionados os produtos químicos se romperam ou foram abertas pelos moradores (vide anexo 2, foto 14).

Parte desse produto foi para os solos e leitos hidrográficos causando, segundo periódicos científicos, uma contaminação ambiental (BRASIL, 2002).

A outra parte desses insumos químicos passou a ser manipulado pelos moradores de maneiras variadas: em uso doméstico para matar insetos, para o capeamento de ruas, misturado ao cimento para fazer o reboco das moradias e também foi vendido livremente em feiras locais (BRAGA, 1996; FREITAS, 2001; SOUZA, 2003; OLIVEIRA, 2008).

Essa contaminação somente chegou à público a partir de 1989. De fato, a primeira notícia foi cerca de um ano antes em 1988 mas ela não causou nenhum impacto.

Foi somente em 1989 que, através de denúncias realizadas por jornalistas que estavam fazendo pesquisas a respeito do acidente químico-radioativo ocorrido em Goiânia que causara a morte de várias pessoas que a “possível contaminação” na Cidade dos Meninos ganhou mais espaço nos veículos de comunicação de massa (vide anexo 3, reportagem 2).

Foi com o impacto das notícias sobre o “acidente radioativo” em Goiania que começaram a ser veiculadas notícias de um “pó altamente contaminado que era vendido livremente nas feiras”.

A partir dessa notícia o poder público foi acionado e teve início um complicado processo de investigação e avaliação tanto dos riscos e danos ao ambiente quanto à população local. Também foram reavaliadas as tomadas de decisões sobre o que fazer com as pessoas, as propriedades, o espaço e a responsabilidade a quem couber que, não teve ainda uma solução definitiva até os dias atuais.

2.6 Fim da Cidade dos Meninos e “início” da Fundação

A Cidade dos Meninos foi gestada com o intuito de ajudar no processo de ordenar a sociedade. Dessa forma, foram pensados para esse espaço estratégias que viabilizassem esse anseio. Entretanto, mais importante que a ação em si, é o que motiva essa ação.

Idéias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões, tem como sua função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. É somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado (DOUGLAS, 1976, p. 16)

A partir deste tipo de ideário é possível conceber uma certa confluência de ideias por onde foram conduzidos os esforços por parte da Igreja, do Estado, da Justiça e da sociedade para criação de um espaço segregado, isolado, onde jovens eram mantidos sob vigilância e submetidos a um processo de sub-aproveitamento de suas potencialidades.

Entretanto, o que numa análise precipitada poderia parecer como “pura maldade” de uma maneira simplista e anacrônica, Mary Douglas nos demonstra ser um mecanismo de manutenção de ordem, organização e coesão social, como expresso no fragmento acima dessa autora.

Assim, cumpre destacar, que a intenção aqui não é propor um “denuncismo” fácil, até porque isso nos faria incorrer numa espécie de anacronismo metodológico. A questão a qual me proponho é analisar, com a independência e a objetividade possíveis, o contexto político e social da década de 1940 quando esse espaço foi constituído como um local de assistência e educação para jovens.

Também é lícito lembrar que tais propósitos iam de encontro a toda uma concepção socialmente compartilhada, por isso mesmo é que, décadas adiante, ainda percebemos as adesões a tais propostas (vide anexo3, reportagens 3 e 4)

O sociólogo Pierre Bourdieu aponta na sua reflexão sobre os *campos de força* que a sociedade está sempre em mudança e que estas não podem ser remetidas a uma única lógica (BOURDIEU, 2006).

Dessa forma, apontamos que contextualizando o ambiente teórico, quando se formalizou a proposta da Cidade dos Meninos, já existiam outros modelos pedagógicos, tanto no Brasil – através das primeiras tentativas dos escolanovista – quanto no exterior – pelas correntes já bastante conhecidas dos estudos piagetianos em fase produtiva na década de 1940 (BIAGGIO, 2006, p. 21).

Jean Piaget já discute nesse período, as três principais vertentes de metodologias aplicadas à educação. Esse autor aponta, inclusive, que mesmo considerando o ensino programado como eficaz da perspectiva da aprendizagem, ele é um limitador do ponto de vista da inventividade (PIAGET, 1977, p. 9-13).

Esse é um dos aspectos relevantes que cumpre destacar no que tange a uma decisão, sob a forma de uma política de educação, que foi orientada para um segmento específico da sociedade.

A escolha da “metodologia pedagógica” a ser aplicada na Cidade dos Meninos reflete a profunda diferença em termos políticos, do que é defendido, por exemplo, por Piaget.

Podemos observar a diferença em termos de idéias, da discussão proposta por Rubens Porto e também inserida no Plano Nacional de Educação de Gustavo Capanema.

Enquanto que o cientista suíço primeiro analisa as diversas correntes e a aplicabilidade de cada uma delas para justificar a utilização do modelo proposto por ele, nesse caso, a “pedagogia construtivista”, percebemos que esse referido autor trabalha com a possibilidade de ampliação das capacidades cognitivas dos educandos.

Entretanto, tanto nas “sugestões” de Rubens Porto, quanto nos “planos” de Capanema, emergem o aspecto da demarcação de uma linha de territórios de aprendizagem e, a partir do estabelecimento desses “espaços” o fornecimento, através das disciplinas, em instituições como por exemplo, o Colégio Pedro II, essa ampliação cognitiva ao grupo social que o frequenta.

Em contrapartida, no outro grupo, “no outro lado da linha”, nesse caso, crianças oriundas de famílias das classes mais desfavorecidas ou “desvalidas”, são submetidas às aplicações de métodos de condicionamento que como apontado acima, tornam-se grandes limitadores da capacidade de criatividade desses educandos.

Faz-se notar as escolhas onde o que se mostrava mais importante era “distribuir os indivíduos onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias.” (FOUCAULT, 2009, p.139-140). Ou seja, a escolha, qualquer que seja ela, implica em uma dimensão política no plano da ação.

Na Cidade dos Meninos, percebemos uma pedagogia marcadamente *behaviorista*⁷⁵, onde a *práxis* era orientada por uma tentativa constante de enquadrar via condicionamento das “naturezas”.

Seguindo essa premissa, no livro “A Cidade das Meninas”, o “arquiteto” do plano educacional da sra. Darcy Vargas, Rubens Porto faz referência à carta constitucional e aos direitos que ela outorga aos cidadãos. Entretanto, em suas sugestões, determina que as meninas só deveriam ter acesso a estudos que as “treinassem” para funções de caráter subalterno.

⁷⁵ Behaviorismo é um conjunto de teorias que postulam o comportamento como objeto primordial dos estudos da Psicologia e seu escopo de práticas baseadas na idéia de estímulo e resposta.

É importante ressaltar que os atores sociais que estavam envolvidos no processo de elaboração e desenvolvimento do que se tornou a Cidade dos Meninos, obedeciam aos imperativos da construção de um porvir histórico onde esses atores pensam:

de um lado, o crescimento econômico e, de outro, um ideal nacionalista, tornaram viável um certo tipo de solidariedade social. O crescimento econômico garantiu por muito tempo a criação de novas posições na hierarquia socioeconômica, o que, por sua vez, emprestou credibilidade às promessas de incorporação progressiva de novos cidadãos à comunidade (REIS, 1995, p. 39).

É relevante também destacar que foi a partir das denúncias da contaminação ambiental e humana – mediante ordem judicial e após requerer laudo técnico sobre o assunto – que as atividades educacionais que aconteciam na Cidade dos Meninos foram encerradas.

A questão do modelo educacional não havia, até aquela data, sido questionada, ou submetida à análise por um corpo de peritos do assunto e, mesmo depois de interdito o espaço escolar, ainda permaneceram durante um tempo, alguns menores em regime de internação.

A interdição foi solicitada, por mais de uma vez, pela justiça de Duque de Caxias a partir das denúncias e medidas de ordem jurídica, ativadas pelos processos movidos pelos moradores que contribuíram para que em 1992

com base em parecer de especialista, o Juizado de Menores da Comarca de Duque de Caxias expedisse mandato judicial determinando que a área da Cidade dos Meninos fosse interdita e se iniciasse o processo de desativação das atividades educacionais no local” (BRASIL, 2002).

Essa medida foi executada a partir da solicitação da Comarca Judicial da Cidade de Duque de Caxias, visando um estudo que comprovasse a contaminação dos escolares por HCH. Entretanto, mesmo com resultado positivo, essa interdição somente vai ser levada à efeito depois de dois anos, ou seja, em 1994, quando o Juizado supra citado, reitera a decisão anterior através de nova liminar para interdição da área no que diz respeito à oferta educacional. (BRASIL, 2002).

A esse respeito cumpre destacar que a interdição da Cidade dos Meninos sob o ponto de vista da oferta da educação é entendida por alguns de seus moradores como um “efeito colateral negativo” da queixa da contaminação (vide anexo 3, reportagem 5).

A Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos (AMACM) foi criada em virtude de desentendimentos, entre a administração da FACR e alguns moradores (vide anexo 2, foto 15).

Por conta desses conflitos se deram alguns despejos, executados pela administração e considerados arbitrários por parte população local que como mecanismo de proteção coletiva, resultou na criação da AMACM (vide anexo 2, fotos 16 e 17).

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA FACR-CM. Aos 08 dias do mês de agosto de 1987, à estrada da Camboaba No 14, Bairro cidade dos meninos, Duque de Caxias, RJ. Teve início às 16 horas a assembléia geral para fundação da associação de moradores da FACR-CM [...] Viemos assim, propor como meta prioritária a questão da ordem de despejo (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA CIDADE DOS MENINOS, 1987, p.1).

Conforme podemos observar, a partir desse fragmento retirado da ata de abertura da AMACM, o motivo inicial e prioritário era a questão de ordem fundiária entre os moradores e a administração da FACR, entretanto, logo após a sua criação, iniciou-se o processo de denúncias de contaminação via imprensa e, a AMACM aproveitou esse fato para também incorporará-lo em suas queixas.

Contudo, uma das primeiras medidas foi a determinação, via ordem judiciária, do encerramento das atividades educacionais nesse espaço.

Esse “efeito” causou um grande descontentamento na população local e ajudou a promover um princípio de cisão entre os membros da AMACM.

Outro fato relevante, que também contribui na memória dos moradores da Cidade dos Meninos para a forma como o Estado articula as ações para um determinado fim diz respeito ao fenômeno da “desinternação gradativa” (HERCULANO, 2001 p. 223) promovida em 1990 o então Presidente da República Fernando Collor de Melo quando este sanciona o Estatuto da Criança e do Adolescente que, entre outras determinações proíbe a prática de internatos para menores – salvo se estivessem em situação de conflito com a lei.

Entretanto, pela dinâmica dos fatos que se sucederam, tornou-se claro para os moradores da Cidade dos Meninos que tal medida possuía uma outra inspiração: nesse período a direção da LBA estava a cargo da então Primeira Dama Rosane Collor que tinha a pretensão de implantar nesse referido espaço o projeto social intitulado “Minha Gente” (HERCULANO, 2001, p. 224).

Assim, destaca-se mais uma vez a prática da retirada do contingente populacional “não desejado”, tendo em vista uma nova configuração de projeto político para esse espaço. Entretanto, os desdobramentos que a trajetória desse referido político desencadeou impediram o prosseguimento de seus projetos mas, a memória da prática política de desconsiderar as necessidades da população local estava novamente sendo alimentada e fortalecida no imaginário social desses moradores.

3 A ATUALIDADE

A cidade dos Meninos, atualmente, é o cenário onde se desenrola todos os dramas oriundos desses fatos apontados nos capítulos anteriores.

Ela se localiza no km 13 da Avenida Presidente Kenedy no Município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Esta área, hoje, está novamente sob a condição de propriedade da União. Ela possui cerca de 19.416.000m² com uma população estimada de 1346⁷⁶ pessoas distribuídas em 382 famílias, aproximadamente (vide anexo 2, fotos 18 e 19).

Entretanto, essa população é acrescida de 4500 indivíduos agrupados em cerca de 1000 famílias na Vila Santa Isabel, e mais 500 indivíduos agrupados em cerca de 100 famílias através de invasões no terreno (BRASIL, 2002).

De acordo com dados colhidos do Censo 2010⁷⁷, a Cidade dos Meninos possui, nos dias de hoje, os seguintes tipos de domicílios: 150 domicílios considerados particulares com habitação coletiva; 3 igrejas, sendo uma católica e duas evangélicas; 3 bares; 2 barracas; 1 comércio; 1 loja; 1 Fábrica de Gelo; 1 escola. Todos esses domicílios são apontados no Censo 2010 na categoria de “domicílios de habitação coletiva”.

Esses dados, contudo, precisam ser relativizados e atualizados, uma vez que, quando da minha última visita à Cidade dos Meninos, em data posterior à coleta de tais dados supracitados, pude verificar, empiricamente que, o item bar, por exemplo, deve ser corrigido, uma vez que percebi, na última visita 5 bares.

Esta área está, desde março de 2002, incorporada ao patrimônio da União e em caráter de emergência, sob a guarda do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002).

O acesso principal é pela portaria que é guardada por seguranças, por se tratar de uma área federal. Entretanto, o trânsito é praticamente livre. De acordo com a informação dos moradores, a principal função dos seguranças é impedir a passagem de material de construção utilizado para fazer novas residências.

⁷⁶ É interessante destacar que os números de habitantes da CM tem apresentado uma variação dependendo da fonte. Assim destacamos algumas que constam da bibliografia como: BRAGA, Ana Maria Cheble Bahia; 1996 – 1000 habitantes; SOUZA, Jose Alberto de Porto; 2003 – 1.600 moradores regulares e 3600 moradores em áreas periféricas ao foco central de contaminação; OLIVEIRA, Rosália Maria de. 2008 – 2000 pessoas em 400 famílias; GUIMARÃES, Patricia Vaz. 2009 – 1300 pessoas; Lamin, Marilene – AMACM – 1560 Pessoas em 650 famílias.

⁷⁷ O Censo 2010 ainda não liberou os quantitativos individuais.

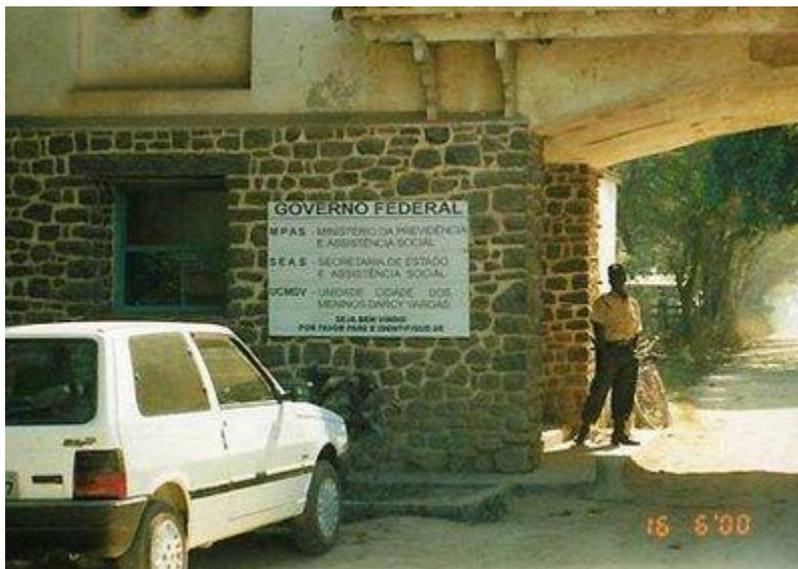


Figura 6 – Portaria de entrada da Cidade dos Meninos.

Fonte: Blog do Alberto Marques: http://albertomarques.blogspot.com/2008/11/baixada-urgente-denuncia_24.html. Acesso em 04/03/2012.

Chamo a atenção na figura acima para a placa que está fixada na parede de pedra e, que ilustra que se trata de um espaço de propriedade da União com presença de segurança portando farda e arma.

Em termos geográficos a Cidade dos Meninos é cortada longitudinalmente, em uma grande extensão pela estrada dos Camboabas (vide anexo 2, foto 20).

Só existe uma empresa que faz o trajeto para o interior da Cidade dos Meninos – o ônibus 5571, da Viação União (ver anexo 2, foto 21).

A população local é assistida por um posto de saúde (vide anexo 2, foto 22). Contudo, nesse momento, não tem nenhum médico prestando serviço à população. Os serviços disponibilizados são: pré-natal de baixo risco (quando pode ser realizado por uma Enfermeira), programas de acompanhamento de hipertensos e vacinação. Conata ainda com um dentista.

Segundo a Associação de Moradores da Cidade dos Meninos, o fato de haver um posto de saúde dentro da cidade se configura, da perspectiva do discurso das autoridades sanitárias como uma “atenção especial” uma vez que os postos são instalados em áreas com uma concentração maior de pessoas sem que este, contudo, forneça o suporte específico que esse tipo de população solicita tendo em vista a questão da contaminação por HCH e outros derivados químicos.

A associação de moradores, além de seu papel de mediador nas demandas dos moradores da Cidade dos Meninos, também recebe as cartas dos moradores – uma vez que os Correios não percorrem as ruas internas da Cidade dos Meninos, segundo relatos dos moradores. A associação também fornece, em caso de necessidade, comprovantes de residência que são utilizados tanto para comprovação de residência tendo em vista a aquisição de vínculo empregatício para seus moradores, solicitação de matrícula escolar para os filhos, quanto a comprovação, junto às autoridades para concessão de benefícios a que os cidadãos fazem jus dentro das atuais propostas do governo como o “bolsa-família”, por exemplo.

Hoje existem moradias que apresentam significativos sinais de conforto em oposição ao que é observado no interior dos antigos pavilhões que se dividem para o uso de variadas famílias (ver anexo 2, fotos 23, 24, 25 e 26).

O estilo de vida é muito pacato. Assemelha-se ao modo rural com presença de bicicletas e cavalos para o trânsito interno, assim como a presença de parte do antigo rebanho de propriedade da FACR e, na atualidade, parte da União, parte de proprietários particulares (vide anexo 2, fotos 27, 28, 29 e 30).



Figura 7 – gado local pastando sob a placa que alerta para o perigo da contaminação.
Foto: Neiva Vieira da Cunha.

3.1 Os conflitos

Desde o momento em que ocorreu a sessão dos oito pavilhões, por parte da administração da FACR para a instalação do laboratório de malariologia e da fábrica de pesticida, estabeleceram-se uma série de conflitos de disputa de espaço na Cidade dos Meninos.

Em 1977 houve um princípio de rebelião por parte alunos internados “revoltados contra a possível remoção para a FUNABEM” (BRASIL, p.19).

Em 1987 novos conflitos culminaram com a incorporação da FACR à LBV (BRASIL, 2002, p.17) e em agosto foi criada a AMACM por conta da ordem de despejo sofrida por várias famílias a partir das denúncias de contaminação (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA CIDADE DOS MENINOS, 1987).

A LBV havia se tornado a responsável pela área que compreende a Cidade dos Meninos e sua administração através do Decreto-Lei No 95.033 de 14 de outubro de 1987 (BRASIL, 2002).

Como apontado anteriormente, apesar de a primeira denúncia de contaminação ambiental ser de 1988 através do jornal Última Hora, somente os fatos noticiados a partir do ano seguinte, ou seja, 1989, veiculados principalmente através da mídia impressa, é que surtiram algum efeito em termos de ação efetiva de levantamento dos fatos referentes à contaminação dentro desse espaço, inaugurando uma nova fase de desentendimentos nessa área.

Através das conversas com os moradores, com alguns comerciantes do entorno da Cidade dos Meninos, com representantes da AMACM e as impressões fornecidas pelas leituras dos diversos trabalhos acadêmicos que envolvem o universo da Cidade dos Meninos, assim como as publicações do Ministério da Saúde e os órgãos a ele subordinados que emitiram pareceres sobre esse lugar foi possível identificar uma grande quantidade de conflitos.

As discordâncias conceituais sobre a Cidade dos Meninos já aparecem em seus ideários uma vez que ela era uma proposta que surge da necessidade de criar um “lugar” na sociedade, para “enquadrar”, aqueles que não se encontravam dentro das perspectivas da “ordem” então preconizada”.

Esse enquadramento teria que se tornar legítimo através de sua “contribuição” para o projeto de nação, que abarcasse a concepção da justiça e, também, que estivesse imerso em razões piedosas.

Outro aspecto a destacar sobre esse referido enquadramento é que ele deveria ser concebido e posto em prática a partir de noções científicas da ordem social.

Dessa forma, um dos primeiros conflitos que vai se deflagrar nesse espaço é o fundiário.

Ele está presente desde a fundação da Cidade dos Meninos, e começa com a disputa entre a FARC e as instâncias governamentais pelos pavilhões e o uso dos mesmos.

Em um segundo momento, esse conflito se amplia e se estabelece entre os funcionários do instituto de Malariologia, da Fábrica de Pesticidas e até entre os funcionários da própria FACR.

A maioria desses funcionários trouxe, depois de algum tempo residindo em seu interior, parentes para morar nas dependências da Cidade dos Meninos, ou para construir casas em seus terrenos.

Em um terceiro momento vão ocorrer as invasões que a Cidade dos Meninos sofre por pessoas sem necessariamente ter algum vínculo com os residentes, apenas como reflexo da crise de habitação do estado.

A relação conflitiva entre a direção da FACR e o Estado continua. Uma nova fase se desencadeia por conta do acordo firmado entre a direção da FARC e o Ministério da Educação e Saúde, que combinaram que os pavilhões cedidos para o Ministério seriam devolvidos em um período e, ao final do mesmo, não sendo restituídos, gerou nova onda de conflitos (BRASIL, 2002).

Em um segundo momento, a partir da separação, em 1953, do Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura, houve novas reclamações ao Serviço Nacional de Malária, sob a direção de Mario Pinotti no sentido de obterem a devolução dos pavilhões (OLIVEIRA, 2008, p. 252).

A partir da criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais e, a nomeação para a direção desse departamento do Brigadeiro Geraldo Magella Bijos, vários outros desentendimentos vão ocorrer entre este e a direção da FACR por conta das discordâncias quanto à utilização do espaço da Cidade dos Meninos (BRASIL, 2002, p. 14-16).

Com a transferência do Laboratório de Produção de Medicamentos em 1962, teve início a operação de devolução dos pavilhões ocupados por esta instituição à FARC.

O conflito de maior magnitude que se estabelece então é entre a FACR e os funcionários da Fábrica desativada e do Instituto que havia sido transferido, mas cujos funcionários continuavam a morar no local.

Funcionários lá se instalaram e, extinto o serviço, mesmo depois de aposentados, dali não mais se afastaram [...] a Fundação sofreu outro constrangimento, com a invasão das terras da Cidade dos Meninos, por famílias insufladas por agentes da subversão (PONDÉ, 1977, p. 226).

Esse tipo de percepção como a citada cima, ajudou a deflagrar diversas ações e estratégias por parte da administração no sentido da resolução dessas contendas. Algumas delas acabaram em conflitos judiciais (BRASIL, 2002), outras em verdadeiros períodos de terrorismo com ameaças de incendiar as residências caso não as abandonassem (OLIVEIRA, 2008, p. 91).

São movimentos como os acima citados que chamo a atenção para a questão da memória compartilhada por esses moradores no que tange às ações desenvolvidas junto às populações na Cidade dos Meninos uma vez que

A memória deve ser vista não de acordo com uma perspectiva difusionista ou transferência [...], e sim a partir de uma lógica dialógica, no sentido bakhtiniano de trocas e construções entre atores e projetos discursivos que permitem o desenvolvimento de estratégias que exercem uma ação efetiva sobre o mundo real em que se realiza a disputa (MORAES, 2005, p.98)

Um outro aspecto que merece atenção são as condições em que são mantidas as estruturas dentro da Cidade dos Meninos. A estrada dos Camboabas, por exemplo, única via de acesso para a Cidade dos Meninos é constantemente alvo de solicitação, por parte dos moradores, para uma pavimentação que melhore as condições de uso da mesma (vide anexo 2, foto 31). Este é um dos aspectos que tem sido uma fonte constante de desentendimentos entre os moradores e as autoridades competentes e, nesse caso, os representantes do Ministério da Saúde na Cidade dos Meninos por conta das reiteradas negativas dessas autoridades quanto às solicitações dos moradores.

De acordo com o relato dos representantes da AMACM, essa resposta negativa das autoridades tem como fundamento o fato de que não é possível “mexer” nesse terreno tendo em vista a questão da contaminação. Contudo, esses mesmos moradores argumentam que essa mesma autoridade fornece permissão para mobilizações de grande porte, com tratores e escavadeiras de solo para as obras do arco metropolitano (ver anexo 2, foto 32)⁷⁸ o que do

⁷⁸ Obra iniciada em junho de 2008 e que tem como principais objetivos a interligação das diversas vias expressas de entrada e saída da cidade do Rio de Janeiro, facilitando o fluxo de trânsito, inclusive em caso de problemas em alguma das vias; evitar a entrada desnecessária de veículos que estejam somente de passagem pela cidade do Rio de Janeiro diminuindo assim os engarrafamentos na Ponte Rio-Niterói e Via Dutra, entre outras vias; fornecer acesso exposto ao Porto de Itaguaí e ao futuro pólo petroquímico na cidade de Itaboraá e desenvolver áreas da Região Metropolitana que hoje são inexpressivas economicamente.

ponto de vista desses moradores se afigura como uma atitude paradoxal e tendenciosa das autoridades no que diz respeito às suas solicitações.

Nessas novas obras que estão sendo executadas dentro da Cidade dos Meninos, tive ocasião de observar em uma visita guiada por uma das moradoras que, nessa ocasião era vice-presidente da AMACM, o efeito, mesmo para um leigo, nas residências próximas que essas referidas mobilizações estavam provocando, sob a forma de rachaduras e até desabamento de moradias.

Nesse e em outros casos, percebemos porque na memória local está impressa, em função do passado e do presente, que a prática governamental obedece a imperativos que funcionam com uma lógica muito particular que não leva em conta os interesses da população local.

A partir desse mesmo empreendimento, um outro aspecto da relação entre autoridades, técnicos e moradores locais emerge: é a falta de respeito das autoridades e dos técnicos para com a dignidade do morador.

Com a obra do Arco Metropolitano, o caminho utilizado pelos moradores foi cortado pela estrada e, num primeiro momento, segundo o relato dos mesmos, os técnicos da empresa que realizam a obra negaram a presença de residências naquela parte do terreno.

Como apontado na introdução deste trabalho, a legitimidade para poder permanecer ou não na Cidade dos Meninos refere-se tanto à noção de pertencimento a esse passado que é compartilhada por alguns de seus moradores, quanto a essa mesma noção de pertencimento no presente e, dessa forma, essa maneira de relação conflituosa com as autoridades é sempre realimentada na memória local e são em alguns casos, entendidos como reprodução do passado onde “en la actualidad algunos creen que la represión y los abusos son fenómenos del pasado dictatorial. Otros centran su atención en las formas en que la desigualdad y los mecanismos de la dominación en el presente reproducen y recuerdan el pasado” (JELIN, 2002, p. 4).

Pela observação do ambiente e das especificidades inerentes ao espaço reconhecemos que a Cidade dos Meninos possui características rurais, até por isso os técnicos da construção providenciaram apenas uma passagem para que os animais pudessem atravessar por baixo da futura estrada (ver anexo 2, fotos 33 e 34).

Próximo ao local da obra existem residências. Entretanto, os moradores são “invisibilizados” pela ótica empresarial, tendo que usar a “passagem de gado” já que os animais ganharam uma passagem, mas os moradores não.

A percepções que o trabalho de campo faz emergir, tem, em algumas situações, uma dimensão difícil de colocar em palavras.

Serem obrigados a utilizar a “passagem para o gado” gerou uma sensação de angústia em função da violência simbólica da situação, que compara pessoas a animais.

Esse tipo de episódio aparece como elemento de desrespeito. A passagem não permite a passagem de veículos e, como está em um nível inferior à estrada, quando chove alaga.

Essa prática é percebida pelos habitantes a partir de dois aspectos: uma estratégia para tornar a vida mais difícil e, com isso fazer com que o morador saia do local – estratégia muito comum na Baixada utilizada amplamente por grileiros de terras – e, por outro lado, a falta de respeito à dignidade humana, ao direito à cidadania e, de acordo com alguns moradores, uma certa dose de desqualificação pessoal atribuída a essas pessoas por conta do local onde moram.

Essa forma das autoridades lidarem com o público humano na Baixada reflete um histórico de longa data e ajuda na construção de uma crença do descaso dos governos das diversas instâncias, municipal, estadual e federal para com o contingente humano nessa localidade.

A comunidade científica não fica isenta desse tipo de construção mental que atravessa, de forma bastante ampla, a comunidade dos moradores da Cidade dos Meninos. Podemos inferir tal assertiva a partir de diversos relatos produzidos pelos próprios cientistas que desenvolveram trabalhos sobre a Cidade dos Meninos.

Podemos destacar que, de uma forma geral, a “população envolvida, via com descrença a posição das instituições responsáveis e consideravam os pesquisadores como aliados do governo” (OLIVEIRA, 2008, p. 4), estabelecendo com isso, uma pseudo aliança entre comunidade acadêmica e instâncias governamentais.

Nas palavras de José Miguel da Silva (também conhecido como Miguel do Pó) – morador da Cidade dos Meninos e primeiro presidente da AMACM:

Eu acho que precisamos de outros modelos de pesquisa. Esses pesquisadores que vem pra Cidade dos Meninos somente fazem pesquisas sobre o ‘sexo dos anjos’. Precisamos que façam um levantamento das doenças. No fundo ninguém quer falar mal do governo, já que é o governo que “banca” as bolsas de estudos desses cientistas⁷⁹

Em alguns trabalhos acadêmicos já são detectados esse aspecto da relação dos moradores com os cientistas que estabeleceram a Cidade dos Meninos, em seus variados

⁷⁹ Entrevista concedida por Miguel do Pó na Secretaria de Educação de Duque de Caxias durante curso sobre a História da Baixada promovido pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

aspectos, como alvo das suas pesquisas acadêmicas, relação essa que muitas vezes se estabelece na base da dúvida e descrença, como nos aponta o trecho a seguir:

Possivelmente o excesso de informações, muitas vezes contraditórias, recebidas por esses moradores desde a identificação do problema em 1989 pelo Ministério da Saúde e suas iniciativas de gestão do risco, trazem dificuldades e dúvidas para a população compreender corretamente a dimensão dos riscos que estão expostos e darem credibilidade a essas informações, ao ponto de negarem esse conhecimento (GUIMARÃES, 2009, p. 38).

Todas essas ações e tomadas de posição que, ao longo do tempo, autoridades e cientistas promoveram na Cidade dos Meninos, parecem ter ratificado, na mentalidade da maioria da população local, a insatisfação e incredulidade para com a postura desses personagens.

Destacando que a primeira denúncia de contaminação se deu no ano de 1988, observamos que se passaram 24 anos e não existe, até o momento, uma solução quanto à questão da contaminação, apesar de uma grande quantidade de denúncias e promessas de resolução desse problema por parte das autoridades sanitárias (vide anexo 3, reportagens 6, 7 e 8) entendemos como coerente o fato desses moradores da Cidade dos Meninos não creditarem confiança nem nos governos Municipal, Estadual e Federal, nem nos políticos e mesmo na comunidade científica.

O gráfico abaixo demonstra, a partir de um dos primeiros estudos científicos sobre a Cidade dos Meninos, a atuação de quatro departamentos de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica (Puc) do Rio de Janeiro, dois institutos de pesquisa da UFRJ e, ainda, um centro de pesquisa de uma instituição do Canadá.

Esquema de Interação de Diferentes Áreas de Desenvolvimento da Pesquisa

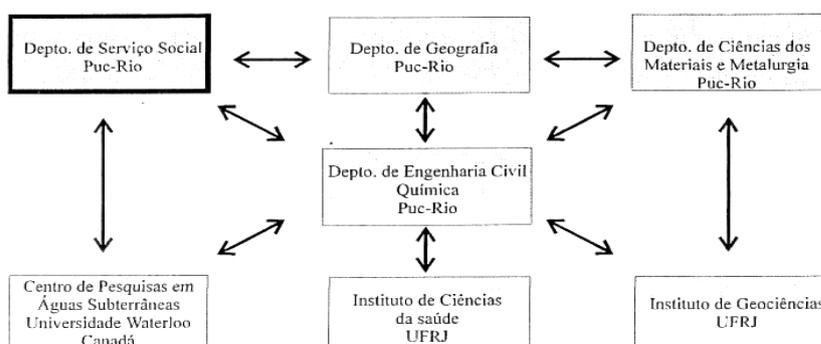


Figura 8 – Organograma dos Institutos Envolvidos na Pesquisa.

Fonte: ERMEL, LTH et al. Núcleo de Estudos da Exclusão Social. PUC-Rio.

Entretanto, apesar desses e de outros atores no campo da pesquisa científica haverem desenvolvido trabalhos sobre a Cidade dos Meninos, em termos concretos, a situação dos residentes não mudou.

Entendemos que essa demora na resolução dos danos, provavelmente, contribui para que esses habitantes desenvolvam um descrédito quanto ao papel dos estudiosos e mesmo quanto à intenção dos mesmos.

Podemos também acrescentar as diversas tomadas de posição dos cientistas que ora afirmam a contaminação, ora atribuem às incidências das doenças, especialmente a alergia e o câncer a outras causas.

A propósito desse tipo de afirmação cabe destacar a fala da moradora S.⁸⁰ em entrevista concedida a mim e uma colega, onde a mesma aponta que:

Moro aqui há seis anos e possuo uma filha dessa idade que jamais adoeceu. Meu marido viveu aqui a vida toda. Existem pessoas com câncer em todos os lugares do mundo e, nem todos tiveram problemas com pó-de-broca. O que eles deveriam providenciar é uma Kombi para levar as crianças para escola porque é um caminho muito longo para se ir a pé.⁸¹

Outros moradores em conversas discutem que a questão do câncer no fígado, por exemplo⁸², se justifica pelo fato de muitos residentes “beberem”, ou seja, são alcoólatras.

Nessas duas falas podemos perceber um dos elementos que geram conflitos entre os próprios moradores: de um lado temos um grupo que acredita na possibilidade da contaminação e, do outro lado, pessoas que acham que tudo isso é uma desculpa para retirarem deles as moradias.

Entretanto, mesmo que haja discordância quanto à contaminação, a maioria dos habitantes concorda com o problema da questão fundiária e temem pela sua retirada do local.

Nesse momento, existe o que poderíamos nos referir, para utilizar uma metáfora deleuziana, um “devir conflito”, uma vez que ele ainda não está instalado como tal mas, sim em potência.

Trata-se, nesse caso, da proibição da entrada de materiais de construção na Cidade dos Meninos, salvo autorização federal para tal.

⁸⁰ Entrevista concedida na Cidade dos Meninos no dia 08/03/2010 pela dona de um estabelecimento comercial.

⁸¹ Cabe destacar que esse tipo de solicitação que a moradora fez foi levado até a AMACM e já em 2011 a Prefeitura de Duque de Caxias disponibilizou uma Kombi para o transporte das crianças para as escolas públicas do entorno da Cidade dos Meninos.

⁸² Os moradores se dividem em dois grandes grupos: o dos que acreditam que exista contaminação na Cidade dos Meninos e atribuem seus problemas de saúde a essa questão e os que negam tal contaminação e argumentam que doenças existem em todos os lugares

Como sabemos, a entrada possui guardas que fiscalizam esse trânsito. Entretanto, as obras do Arco Metropolitano, abriram um outro caminho e, provavelmente, isso explica a quantidade de novos barzinhos que pudemos observar na nossa última visita.

Também podemos caracterizar esse tipo de evento como o reflexo das próprias noções de solidariedade e integração social que se desenvolveu nessas circunstâncias. Esse tipo de evento é apresentado como “familismo amoral”⁸³, que se caracteriza como “uma situação em que a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não se prolongavam fora do ambiente da família” (BANFIELD apud REIS, 1995, p.35).

Não cabe aqui, contudo, nenhum tipo de julgamento moral no que tange às condutas, até porque, quando uma realidade social, não satisfaz às condições mínimas preconizadas pelas pessoas, existem autores como Kolberg⁸⁴ que discutem a validade de ação a partir do nível *pós-convencional* (BIAGGIO, 2006, p. 26) no que diz respeito ao desenvolvimento da moral. Ou seja, se as leis não estão adequadas aos desejos e ansiedades da comunidade é necessário um movimento positivo no sentido de alterá-las e, assim, com todas as instâncias sociais.

Em sua análise sobre grupos sociais em algum nível de isolamento, Banfield conclui que o baixo nível de desenvolvimento econômico atua como um agente causal criando uma reação que visa resistir de maneira *irracional* à idéia de uma associação coletiva e, nesse caso, ele parece reproduzir, a idéia de uma explicação monocausal para os problemas sociais, o que é apontado por Reis (REIS, 1995, p. 38).

Apesar de concordar com a premissa de Banfield, no que tange a questão do isolamento como fomentador de um “familismo amoral”, no que diz respeito a análise social da comunidade entendemos que existe também uma desqualificação da capacidade cognitiva do “outro” em entender as coisas, em função da sua condição econômica.

A esse respeito compactuo-me com a assertiva de Dominic Vidal, quando aponta que “o enfoque quase exclusivo das Ciências Sociais sobre a questão das desigualdades econômicas tende a ocultar dimensões essenciais da cidadania democrática” (VIDAL, 2003, p.267).

Dessa forma, apontamos uma questão de cidadania que subjás a esse processo desde a sua elaboração.

⁸³ Ver a esse respeito as reflexões apontadas pela pesquisadora Elisa Reis a partir da discussão dessa autora sobre o conceito desenvolvido por Banfield em *The Moral Basis of a Backward Society*.

⁸⁴ Lawrence Kohlberg é um pesquisador no campo do desenvolvimento moral e seu trabalho reflete uma tentativa de conciliar a Filosofia com a Psicologia nos trabalhos sobre psicologia da educação.

Há, de um lado, uma memória oficial que atua no sentido de viabilizar a manutenção das estruturas sociais, que seleciona, ordena e classifica fatos segundo critérios próprios, e se constrói considerando ou não silêncios, sombras, esquecimentos, repressões e estratégias de exclusão. De outro, há várias memórias sociais subterrâneas que, empenhadas em viabilizar as mudanças reclamadas pela sociedade, transmitem, conservam e produzem lembranças e comportamentos proibidos, desqualificados ou ignorados pelos discursos e pelas representações predominantes (MORAES, 2005, p.98)

Alguns dos moradores acreditam que a instância judicial não se coloca ao lado dos moradores porque o réu, nesse caso, é o governo federal. Como apontado no capítulo sobre o contexto político dos anos 1930 percebemos que, apesar de algumas conquistas relevantes no campo dos direitos sociais, elas ocorrem, entretanto, sem um aumento no campo dos direitos civis e isso impõe uma “marca” na forma de refletir, se relacionar e perceber a ação das instituições na sociedade

O sociólogo Pierre Bourdieu aponta que as relações sociais são interações simbólicas e que

as estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especialos efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólica entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes (BOURDIEU, 2006, p. 56)

Dessa forma, podemos também por analogia inferir que no que tange a esses espaços, personagens e as instituições da sociedade a qual eles não se sentem como partícipes “as trocas linguísticas veiculam sentidos, produzem lutas e essas memórias” (MORAES, 2005, p.102).

Os vários apontamentos sobre as normas que deveriam orientar a educação na Cidade das Meninas sugeridas por Rubens Porto e, depois aplicadas em grande parte, por Levy Miranda, assim como o próprio Plano Nacional de Educação de Gustavo Capanema, não deixam dúvida quanto ao fato de estabelecer uma separação da sociedade, em comandantes e comandados, baseada na idéia da capacidade de cada segmento.

Esses pressupostos se coadunam muito apropriadamente com a discussão sobre as ordens e eficácias discursivas apontadas como aquelas capazes de elaborar elementos que serão tomados como verdadeiros pela comunidade discursiva através de sua própria produção (FOUCAULT, 1976, p. 39-44).

Nos dias atuais, neste momento de nossa história, estamos novamente diante de um outro binômio conceitual: “educação e social” que, tanto quanto àquele antigo, “saúde e

educação” da década de 30 e 40, é apropriado, reelaborado e adaptado às mais diversas realidades e contextos dentro da sociedade.

Tanto nesse novo binômio, como naquele, anterior, parece operar, uma prática específica: separar a sociedade em dois nichos. Esta premissa, por sua vez, reproduz também um resultado específico: no lugar de promoverem como produto de suas iniciativas uma sociedade “melhor”, a forma como são, entretanto, implementadas essas práticas têm, tanto no primeiro caso, quanto na atualidade, muitas vezes, intensificado as diferenças, estereótipos e agravado sub-categorias e formas de cidadania produzidas.

3.2 Os atores e suas narrativas

As narrativas são um aspecto muito rico da pesquisa, entretanto, toda narrativa é centrada na experiência pessoal de quem a revela e, os aspectos subjetivos muitas vezes, precisam ser interpretados. Segundo Paul Ricœur “É principalmente nas narrativas que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade” (RICCER, 2007, p.1108).

Dessa forma, frente, muitas vezes à dramaticidade dos relatos, a “verdade” não é tão importante – até porque nenhuma pesquisa dita científica se propõe a apresentar a “verdade dos fatos”, mas tão simplesmente uma perspectiva deles – a narrativa nos coloca algo de “*fictio* – como apontado por Geertz, algo de construído ou modelado e não de falsidade” (DEBERT, 1986, p. 156).

Esta dicotomia do plural e singular está correntemente nos discursos dos moradores da \Cidade dos Meninos no que diz respeito à questão dos direitos.

Assim como foram coletivamente impactados pelas questões das disputas judiciais um torno do direito de permanecerem na Cidade dos Meninos, da questão da contaminação ambiental e humana, das questões referentes às concessões para melhorias dentro do espaço em que residem, todas as formas individuais de reivindicação ou auto-promoção é percebido por algumas dessas pessoas como uma atitude inadequada e que pode trazer mais complicações do que soluções.

Por outro lado, torna-se importante destacar que quando pensamos em sociedade, política, e processos sociais não podemos, ou não devemos nos manter em um absoluto que não encontra respaldo na realidade social. Uma ação política, qualquer que seja ela, não atua em um “vazio social”. Na medida em que um projeto político é idealizado e, em outro momento colocado em ação, várias instâncias são ativadas e, sobretudo, articuladas.

Nenhuma política, por isso, é exercitada em uma “pureza” conceitual. Ao entrar em contato com as estruturas da sociedade ela vai reagir em função do contexto específico onde ela está sendo inserida e essa reação vai gerar um novo fluxo de ações. Algumas delas podem ser mantidas, outras precisarão ser ajustadas.

Nunca é demais ressaltar que não existe a priori uma atitude “maléfica” que planeja separações dos segmentos sociais por parte dos atores políticos envolvidos no processo sob pena de nos tornarmos anacrônicos na análise e perder de vista o momento histórico em que os atores estão inseridos, entretanto, é importante destacar que os processos de tomadas de decisão política são muitas vezes naturalizados e perdem-se as perspectivas onde foram construídos.

Dessa forma, torna-se importante destacar que, independentemente dos ideários onde essa mentalidade das primeiras décadas do século XX se desenvolve, esse movimento em prol de um “saneamento” pela educação também tem um lado produtivo no sentido do acesso, mesmo que, em certos casos, precários, aos mecanismos ou técnicas – para usar o jargão da época - de letramento, dos serviços de saúde, das discussões sobre cidadania, entre outros aspectos.

Alguns autores, inclusive vão apontar que existiam regiões, marcadamente rurais, onde essas possibilidades eram muito menores antes dessas iniciativas (BOMENY, 2003; SANTOS, 2010).

Contudo não podemos também deixar de internalizar que tais discursos foram elaborados dentro de uma visão específica de cidadão e que esta, tem conseqüências sócio-políticas a longo prazo na vida das pessoas sob determinadas concepções. Trata-se aqui de “atualizar” novas perspectivas, que o tempo atual impõe sobre um mesmo objeto: populações desvalidas ou, para usar um termo mais atual, despossuídas e não abandoná-los “à própria sorte” porque um determinado projeto político e pedagógico não é “politicamente correto”.

Muitas vezes, da perspectiva dos moradores, a ausência de um planejamento para esse espaço torna-se muito mais agravante, socialmente falando, do que uma política “errada”.

Dessa forma, vários moradores manifestam uma “nostalgia” com relação às memórias dos “velhos tempos” da Cidade dos Meninos.

Assim, é em função desses aspectos que devemos analisar os discursos dos antigos e atuais moradores da Cidade dos Meninos. Não existe nenhum motivo para surpresa no fato de alguns deles valorizarem essas estruturas políticas que viabilizaram esse modelo de instituição uma vez que do ponto de vista alguns deles a comparação entre a organização que existia -

que ainda está presente na memória afetiva e coletivamente compartilhada, e a imagem do que existe hoje, demonstra um total descaso com as pessoas, com o lugar e com a memória.

Nesse processo de desagregação da ordem, esses moradores buscam nessa memória de um tempo de “ordem” e “beleza”, a justificativa e, os ícones desse período, que os ajudem e forneçam o suporte para tentar resgatar esse passado:

se não se sabe o que significa a prova da memória na presença viva de uma imagem das coisas passadas, nem o que significa partir em busca de uma lembrança perdida ou reencontrada, como se pode legitimamente indagar a quem atribuir essa prova e essa busca? (RICŒUR, 2007, p. 105).

Essa inferência de Ricœur se faz a propósito de saber a quem é legítimo atribuir o reconhecimento da memória se ao indivíduo ou ao coletivo e ainda, no caso particular da Cidade dos Meninos, se, aos moradores, ou ao Estado como “legítimo” proprietário de tal espaço? Tal inferência sobre a legitimidade no campo da memória, me conduz a uma outra no tocante às percepções dos moradores da Cidade dos Meninos que é o reflexo do encontro entre a história ensinada e a lembrança vivida desses personagens.

Entretanto, justamente para nos opormos a toda e qualquer explicação monocausal dos processos sociais, temos o dever de apontar, também nesse caso, diferentes percepções desse passado.

Assim se, por um lado, percebemos em alguns atores, claramente as posturas assistencialistas, e, em certa medida, o desenvolvimento de um “capital de reconhecimento” público, por parte de alguns dos moradores remanescentes. Da mesma forma, também recolhemos nos discursos o reconhecimento sobre a importância de Levy Miranda em expressões como: “ele era um homem de vanguarda, um visionário”, ou os que enaltecem a figura – literalmente – de Darcy Vargas, temos por outro lado, outros que apontam na figura de Getúlio Vargas um populista e “manipulador” que com seu projeto de nação relegava um segmento da sociedade ao papel de “peça” na engrenagem montada, e portanto, coisa, desprovida de humanidade, porém não de propósito: construir o seu modelo ideal de nação.

Essa necessidade da visão dos ícones parece muito cara, tanto de um lado, quanto do outro.

Assim, ao visitarmos a Cidade dos Meninos, a primeira parada é sempre na estátua de Darcy Vargas para a imagem nos fazer lembrar o que foi o projeto e, o que, em nome da “justiça” fizeram com o lugar e as pessoas nos dias de hoje.

Esses trajetos impostos pela estátua da Darcy sempre me parecem o pagamento de um tributo à memória dessa personagem que alguns dos moradores se impõe e nos impõem pagar (vide anexo 2, foto 34).

Por outro lado, ao conversarmos com outros residentes que discordam dessa visão idealizada do passado, também somos confrontados com ícones, não materiais, mas tão concretos para nossos interlocutores quanto o bronze da estátua da Darcy Vargas.

Esses novos ícones representam uma descrição minuciosa, das mortes, das patologias, dos exames, das interrogações e das não definições que permanecem sem uma solução. Se considerarmos os diversos conflitos, desde o fechamento da fábrica em 1960 até os dias atuais perceberemos que se passaram 52 anos de disputas por casas, por saúde, por direitos, por humanidade, por respeito e por dignidade.

Existem várias ações de diversos órgãos que começam e não terminam, que se elaboram e não saem, em muitos casos, do papel. Esse conjunto de ações não concretizadas acabam por se configurar como um processo de “inação”. Esse processo, por sua vez, desperta na comunidade uma memória da prática das autoridades para com os moradores dessa área. Velhas posturas se refletindo em novos atores.

E nesse conjunto de práticas uma se faz notar com mais frequência: a “falta de respeito” que leva ao não reconhecimento da dignidade.

Essa busca por respeito é talvez, a única unanimidade que pude perceber por parte dos moradores. Não existe consenso sobre a contaminação, não existe consenso sobre quem tem direito ou não de morar lá, não existe consenso se a Cidade dos Meninos foi um bom ou mau projeto, se Darcy Vargas foi benfeitora ou oportunista, se a comunidade científica é ou não confiável em seus pareceres. Mas existe o consenso de que todos eles merecem respeito, todos merecem ter sua humanidade respeitada.

Essa dimensão do respeito aparece nos discursos quando se discute a forma que as relações se estabelecem entre os moradores da Cidade dos Meninos e as diversas instâncias que interagem com eles, como por exemplo: representantes do Ministério da Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, dos diversos órgãos sobre meio-ambiente, os pesquisadores, autoridades, políticos, etc.

É essa “falta de respeito” que faz com que as autoridades, muitas vezes se recusem a falar com os representantes da AMACM ou os excluem das negociações em que eles são diretamente interessados.

É essa “falta de respeito” que desqualifica o outro quando de uma tentativa de estabelecer um diálogo. Como me foi apontado por alguns moradores fica evidente a postura

de quem já parte do pressuposto da incapacidade dos moradores da Cidade dos Meninos de entenderem os processos nos quais são atores e, por conta dessa percepção, lhes são negadas muitas vezes essa relação dialógica.

Assim, tendemos a concordar com o ponto de vista de Vidal, quando este pesquisador discute que podemos inferir que “a linguagem do respeito possui uma dimensão específica nas camadas populares das sociedades modernas, tendo em vista que associa intimamente a importância conferida ao reconhecimento da humanidade com o sentido dado a ideia de cidadania” (VIDAL, 2003, p. 269).

Esta “cidadania plena” que investe seu possuidor de um mérito e uma dignidade, que muitos moradores sentem que lhes é negada.

A sociedade, por sua vez, muitas vezes independente dos desejos de seus governantes, vai reagir de acordo com o contexto, com o tempo e com as experiências acumuladas de seus membros.

Assim uma das possíveis chaves explicativas desse fenômeno social, que é a paixão e o desprezo, ao mesmo tempo, despertados nos moradores da Cidade dos Meninos por seus idealizadores e fomentadores ideológicos nos é fornecido por Jose Murilo de Carvalho quando aponta que “aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em um período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular” (CARVALHO, 2004, p. 219).

3.3 Paradigmas indiciários

Muitos pesquisadores, cujos trabalhos, sob diversos prismas, tiveram por objeto a Cidade dos Meninos, indagam sobre as razões que levaram as autoridades a instalarem uma fábrica de pesticidas dentro de um espaço escolar e de assistência.

Entendemos que essa é uma perspectiva que não pode e não deve ser naturalizada. Mesmo quando as temáticas de pesquisa dizem respeito, exclusivamente, a questões como a contaminação do solo, da água, das pessoas, da fauna local, e mesmo, do processo de gerenciamento do evento, do gerenciamento do risco, etc.

É certo que a construção era – conforme foi indicado no capítulo sobre “A Fábrica e o Laboratório” – uma ambição há muito perseguida pelos nossos homens de ciência e nossos governantes, a fim de promover nossa independência de economias estrangeiras. Contudo, esses elementos não respondem, ainda, o porquê da escolha desse espaço.

A questão da dimensão do território nacional torna improvável uma “necessidade” de um determinado espaço para criação da Fábrica, porque terras é o que não falta ao Brasil.

Alguns pesquisadores apontam a possibilidade de, em virtude da novidade dos processos e do próprio efeito que os pesticidas poderiam gerar sobre os seres humanos serem, em parte desconhecidos, ter levado a uma certa “desconsideração” do problema da instalação da fábrica nesse ambiente escolar. Ou mesmo que, os benefícios científicos eram muito relevantes e de tal magnitude que, era impossível, tendo em vista o que se obteria, que tal medida não fosse perpetrada.

Esse pressuposto está imerso nas construções de pensamento que determinam que “os fins justificam os meios”.

Não podemos concordar, entretanto, que as autoridades responsáveis na época desconheciam “totalmente” essas implicações. Cabe lembrar que estamos falando de médicos, como no caso do Ministro da Educação e Saúde, ou mesmo, como é o caso do Brigadeiro Bijos, um farmacêutico, tendo sido esse Brigadeiro, inclusive, o último responsável pela Fabrica de Produtos Profiláticos quando de seu fechamento definitivo e onde ocorreu como anteriormente relatado, o fechamento e descarte da fábrica, sem que nenhum tipo de providência fosse tomada quanto às diversas toneladas que compunham o acervo dos insumos químicos armazenados em seu interior. (BRAGA, 1996; SOUZA, 2002; BRASIL, 2002).

E ainda assim a pergunta do porquê nesse lugar, continua sem uma resposta satisfatória. Por que mesmo com a necessidade, mesmo com os benefícios, por que nesse lugar de assistência e educação?

Talvez a resposta mais evidente e simples esteja na afirmação do Brigadeiro Bijos que, ao se defender de acusações a ele impetradas em 1957 aponta que: “estamos recuperando através de medidas sanitárias, os homens inválidos para integrá-los na vida de trabalho que a nação reclama” (OLIVEIRA, 2008, p. 87). Por essa resposta, podemos perceber que as pessoas são qualificadas a priori como “inválidas”, sendo essa palavra nesse contexto, entendida como um ônus negativo, um peso, um dano que precisa e deve ser recuperado ou sanado. Assim, inferimos que da perspectiva desse farmacêutico militar elas só passam a ter “validade” se inseridas em algum tipo de plano que justifique a sua existência e permanência em tal espaço..

Nesta forma de refletir sobre as pessoas percebemos claramente o referencial ideológico construído acerca da idéia de “resgate pelo trabalho” do qual nos referimos nos capítulos anteriores.

Essa mesma perspectiva era utilizada pelo também Brigadeiro Guedes Muniz à frente da Fábrica Nacional de Motores, onde esse mesmo personagem, quando havia “necessidade”, recrutava nas delegacias de Caxias presos para trabalhar na FNM (SOUZA, 2002, p. 110). Ou seja, é o mesmo ideário de “redenção” via trabalho.

Acreditamos que é justamente, nessa “redenção” que repousa parte da resposta à nossa pergunta não respondida e, a relação que as autoridades cultivaram com o espaço pode responder a outra parte do questionamento.

Não pense o leitor que isso significa que a realidade é simplista. Muito pelo contrário. É nossa convicção que as relações entre sociedade e Estado são por demais complexas e, muitas vezes o que aparenta ser uma ruptura não acontece ou, se dá parcialmente, preservando alguns aspectos em detrimento de outros.

A realidade social sempre se apresenta multipolarizada e qualquer análise fica empobrecida se a observar apenas sob uma ótica ou outra em opostos absolutos.

Para ilustrar esse tipo de reflexão vamos apontar agora uma hipótese muito interessante sobre os reflexos dos ideários dos intelectuais das primeiras décadas do século XX e as ações decorrentes desses ideários que foi o movimento de criação da Escola Regional de Meriti (ERM)⁸⁵.

Essa escola nasce dentro dos ideários de educação e saneamento. Ela representa o esforço dos “intelectuais da Capital – educadores e saneadores - que buscaram num sertão próximo (a baixada) um local de experimentação científico-saneadora e pedagógica, informados pela crítica à ordem republicana vigente, pela visão do sertanejo como doente e ignorante e pelo nacionalismo próprio do período de guerra” (SANTOS, 2008, p. 15).

A escola Regional de Meriti foi, nessa ocasião, utilizada como exemplo de experiência exitosa da ação de dois movimentos distintos: o de saneamento e o dos escolanovistas. Ela é até os dias atuais conhecida pelo seu apelido “mate com angú” uma referência à refeição oferecida aos alunos.

Nessa experiência, ainda que nascida dentro de um ideal datado, sua prática cotidiana vai expressar o esforço dos educadores e intelectuais que buscaram a construção de políticas públicas de inclusão dos seus alunos à nação brasileira (SANTOS, 2008, p. 16).

Essas ambiguidades se apresentam muitas vezes durante um estudo que verse sobre a sociedade. É importante destacar que temos, quase sempre, vários contextos atuando dentro

⁸⁵ Escola fundada por Armanda Álvaro Alberto, Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venancio Filho na década de 20 do século XX.

de um país e, mesmo uma política nacional não é plenamente igual em todo o território nacional.

A esse respeito apontamos, por exemplo, a questão das relações que se estabeleceram com o “mundo rural” e o mundo urbano a partir da década de 1930.

Como já foi nos capítulos anteriores discutido, a década de 1930 estabeleceu o momento histórico da ascensão de uma nova elite e de novas relações dentro da Sociedade Civil Brasileira, em função do modelo de Estado de caráter interventor que estão se estabelecendo através da figura de Getúlio Vargas. Entretanto, Wanderley Guilherme dos Santos, aponta que, no que tange às relações com o mundo rural, não houve rupturas nas estruturas econômicas, mas, continuidades (SANTOS, 1979, p. 72 - 74).

Nesse ponto, retomamos a definição que propositadamente deixei em aberto logo na introdução do segundo capítulo sobre a Cidade dos Meninos como um local promotor de uma “espécie de sub-cidadania”, para ampliarmos conceitualmente essa definição por outra que melhor se adequa ao contexto social e político do referido período da nossa história.

Nesse caso, é mais apropriado utilizarmos o conceito de *cidadania regulada*⁸⁶, cunhado pelo sociólogo supra citado, uma vez que melhor se aplica ao caso. Esse autor aponta que:

são cidadãos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo [...] Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (SANTOS, 1979, p. 75).

Em concordância com esse ponto, percebemos que o modelo de educação oferecida na Cidade dos Meninos, tendo em vista os cursos que essa instituição impôs aos seus abrigados, parece, num primeiro “olhar”, determinar-lhes um futuro de “cidadania regulada”, uma vez que as atividades profissionais em que seu alunato vai ser formado lhes reserva esse “papel social” – parafraseando as palavras de seu primeiro provedor – Levy Miranda.

Evidentemente, que o indivíduo desenvolvendo um imenso esforço pessoal poderia conseguir “furar” esse ciclo, mas esses casos representam as exceções que toda sociedade

⁸⁶ Refere-se ao “conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal.” (SANTOS, 1979, p.75).

consegue absorver, enquanto que à “massa” caberia o destino que esse tipo de proposta discutida reservava.

No Brasil o processo de modernização caracterizou-se pela escassez de recursos, em áreas cruciais como a educação, saúde e trabalho. [...] no caso brasileiro, a falta de recursos é agravada pela má distribuição e concentração de renda, enorme desigualdade no acesso aos direitos civis, políticos e sociais, bem como pela apropriação privada das benesses públicas. Esta grande desigualdade social ocorre a partir de construções culturais que diferenciaram os cidadãos brasileiros em diversas categorias sociais e raciais (SANTOS, 1979, p. 47).

É relevante percebermos que tanto Wanderley Guilherme dos Santos com a discussão sobre a “cidadania regulada”, quanto Helena Bomeny com a categoria “desvalido” dentro do quadro social brasileiro apontam que as populações rurais ou os radicados nas periferias urbanas, majoritariamente, imigrantes das áreas rurais, foram a população alvo dessa subqualificação de seu papel social fornecido pela própria sociedade.

Dessa forma cumpre chamar a atenção para o desempenho de um outro ator social relevante nesse processo, que foi o caso do Ministério da Agricultura.

Nesse referido período, esse Ministério era denominado Pasta da Agricultura. Ele desenvolveu durante todo esse período uma participação ativa inclusive no que tange à questão da educação. Essa ação fica evidenciada no texto a seguir que nos demonstra, inclusive, a dimensão no tempo de atuação da Pasta da Agricultura nas interferências nas políticas de educação:

o movimento de 1930 não significou uma ruptura, mas sim a continuidade de práticas e diretrizes da Pasta da Agricultura quanto ao ensino rural, a ela subordinado até 1961, quando nesse período foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MENDONÇA, 2007, p. 55).

Esse fragmento de texto expressa, de forma eloquente, a importância desse Ministério e sua inserção, enquanto ator social, nas demais áreas, especialmente, no caso do nosso presente estudo, no que diz respeito ao ensino ministrado dentro de instituições no denominado “meio rural”.

Estas interferências, provavelmente, eram permeadas por interesses específicos dessa pasta e é nesse sentido que as reflexões de Halbwachs encontram um eco conceitual na forma das práticas, premissas e formas de apreensão do presente na Cidade dos Meninos uma vez que “a memória não se reduz aos fatos, mas os modos de pensar que se fixam na memória” (HALBWACHS, 2006, p. 85).

4 CONCLUSÃO

A Cidade das Meninas, como havia inicialmente imaginado sua idealizadora, a Sra. Darcy Vargas, não se realizou. Em seu lugar, nasce a Cidade dos Meninos que se tornou, por motivos diversos, um evento com um leque muito amplo de possibilidades de discussão, em termos acadêmicos, em virtude da sua história, do seu desenvolvimento e dos processos que se estabeleceram em seu interior.

Como vimos, por conta do descaso das autoridades públicas com relação aos insumos químicos abandonados, ocorreu um grande processo de contaminação ambiental e humana. Ao mesmo tempo, por conta do déficit habitacional brasileiro, estimulada pela incipiente infraestrutura, como em outros casos mais ou menos semelhantes⁸⁷, a Cidade dos Meninos se torna um *locus* de ocupação desordenada.

Mas ela também nasceu como um projeto político específico de atuação no campo das mentalidades a partir dos pressupostos da pedagogia à época.

Neste estudo, não me propus a um trabalho de natureza holística, nem definitiva. O professor da USP, Flavio Pierucci⁸⁸ afirma que a ciência é “fragmentária” e é nisso que reside sua “força”. Portanto, procurei investir na elucidação de alguns aspectos que estavam mais relacionados à formulação das políticas educacionais e os seus impactos no tempo, através da memória de alguns de seus remanescentes mais engajados em ações de organização e mobilização internas, visando a superação dos impasses estruturais e jurídicos ligados a ocupação habitacional.

Assim, esta dissertação, em concordância com o curso de Pós Graduação onde está inserida, se propôs a discutir um, entre os vários aspectos que se apresentam: o da construção do social, tendo como “pano de fundo” a política de educação e assistência implementada a partir daquele modelo institucional.

Apontamos a necessidade de mais trabalhos que se aprofundem sobre a historiografia de Duque de Caxias, sobre toda a Baixada Fluminense, e a relação com o espaço e o público, para que sirvam de suporte à compreensão dos fenômenos sociais levando-se em conta a perspectiva histórica dessa formação.

⁸⁷ Como a ocupação de prédios abandonados, terrenos, galpões, etc., ou seja, lugares que já contam com uma estrutura inicial, mesmo com a ausência de serviços essenciais.

⁸⁸ Ver a esse respeito. palestra proferida: <http://www.youtube.com/watch?v=CohRN7xG7Gw>. Acesso em 04/03/2012.

Esses trabalhos serão fundamentais, do nosso ponto de vista, para a compreensão dos fenômenos sociais que se estabeleceram e continuam, na atualidade a se desenvolver nesse referido território.

A memória do lugar rearticulada através da memória das pessoas que nele habitam, ocupa um espaço de primazia dentro deste trabalho. De acordo com Pierre Nora (1993), a memória “não existe mais”. Ela só existe de forma “residual”, através da memória das pessoas. Entendemos que o espaço e todo o aspecto social, político, cultural, ecológico, etc., entre tantos outros aspectos que ele mobiliza, interferem nos processos de sociabilidade e, de forma específica, nas relações que tanto as autoridades municipais, estaduais e federais estabeleceram com o local e, por consequência, com as pessoas que nele vivem.

Acreditamos que é exatamente esta memória, construída sobre essa sociabilidade, que faz com que as pessoas percebam como necessário, caridoso, fraterno e, especialmente, vanguardista, um modelo de educação que tem por ambição, objetivamente, o “controle dos corpos”⁸⁹ e, não seria demais acrescentar, “das mentalidades”.

Os choques de alteridade ocorridos dentro da Cidade dos Meninos, entre a academia e os moradores, parecem carecer de certa dose de reflexão sobre a realidade social a qual estes atores sociais da localidade em questão estão submetidos. Grande parte desses cientistas ficam surpresos quando os moradores se recusam a sair de suas casas e, algumas vezes, contribuíram com uma forma de “silenciá-los”⁹⁰ através da desqualificação de suas falas. Entretanto, vale a pena salientarmos que a questão da moradia e da segurança são aspectos da vida cotidiana muito preponderantes e imediatos na realidade do brasileiro menos favorecido. O entorno é, em alguns casos, muito mais perigoso, como por exemplo, é o caso das comunidades que tem presença de facções criminosas agindo em seu interior e que determinam instâncias específicas do privado, tanto quanto a política dos anos 30.

Esse misto de “piedade” e incompreensão é muitas vezes ratificado pelo posicionamento dos agentes e observadores externos, que avaliam “de fora”, o flagelo humano desencadeado por um processo histórico muito específico no tempo-espaço. Neste sentido, entra em choque a alteridade das prioridades e das emergências de cada lado, a saber, expectadores e “atingidos”.

⁸⁹O sentido aqui é refere-se àquele que é apontado e discutido Michel Foucault em “Vigiar e Punir”.

⁹⁰De acordo com Moraes (2005, p. 96) existe uma dimensão da memória que é “silenciada”, tendo em vista que, “Toda memória social é produzida na perspectiva de uma disputa em que algumas ideias, estratégias e sentidos são permitidos, enquanto outros são omitidos, silenciados, ocultos ou manipulados”.

Por exemplo, no dia 4 de janeiro de 2012, o Jornal Hoje⁹¹, telejornal transmitido pela Rede Globo de Televisão, no horário de 1 hora da tarde, exibiu uma reportagem sobre os reflexos da chuva no estado de Minas Gerais, apresentando um grande número de cidades atingidas. A tragédia ocasionou perdas materiais e humanas. Percebi essa mesma impressão, por parte da repórter, ao informar que o maior problema das autoridades era tentar convencer as pessoas a deixarem as suas casas. Nessa reportagem, a visão de ruas inteiras sob as águas turbulentas e barrentas era assustadora. A pergunta fundamental na perspectiva da abordagem que procuro estruturar, seria: como, frente a um inimigo tão visível e implacável, as pessoas se recusavam a sair de suas casas?

Acredito que isso se dê porque provavelmente seria muito pior ser privado de absolutamente tudo, tanto do ponto de vista material, quanto imaterial. Quando ainda existe um “pedaço” de casa, ainda existe um registro de história, de memória e de identidade. As pessoas não podem abrir mão disso tão simplesmente – a não ser para a morte.

Ao relativizar esse ponto, pode ser que fique menos obscuro compreender a recusa dos moradores da Cidade dos Meninos de sair de suas casas. Abandoná-las pode significar o mesmo que abandonar uma parte da sua história e a sua memória e assim sendo, de si mesmo.

Se, frente a um adversário visível e “voraz” as pessoas buscam meios de enfrentá-lo, como no caso comparativo da tragédia das enchentes, que poderemos dizer dos moradores da Cidade dos Meninos, frente a um inimigo “invisível?”⁹²

Mesmo a comunidade acadêmica – representante do saber – expõe versões diferentes sobre a existência ou não de contaminação. Dentro desta perspectiva, essas pessoas estariam cometendo um equívoco tão absurdo por se recusarem a sair de suas casas?

Numa proposta comparativa, Willian Foote Whyte aponta em seu magistral trabalho sobre perspectivas urbanas conflitantes com a proposta estatal intitulado “Sociedade de Esquina” que “o problema de Cornerville não é a falta de organização, mas o fracasso de sua própria organização social em se interconectar com a estrutura da sociedade à sua volta” (WHYTE, 2005, p. 276). Nos dois casos, a sociedade só oferece a perspectiva da assimilação, da “desterritorialização”. Portanto, os moradores da Cidade dos Meninos através da AMACM estão buscando construir percursos para essa “interconexão” que governos, políticos e cientistas demoram a perceber, porque buscam a alternativa mais simplificadora: deslocamento a curto prazo. Sem uma proposta sem a pretensão de ser ideal, mas pelo menos

⁹¹ Outros veículos de comunicação também fizeram a cobertura dessa tragédia. Refiro-me a este telejornal especificamente, porque foi o primeiro que assisti sobre o evento, a partir do qual pude registrar o momento em que comecei a elaborar essa abordagem comparativa.

⁹² Numa referência à contaminação por HCH.

com uma perspectiva inclusiva de reinserção, o problema apenas se prolonga como tem acontecido até a presente dada.

Essa “demora” de cerca meio século na busca de uma solução, influencia as diversas posturas dos moradores da Cidade dos Meninos, o que reflete no processo de construção de sociabilidades, dentro desse contexto, na percepção das políticas públicas, do papel da comunidade acadêmica, das autoridades e do governo de uma forma geral.

Em outro contexto, o Governo Federal criou em 07 de dezembro de 2011, o Plano Nacional de Combate ao Crack⁹³. As ações estão estruturadas em três eixos: cuidado, prevenção e autoridade. No eixo “cuidado”, compreende-se a criação de uma rede de atendimento “com estrutura diferenciada para atender pacientes em diferentes situações e auxiliar dependentes químicos na superação do vício e na reinserção social”. Concomitante a essa iniciativa, existe toda uma discussão na sociedade brasileira sobre se é lícito ou não a criação de abrigos compulsórios para usuários de crack. Trata-se de uma discussão moral, no intuito fornecer a assistência e “reeducá-los” para a vida social. Esta proposta nos remete ao ideário inicial que fez parte da criação da Cidade dos Meninos. Nesse caso, exemplos como o da Cidade dos Meninos nos oferecem um “olhar para o passado” e a possibilidade de aprendermos com os erros e os acertos.

Desta forma, observamos que a política pública, à época, tentou unir trajetórias individuais sob a égide da piedade cristã e “encaminhar” soluções para um destino inequívoco: a “correção” dos “desvalidos”. As soluções são pragmáticas e homogeneizadoras, viabilizadas a partir de uma inserção social garantida pelo fornecimento de mão de obra elementar.

Através da etnografia retrospectiva, as narrativas nos proporcionam a percepção de que os indivíduos são socialmente incorporados, dentro de um modelo teórico de ação, através de sua inserção coletiva. Assim, esses indivíduos “em vias de correção” compartilharam com seus semelhantes uma ordem social bastante limitadora, distante de tudo o que o campo das possibilidades poderia oferecer. Corrigindo uma espécie de “seleção natural da vida”, o Estado brasileiro fez outro tipo de “seleção”, naturalizando o direcionamento de uma “clientela” para papéis sociais subalternos. Varrer, plantar, costurar, capinar, não são profissões, mas, destinos.

⁹³ Tal fenômeno, esta sendo encarado pelas autoridades como uma epidemia. Cf. a reportagem: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-lanca-plano-de-combate-ao-crack-investimentos-chegam-a-r-4-bi,807919,0.htm>. Acesso em 04/03/2012.

Quando o modelo falha, a culpa nunca é do projeto político, mas, do indivíduo. Nestes termos, a dívida social que esse modelo de política pública acarreta é social e coletivamente construída, mas, na maioria dos casos, individualmente cobrada.

Em outros termos, Clarice Nunes (1996), numa primorosa metáfora da cidade e da escola, nos aponta que os pontos de contato entre uma e outra, a escola é, por extensão, um reflexo da sociedade que a engloba e esses reflexos se apresentam, quase sempre, em uma “*via de mão dupla*”. Desta forma, podemos inferir que, assim como a evasão escolar, que tem como efeito perverso a característica de deslocar para o aluno a “causa” da sua evasão do espaço escolar, os modelos socialmente construídos deslocam para o sujeito social, individualmente, o ônus de um processo que é social e coletivamente construído.

Hoje, não temos mais a Cidade dos Meninos para a internação dos “desvalidos”, mas, no Rio de Janeiro, temos em menor grau de complexidade os “déficits de atenção”⁹⁴ diagnosticados maciçamente e, para os casos de maior complexidade temos o conjunto de instituições do DEGASE⁹⁵. Tais instituições e tais medidas, de caráter *sócio-educativo* existem, evidentemente, não para punição em massa, mas sim, para correção individual dos que não souberam incorporar os valores socialmente compartilhados.

A “medicalização” dos problemas sociais, reverte para o aluno, para o “assistido”, para o “internado”, a causalidade e o ônus da sua própria vulnerabilidade social. Assim como, nestes termos, a implementação de políticas públicas “medicalizadoras”, ou mesmo, de políticas públicas “secundarizadas”, para o morador esquecido na Cidade dos Meninos, revela o tipo de inserção destinada aos setores mais precarizados da sociedade. “Invasores” do “estado de direitos”, ainda “desvalidos”, embora cidadãos.

⁹⁴ Inferindo a partir das reflexões de Werner, onde o autor discute sobre a integração, a inclusão e a evasão da criança no ambiente escolar a partir da “patologização” dos problemas sociais e da “medicalização” do fracasso escolar (WERNER, 2000, p. 35-59).

⁹⁵ O DEGASE é a sigla para Departamento Geral de Ações Sócioeducativas, que possui internatos para menores na situação de “conflitos com a lei”.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002 apud SANTOS, Julio César Paixão. **Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo**: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921 a 1932). 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- ALVES, José Cláudio. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.
- BANFIELD, Edward . **The moral basis of a Backward society**. New York: Free Press, 1958 apud REIS, Elisa Pereira. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Caxambu, MG, v. 10, n. 29, p. 35-48, 1995
- BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política**: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. 2006. 392 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BECKER, Howard S. Outsiders. **Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971 apud JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madri: Siglo XXI, 2002.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- BIAGGIO, Ângela. **Lawrence Kolberg**: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2006.
- BILAC, Olavo ; BOMFIM, Manuel ; LAJOLO, Marisa (Org.). **Através do Brasil**: pratica da língua portuguesa; narrativas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- BOUDON, Raymond ; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clinica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRAGA, Ana Maria Cheble Bahia de. **Contaminação ambiental e humana em escolares na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro**. 1996. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.441**, de 30 de abril de 1943. Transfere gratuitamente à Fundação Darcí Vargas, para a instalação da Cidade das Meninas, o domínio pleno de terras, que menciona, situadas no Município de Nova Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5441-30-abril-1943-415485-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.655**, de 27 de agosto de 1946. Cria, sem aumento de despesa, no Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto de Malariologia. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9655-27-agosto-1946-458558-publicacaooriginal-1-pe.html>>. 1946. Acesso em: 16 jun. 2012

BRASIL, Ministério da Saúde. **Relatório do Ministério da Saúde**. Atuação do Ministério da Saúde no Caso de Contaminação Ambiental por Pesticidas Organoclorados, na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ. Brasília, 2002-03.

CAMPOS, Francisco. “Exposição de motivos”. **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro, n.32, p. 5-40, 1941 apud OLIVEIRA JUNIOR, Alcides de. **Penas especiais para homens especiais**: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira da década de 1940. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

CÂMARA, Sonia. **Sob a Guarda da República**: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida et al. **Deserdados**: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro: HP Comunicações, 2007.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Os intelectuais Trotskistas nos anos 30. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). **Intelectuais, História e Política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 137-148.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: J. Olympio, 1997.

_____. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLIFORD, James. **Routes**: travel and translation in the late twentieth century. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997 apud CUNHA, Neiva Vieira da. **Viagem, experiência e memória**: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30. Bauru, SP: Edusc, 2005

COSTA, Antonio Firmino da. Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros. **Análise Social**, São Paulo, v. XXI, p. 735-756, 1985.

- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.
- CUNHA, Neiva Vieira da. **Viagem, experiência e memória**: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral In: CARDOSO, Ruth (Org). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 141-156.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUQUE DE CAXIAS, PREFEITURA MUNICIPAL. **Grupo de Estudos de História Local e Regional da Baixada Fluminense e Município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias - RJ: 2010. v. 1-3.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Global, 1985 apud RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Global, 1985 apud NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.
- ERMEL, Luiza Helena Nunes. **Análise das representações práticas relativas ao trato com o contaminante, crenças e costumes na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias - Rio de Janeiro**. 1997. 66 p. Relatório de Pesquisa – Núcleo de Estudos de Exclusão Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.
- FACINA, Adriana. Arte nacional e educação estética em Mario de Andrade. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). **Intelectuais, história e política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 153-175.
- FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República**: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. 2006. 216 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.
- FERREIRA, Zeni Melo ; MARTINS, Mario do Carmo Carvalho ; LACERDA, Michelle Lacoud de. **A contaminação por organoclorados e as vítimas da “Cidade dos Meninos” Duque de Caxias – RJ**: uma análise processual. 2011. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1976.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONDAR, Josaida; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos Cedes**, São Paulo, v. 23, n.59, p. 25-38, abr. 2003.

_____. **História, Infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

GUIMARÃES, Patrícia Vaz. **Percepção de risco dos moradores da Cidade dos Meninos**. 2002. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERCULANO, Selene. Justiça ambiental. De Love Canal a Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada. In: MELLO, M. P. D. (Org). **Justiça e sociedade**: temas e perspectivas. São Paulo: Letras, 2001. p. 215 – 238.

HERSCHAMANN, Micael ; KROPF, Simone ; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOSBAWM, E. ; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madri: Siglo XXI, 2002.

LAZZARONI, Dalva. Evolução histórica dos distritos e os processos de emancipação. In: TORRES, Gênesis. **A Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: IPAHB, 2004. p. 162.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINHARES, Maria Yedda (Org). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LYRA, Roberto. **Convidade de honra do congresso de criminologia de 1938 na Argentina**. Disponível em: < <http://www.tiosam.org/enciclopedia/index.asp>>. Acesso em: 23 out. 2011.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da historia lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbios**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e educação rural no Brasil**: alguns escritos. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputa de sentidos. In: GONDAR, Josaida ; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p. 89-104.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

MOTTA, Luiz Eduardo. **Do Patrimonialismo ao Gerencialismo**: formação, continuidade e mudança na Administração Pública Brasileira (1808 – 2008). Niteroi/RJ: UFF, 2008. Prêmio Mauricio Caldeira de Alvarenga – Monografias Vencedoras de 2008.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Recife: Massangana, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, 1993. p. 7-29.

NOVAES, F. A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHAMANN, Micael ; KROPF, Simone ; NUNES, Clarice. **Missionários do Progresso**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 155-224.

OLIVEIRA, Rosália Maria de. **Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ**: linha do tempo sobre a contaminação ambiental e humana. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, Alcidésio de. **Penas especiais para homens especiais**: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira da década de 1940. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

PEIXOTO, Afrânio. O futuro do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia**, Rio de Janeiro, p. 155, 1934 apud HERSCHAMANN, Micael ; KROPF, Simone ; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

_____. **Imagens Iguazuanas**. Nova Iguaçu/RJ: Edição do autor, 1968 apud ALVES, Jose Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma historia da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003. p. 19-20.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 1993.

PINTO, Alfredo. **Menores abandonados e menores delinquentes**: conferências e principais trabalhos do ano de 1910. Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1920 apud CÂMARA, Sonia. **Sob a Guarda da República**: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

PONDÉ, Jayme. **Levy Miranda, apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 1977.

PORTO, Rubens. **Cidade das Meninas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

PORTO, Rubens. **Biografia**. <Disponível em: <http://www.pbg.org.br/galeria-rubens-porto.html>>. Acesso em: 04 mar.2012.

PRADO, P. D. ; FARIA, A. L.G. ; DEMARTINI, Z. B. F. (Orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisas com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, Elisa Pereira. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Caxambu, MG, v. 10, n. 29, p. 35-48, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). **Intelectuais, história e política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, Helena. Educação escolar e higienização da infância. **Caderno Cedes**, Campinas, SP, v. 23, n. 59, p.39-56, 1980.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Formações metropolitanas no Brasil**: mecanismos estruturantes.1984. 599 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1984.

SANTOS, Julio César Paixão. **Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo**: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921 a 1932). 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **Saúde e história**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

SENAI. Portal. Disponível em: < http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx > Acesso em 04 mar. 2012.

SILVA, José Miguel da et al. **Livro de Ata de Assembléias**. Duque de Caxias, RJ: Associação de Moradores da Cidade dos Meninos - AMACR, 1987.

SILVA, Luiz Antonio Machado; RIBEIRO, Ana Clara T. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias? **Ciências Sociais Hoje**, Caxambu, MG, n. 2, p. 318-336, 1985.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **O que produz e o que reproduz em educação**: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1972.

SINDER, Valter. Paradigmas e paradoxos na historia do pensamento social brasileiro: un enfoque interdisciplinar de la alteridad In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACION EM LAS HUMANIDADES: “EL OUTRO YO, 4, 1997, Cidade do México. [**Trabalhos apresentados**]. México: Universidade Iberoamericana, 1997.

SOUZA, Jose Alberto de Porto. **O gerenciamento de riscos na Cidade dos Meninos**: um sítio contaminado por pesticidas organoclorados, no Estado do Rio de Janeiro. 2003 104f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o passado da Cidade**: a construção do poder político local em Duque de Caxias (1900 – 1964). 2002. 296 f. Dissertação (Mestrado em História) Pós-Graduação em Historia Moderna e Contemporânea, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2002.

STAGNO, Leandro. **Reeducación e ideas punitivas asociadas a la minoridad (1933 – 1943)**. Disponível em: < <http://www.propuestaeducativa.flacso.org.ar/archivos/jovenes/7.pdf> >. Acesso em: 04 mar.2012.

TEIXEIRA, Anízio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

THOUREAU. Henry David. **A desobediência civil**. Porto Alegre: R&PM, 1997.

TORRES, Gênesis (Org). **Baixada Fluminense**: a construção de uma historia: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004.

VIDAL, Dominic. The Language of Respect: The Brazilian Experience and the Meaning of de Cityzenship in Modern Democracies. **DADOS**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-287, 2003.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ANEXO A – Legislação

Decreto-Lei nº 9.655, de 27 de Agosto de 1946

Cria, sem aumento de despesa, no Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto de Malariologia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficou criado, no Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto de Malariologia, com sede no Distrito Federal e destinado a realizar estudos, pesquisas e investigações sobre a malária.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

EURICO G. DUTRA.

Ernesto de Souza Campos.

Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/08/1946 , Página 12219 (Publicação Original)

Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942

Lei orgânica do ensino secundário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte

LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO

TÍTULO I

Das bases de organização do ensino secundário

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Art. 1º O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

CAPÍTULO II

NOS CÍCLOS E NOS CURSOS

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só [curso](#): o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a [educação](#) ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; na curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências.

CAPÍTULO III

DOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO

Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Art. 7º Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário.

Art. 8º Não poderá funcionar no país estabelecimento de ensino secundário que se reja por legislação estrangeira.

CAPÍTULO IV

DA LIGAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO COM AS OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO

Art. 9º O ensino secundário manterá ligação com as outras modalidades de ensino pela forma seguinte:

1. O curso ginásial estará articulado com o ensino primário, de tal modo que deste para aquele o aluno transite em termos de metódica progressão.

2. Estará o curso ginásial vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, para a realização dos quais deverá constituir base preparatória suficiente.

3. Aos alunos que concluírem quer o curso clássico quer o curso científico mediante a prestação dos exames de licença será assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula.

TÍTULO II

Da estrutura do ensino secundário

CAPÍTULO I

DO CURSO GINASIAL

Art. 10. O curso ginásial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas:

I. Línguas:

1. Português.
2. Latim
3. Francês.
4. Inglês.

II. Ciências:

5. Matemática.
6. Ciências naturais.
7. História geral.
8. História da [Brasil](#).
9. Geografia geral.
10. Geografia do Brasil.

III. Artes:

11. Trabalhos manuais.
12. Desenho.
13. Canto orfeônico.

Art. 11. As disciplinas indicadas no artigo anterior terão a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

CAPÍTULO II

DOS CURSOS CLÁSSICO E CIENTÍFICO

Art. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes:

- I. Línguas:
1. Português.
 2. Latim.
 3. Grego.
 4. Francês.
 5. Inglês.
 6. Espanhol.
- II. Ciências e filosofia:
7. Matemática.
 8. Física.
 9. Química.
 10. Biologia.
 11. História geral.
 12. História do Brasil.
 13. Geografia geral.
 14. Geografia do Brasil.
 15. Filosofia.
- III. Artes:
16. Desenho.

Art. 13. As disciplinas indicadas no artigo anterior são comuns aos cursos clássico e científico, salvo o latim e o grego, que somente se ministrarão no curso clássico, e o desenho, que se ensinará somente no curso científico.

Art. 14. As disciplinas constitutivas do curso clássico terão a seguinte seriação:

Primeira série : 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) História geral. 8) Geografia geral.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) Física. 8) Química. 9) História geral. 10) Geografia geral.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História do Brasil. 9) Geografia do Brasil. 10) Filosofia.

Art. 15. As disciplinas constitutivas do curso científico terão a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Espanhol. 5) Matemática. 6) Física. 7) Química. 8) História geral. 9) Geografia geral

Segunda série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História geral. 9) Geografia geral
10) Desenho.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física. 4) Química. 5) Biologia. 6) História do Brasil. 7) Geografia do Brasil. 8) Filosofia. 9) Desenho.

Art. 16. É permitida a realização do curso clássico, sem o estudo do grego. Os alunos que optarem por esta forma de currículo serão obrigados ao estudo, na primeira e na segunda série, das duas línguas vivas estrangeiras do curso ginásial.

Art. 17. As disciplinas comuns aos cursos clássico e científico serão ensinadas de acordo com um mesmo programa, salvo a matemática, a física, a química e a biologia, cujos programas terão maior amplitude no curso científico do que no curso clássico, e a filosofia, que terá neste mais amplo programa do que naquele.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Art. 18. Os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, devendo indicar, para cada uma delas, o sumário da matéria e as diretrizes essenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata o presente artigo serão sempre organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministro da Educação, que os expedirá.

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 19. A educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos.

Parágrafo único. A educação física será ministrada segundo programas organizados e expedidos na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO MILITAR

Art. 20. A educação militar será dada aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física. Dar-se-á aos menores de dezesseis anos a instrução premilitar, e a instrução militar aos que tiverem completado essa idade.

Parágrafo único. As diretrizes pedagógicas da instrução premilitar e da instrução militar serão fixadas pelo Ministério da Guerra.

CAPÍTULO VI

DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Art. 21. O ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo.

Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica.

CAPÍTULO VII

DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Art. 22. Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos.

Art. 23. Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.

Art. 24. A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

§ 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4º A prática do canto orfeônico de sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo.

TÍTULO III

Do ensino secundário feminino

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.

2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.

3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

TÍTULO IV

Da vida escolar

CAPÍTULO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 26. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. Os exames serão de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença.

Parágrafo único. Integrarão o quadro da vida escolar os trabalhos complementares.

Art. 27. Os estabelecimentos de ensino secundário adotarão processos pedagógicos ativos, que deem aos seus trabalhos o próprio sentido da vida.

CAPÍTULO II

DO ANO ESCOLAR

Art. 28. O ano escolar, no ensino secundário, dividir-se-á em dois períodos:

- a) período letivo, de nove meses;
- b) período de férias, de três meses.

§ 1º O período letivo terá início a 15 de março e o período de férias a 15 de dezembro.

§ 2º Haverá trabalhos escolares diariamente. Excetuam-se os dias festivos. Serão de descanso os sete últimos dias de junho.

§ 3º Poderão realizar-se exames no decurso das férias.

CAPÍTULO III

DOS ALUNOS

Art. 29. Os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário poderão ser de duas categorias:

- a) alunos regulares;
- b) alunos ouvintes.

§ 1º Alunos regulares serão os matriculados para a realização dos trabalhos escolares de uma série. Os alunos regulares, quando repetentes por não alcançado a habilitação, nos termos do art. 51 desta lei, para efeito de promoção ou de prestação dos exames de licença, serão obrigados a todos os trabalhos escolares da série repetida.

§ 2º Aos alunos que não conseguirem a habilitação, nos termos do art. 64, desta lei, para efeito de conclusão do curso, será facultado matricular-se, na qualidade de alunos ouvintes, para estudo da disciplina ou das disciplinas em que seja deficiente a sua preparação.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESCOLARES

Art. 30. A avaliação dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez.

Parágrafo único. Deverá ser recomendada pelo Ministério da Educação adoção de critérios e processos que assegurem o aumento da objetividade na verificação do rendimento escolar e no julgamento dos exames.

CAPÍTULO V

DA ADMISSÃO AOS CURSOS

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

Art. 33. O candidato à matrícula no curso clássico ou no curso científico deverá ter concluído o curso ginásial.

CAPÍTULO VI

DOS EXAMES DE ADMISSÃO

Art. 34. Os exames de admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1º O candidato a exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei.

§ 2º Poderão inscrever-se aos exames de admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 3º O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época.

CAPÍTULO VII

DA MATRÍCULA

Art. 35. A matrícula far-se-á na primeira quinzena de março.

§ 1º A concessão de matrícula como aluno regular dependerá, quanto à primeira série, de ter o candidato satisfeito as condições de admissão e, quanto às outras, de ter ele conseguido, suficiência na série anterior. A concessão de matrícula a candidato que pretenda fazer estudos como aluno ouvinte reger-se-á pelo disposto na § 2º do art. 29, desta lei.

§ 2º No ato da matrícula para ingresso nos estudos do segundo ciclo, o candidato declarará a sua opção pelo curso clássico ou pelo curso científico. Caso a opção recaia sobre o curso clássico, cumprir-lhe-á- acrescentar se prefere o currículo com grego ou o currículo sem grego. Se a opção recair sobre o curso clássico com grego, deverá o candidato escolher, dentre as duas línguas vivas estrangeiras do curso ginásial, aquela cujo estudo queira intensificar.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 36. E' permitida a transferência de um para outro estabelecimento de ensino secundário.

Art. 37. E' admissível a transferência de aluno proveniente de estabelecimento estrangeiro de ensino secundário, de reconhecida idoneidade.

Parágrafo único. O aluno transferido no caso deste artigo será adaptado por forma conveniente, ao plano de estudos desta lei.

CAPÍTULO IX

DA CADERNETA ESCOLAR

Art. 38. Cada aluno de estabelecimento de ensino secundário possuirá uma caderneta, em que se lançará o histórico de sua vida escolar, desde o ingresso, com os exames de admissão, até a conclusão, com a expedição do devido certificado.

CAPÍTULO X

DA LIMITAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DOS TRABALHOS ESCOLARES

Art. 39. Os trabalhos escolares não excederão a vinte e oito horas semanais no curso ginásial, e a trinta horas semanais nos cursos clássico e científico.

Art. 40. O plano de distribuição do tempo em cada semana é matéria do horário escolar, que será fixado pela direção dos estabelecimentos de ensino secundário antes do início do período letivo, observadas as determinações dos programas quanto ao número de aulas semanais de cada disciplina e de sessões semanais de educação física.

CAPÍTULO XI

DAS LIÇÕES E EXERCÍCIOS

Art. 41. As lições e exercícios, objeto das aulas das disciplinas e das sessões de educação física, são de frequência obrigatória.

Art. 42. Estabelecer-se-á nas aulas, entre o professor e os alunos, um regime de ativa e constante colaboração.

§ 1º O professor terá em mira que a preparação intelectual dos alunos deverá visar antes à segurança do que à extensão dos conhecimentos.

§ 2º Os alunos deverão ser conduzidos não apenas à aquisição de conhecimentos, mas à maturidade de espírito pela formação do hábito e da capacidade de pensar.

Art. 43. A educação física será dada a grupos homogêneos, organizados independentemente do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários serão submetidos a exercícios especiais. A educação física far-se-á com permanente assistência médica.

Art. 44. Os programas deverão ser executados na íntegra, de conformidade com as diretrizes que fixarem.

CAPÍTULO XII

DA NOTA ANUAL DE EXERCÍCIOS

Art. 45. Mensalmente, de abril a novembro, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento por meio de exercícios realizados em aula. Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero.

Parágrafo único. A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina.

CAPÍTULO XIII

DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES

Art. 46. Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais.

CAPÍTULO XIV

DOS EXAMES DE SUFICIÊNCIA

Art. 47. Os exames de suficiência terão por fim:

- a) habilitar o aluno de qualquer série para promoção à série imediata;
- b) habilitar o aluno da última série para prestação dos exames de licença.

Art. 48. Os exames de suficiência de cada disciplina compreenderão, no caso de habilitação para efeito de promoção, uma primeira e uma segunda prova parcial e uma prova final, e no caso de habilitação para efeito de prestação dos exames de licença, somente uma primeira e uma segunda prova parcial.

Parágrafo único. As provas parciais versarão sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada uma, e a prova final sobre toda a matéria ensinada na série.

Art. 49. Serão escritas as duas provas parciais, salvo as de desenho, trabalhos manuais e canto orfeônico que serão práticas.

§ 1º As provas parciais serão prestadas perante o professor da disciplina.

§ 2º A primeira prova parcial será realizada em junho, e a segunda em outubro.

§ 3º Facultar-se-á segunda chamada ao aluno que à primeira não tiver comparecido por moléstia impeditiva de trabalho escolar ou por motivo de luto em consequência de falecimento de pessoa de sua família.

§ 4º Somente se permitirá a segunda chamada até o fim do mês seguinte ao em que se fez a primeira.

§ 5º Dar-se-á a nota zero ao aluno que deixar de comparecer à primeira chamada sem motivo de força maior nos termos do § 3º deste artigo ou ao que não comparecer à segunda chamada.

Art. 50. Será oral a prova final, salvo as de desenho, trabalhos manuais e canto orfeônico que serão práticas.

§ 1º A prova final será prestada perante banca examinadora.

§ 2º Haverá duas épocas de prova final. A primeira terá início a 1 de dezembro e a segunda será em fevereiro.

§ 3º Não poderá prestar prova final, na primeira ou na segunda época, o aluno que tiver, como resultado dos exercícios e das duas provas parciais, no conjunto das disciplinas, média aritmética inferior a três. Também não poderá prestar prova final, na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e das sessões dadas em educação física, e, na segunda época, o aluno que tiver incidido em cinquenta por cento das mesmas faltas.

§ 4º Só poderá prestar prova final em segunda época o aluno que não a tiver feito na primeira por motivo de força maior nos termos do § 3º do artigo anterior, ou o que tiver satisfeito, na prova final de primeira época, uma condições de habilitação referidas no artigo seguinte.

Art. 51. Considerar-se-á habilitado:

1) para efeito de promoção, o aluno que satisfizer as duas condições seguintes:

- a) obter, no conjunto das disciplinas, a nota global cinco pelo menos;
- b) obter, em cada disciplina, a nota final quatro pelo menos;

2) para efeito de prestação dos exames de licença, o aluno que satisfizer, as duas condições mencionadas na alínea anterior e que não houver faltado a trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e das sessões dadas em educação física.

§ 1º A nota global será a média aritmética das notas finais de todas as disciplinas.

§ 2º A nota final de cada disciplina, no caso de habilitação para efeito de promoção, será a média ponderada de quatro elementos : a nota anual da exercícios e as notas da primeira e segunda provas parciais e da prova final. A esses elementos se atribuirão, respectivamente, os pesos dois, dois, quatro e dois.

§ 3º A nota final da cada disciplina, no caso de habilitação para efeito de prestação dos exames de licença, será a média ponderada de três elementos : a nota anual de exercícios e as notas da primeira e segunda provas parciais. A esses elementos se atribuirão, respectivamente, os pesos três, três e quatro.

Art. 52. Não poderá, nos exames de suficiência, sob pena de nulidade, ser prestada prova de uma disciplina perante professor que a tenha ensinado ao examinando em caráter particular.

CAPÍTULO XV

DOS EXAMES DE LICENÇA

Art. 53. A conclusão dos estudos secundários, de primeiro e de segundo ciclo, só se verificará pelos exames de licença.

Art. 54. Serão admitidos a prestar exames de licença os candidatos para este efeito devidamente habilitados.

Art. 55. Os exames de licença serão de duas categorias :

1. Exames de licença ginásial, para conclusão dos estudos de primeiro ciclo.

2. Exames de licença clássica e exames de licença científica, para conclusão dos estudos, respectivamente, do curso clássico e do curso científico.

Art. 56. Os exames de licença ginásial versarão sobre as seguintes disciplinas : 1) Português ; 2) Latim ; 3) Francês ; 4) Inglês ; 5) Matemática ; 6) Ciências naturais; 7) História geral e do Brasil; 8) Geografia geral e do Brasil ; 9) Desenho.

Art. 57. Os exames de licença clássica versarão sobre as seguintes disciplinas : 1) Português ; 2) Latim ; 3) Grego ; 4 e 5) Duas línguas vivas estrangeiras escolhidas dentre o francês, o inglês e o espanhol ; 6) Matemática ; 7) Física, química e biologia; 8) História geral e do Brasil; 9) Geografia geral e do Brasil ; 10) Filosofia.

Parágrafo único. Os candidatos que tenham feito o curso clássico de acordo com o disposto no art. 16 desta lei não prestarão exame de grego, mas serão obrigados aos exames das três línguas vivas estrangeiras da segundo ciclo.

Art. 58. Os exames de licença científica versarão sobre as seguintes disciplinas : 1) Português; 2 e 3) Duas línguas vivas estrangeiras escolhidas entre o francês, o inglês e o espanhol ; 4) Matemática ; 5) Física, química a biologia; 6) História geral e do Brasil; 7) Geografia geral a do Brasil; 8) Filosofia ; 9) Desenho.

Art. 59. Serão expedidos pelo ministro da Educação os programas para exames de licença.

§ 1º Os programas de que trata este artigo abrangerão a matéria essencial de cada disciplina.

§ 2º Os programas de matemática e de física, química e biologia para os exames de licença científica serão mais amplos do que os destinados aos exames de licença clássica.

§ 3º Os programas das demais disciplinas comuns aos exames de licença clássica e aos de licença científica serão os mesmos.

Art. 60. Os exames de licença constarão, para as línguas e a matemática, de uma prova escrita e de uma prova oral, para as demais ciências e a filosofia, somente de uma prova oral, e para o desenho, somente de uma prova prática.

Parágrafo único. A prova escrita, nos exames de licença, terá caráter eliminatório sempre que lhe for conferida nota inferior a três.

Art. 61. Os exames de licença serão realizados no decurso dos meses de dezembro e de janeiro.

§ 1º Conceder-se-á segunda chamada, para qualquer das provas dos exames de licença, ao aluno que não tiver comparecido à primeira por motivo de força maior, nos termos do § 3º do art. 49 desta lei.

§ 2º A segunda chamada só poderá ser feita até o início de período, letivo.

Art. 62. Os exames de licença ginásial poderão ser processados em qualquer estabelecimento de ensino secundário federal, equiparado ou reconhecido, e serão prestados perante bancas examinadoras, constituídas pela respectiva direção.

Parágrafo único. É extensivo aos exames da licença ginásial o preceito do art. 52 desta lei.

Art. 63. Os exames de licença clássica e os de licença científica revestir-se-ão de caráter oficial. Serão processados nos colégios federais e equiparados e nos estabelecimentos oficiais de ensino superior, que para essa responsabilidade forem indicados por ato do Presidente da República, e prestados perante bancas examinadoras, compostas, sempre que possível, de elementos do magistério oficial e designadas pelo ministro da Educação.

§ 1º Aos exames processados em colégio federal ou equiparado não poderão concorrer os seus próprios alunos, salvo quando não for possível, na respectiva localidade, submetê-los a exames em outro estabelecimento de ensino.

§ 2º Não poderá, sob pena de nulidade, ser prestada prova de uma disciplina perante examinador que, no decurso dos estudos de segundo ciclo, a tenha ensinado, no todo ou em parte, ao examinando.

Art. 64. Considerar-se-á habilitado, para efeito de conclusão de qualquer dos cursos de que trata esta lei, o candidato que, nos exames de licença, licença, satisfizer as duas condições seguintes : a) obter, no conjunto das disciplinas, a nota geral cinco pelo menos ; b) obter, em cada disciplina, a nota quatro pelo menos.

§ 1º A nota geral será a média aritmética das notas de todas as disciplinas.

§ 2º A nota de cada disciplina será a média aritmética das notas, da prova escrita e da prova oral ou, quando o exame constar somente de uma prova, a nota desta.

Art. 65. O candidato à repetição dos exames de licença, por não os ter completado ou neles não haver sido habilitado, poderá eximir-se das provas relativas à disciplina ou às disciplinas em que anteriormente houver obtido a nota sete pelo menos. Nesse caso, será o resultado anterior computado para o cálculo da nota geral dos novos exames de licença.

Art. 66. Os exames de licença não processados em estabelecimento federal de ensino correrão sob inspeção especial do Ministério da Educação.

Art. 67. O onus decorrente da realização dos exames de licença constituirá encargo da pessoa natural ou jurídica responsável pela manutenção do estabelecimento de ensino em que eles se processarem.

CAPÍTULO XVI

DOS CERTIFICADOS

Art. 68. Aos alunos que concluírem o curso ginásial conferir-se-á o certificado de licença ginásial ; aos que concluírem o curso clássico ou o curso científico conferir-se-á respectivamente o certificado de licença clássica ou o certificado de licença científica.

Parágrafo único. Permitir-se-á a revalidação de certificados da natureza dos de que trata este artigo, conferidos por estabelecimento estrangeiro de ensino secundário, de reconhecida idoneidade, uma vez satisfeitas as exigências de adaptação relativamente ao plano de estudos da presente lei.

TÍTULO V

Da organização escolar

CAPÍTULO I

DO ENSINO OFICIAL E DO ENSINO LIVRE

Art. 69. O ensino secundário será ministrado pelos poderes públicos, e é livre à iniciativa particular.

Art. 70. As pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimento de ensino secundário, são consideradas como no desempenho de função de caráter público. Cabem-lhes em matéria educativa os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público.

CAPÍTULO II

DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO FEDERAIS, EQUIPARADOS RECONHECIDOS

Art. 71. Além dos estabelecimentos de ensino secundário federais, mantidos sob a responsabilidade direta da União, haverá no país duas outras modalidades de estabelecimentos de ensino secundário : os equiparados e os reconhecidos.

§ 1º Estabelecimentos de ensino secundário, equiparados serão os mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

§ 2º Estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos serão os mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

Art. 72. Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, aos estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento.

Parágrafo único. A equiparação ou o reconhecimento será suspenso ou cassado sempre que o estabelecimento de ensino secundário, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar as condições de eficiência indispensáveis.

Art. 73. Os estabelecimentos de ensino secundário colocados sob administração dos Territórios não poderão validamente funcionar sem prévia autorização do Ministério da Educação.

Art. 74. Os estabelecimentos de ensino secundário federais, não incluídos na administração do Ministério da Educação, com este se articularão para fins de cooperação administrativa e pedagógica.

CAPÍTULO III

DA INSPEÇÃO FEDERAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO EQUIPARADOS E RECONHECIDOS

Art. 75. O Ministério da Educação exercerá inspeção sobre os estabelecimentos de ensino secundário equiparados e reconhecidos.

§ 1º A inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica.

§ 2º A inspeção limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência escolares.

Art. 76. A inspeção de que trata o artigo anterior estender-se-á aos estabelecimentos de ensino secundário colocados sob a administração dos Territórios.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Art. 77. A administração de cada estabelecimento de ensino secundário estará enfeixada na autoridade do diretor, que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior, velando por que regularmente se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente no país.

Art. 78. Serão observadas, quanto à administração escolar, nos estabelecimentos de ensino secundário, as seguintes prescrições :

1. Dar-se-á a necessária eficiência aos serviços administrativos, especialmente aos referentes à escrituração e ao arquivo, à conservação material e à ordem do aparelhamento escolar, à saúde escolar e à recreação dos alunos.
2. As matrículas deverão ser limitadas à capacidade didática de cada estabelecimento de ensino secundário.
3. A comunidade escolar buscará contacto com as atividades exteriores, que lhe possam comunicar a força e o

rumo da vida, dentro, todavia, dos limites próprios a assegurar-lhe a distância e a isenção exigidas pela obra educativa.

4. Haverá constante entendimento entre a direção escolar e a família de cada aluno, no interesse da educação deste.

CAPÍTULO V

DOS PROFESSORES

Art. 79. A constituição do corpo docente, em cada estabelecimento de ensino secundário, far-se-á com observância dos seguintes preceitos :

1. Deverão os professores do ensino secundário receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.

2. O provimento, em caráter efetivo, dos professores dos estabelecimentos de ensino secundário federais e equiparados dependerá da prestação de concurso.

3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos exigirse-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registo do Ministério da Educação.

4. Aos professores do ensino secundário será assegurada remuneração condigna, que se pagará pontualmente.

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 80. Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino secundária, a orientação educacional.

Art. 81. E' função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.

Art. 82. Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar por que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica.

Art. 83. São aplicáveis aos orientadores educacionais os preceitos do artigo 79 desta lei, relativos aos professores.

CAPÍTULO VII

DA CONSTRUÇÃO E DO APARELHAMENTO ESCOLAR

Art. 84. Os estabelecimentos de ensino secundário, para que possam validamente funcionar, deverão satisfazer, quanto à construção do edifício ou dos edifícios que utilizarem e quanto ao seu aparelhamento escolar, as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

CAPÍTULO VIII

DO REGIMENTO

Art. 85. Cada estabelecimento de ensino secundário terá um regimento destinado a definir de modo especial a sua organização e a sua vida escolar, e bem assim o seu regime disciplinar.

TÍTULO VI

Das medidas auxiliares

Art. 86. Os poderes públicos tomarão medidas que tenham por objetivo acentuar a gratuidade do ensino secundário oficial.

Art. 87. Nenhuma taxa recairá sobre os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 88. A contribuição exigida dos alunos pelos estabelecimentos particulares de ensino secundário será módica e cobrar-se-á de acordo com normas de caráter geral fixadas pelo Ministério da Educação.

Art. 89. Os poderes públicos, em entendimento e cooperação com os estabelecimentos de ensino secundário, promoverão a instituição de serviços e providências assistenciais que beneficiem os adolescentes necessitados, a que, em atenção à sua vocação e capacidade, deva ser ou esteja sendo dado ensino secundário.

Art. 90. Constitue obrigação dos estabelecimentos de ensino secundário, federais, equiparados e reconhecidos, reservar, anualmente, determinada percentagem de lugares gratuitos e de contribuição reduzida, para adolescentes necessitados. Essa percentagem será fixada, em cada caso, mediante a aplicação de critério geral.

TÍTULO VII

Dos estudos secundários dos maiores de dezenove anos

Art. 91. Aos maiores de dezenove anos será permitida a obtenção do certificado de licença ginásial, em consequência de estudos realizados particularmente, sem a observância do regime escolar exigido por esta lei.

Art. 92. Os candidatos aos exames de licença ginásial, nos termos do artigo anterior, deverão prestá-los em estabelecimento de ensino secundário federal ou equiparado.

Parágrafo único. Os exames de que trata este artigo reger-se-ão pelos preceitos relativos aos exames de licença ginásial próprios dos alunos regulares dos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 93. O certificado de licença ginásial obtido de conformidade com o regime de exceção definido nos dois artigos anteriores dará ao seu portador os mesmos direitos conferidos ao certificado de licença ginásial obtido em virtude de conclusão do curso de primeiro ciclo.

TÍTULO VIII

Disposições finais

Art. 94. Serão expedidos pelo Presidente da República os regulamentos necessários à execução da presente lei. Para o mesmo efeito dessa execução e para execução dos regulamentos que sobre a matéria baixar o Presidente da República, expedirá o ministro da Educação as necessárias instruções.

Art. 95. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 96. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS

Gustavo Capanema.

Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/04/1942 , Página 5798 (Publicação Original)

Decreto-Lei nº 5.441, de 30 de Abril de 1943

Transfere gratuitamente à Fundação Darcí Vargas, para a instalação da Cidade das Meninas, o domínio pleno de terras, que menciona, situadas no Município de Nova Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido gratuitamente à Fundação Darcí Vargas o domínio pleno de uma área de terras compreendida entre a Estrada de Rodagem Rio-Petrópolis, o Canal de Iguassú, o Canal de Capivarí e o Canal do Pilar, figurada na planta constante do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 34.675, de 1942, e desmembrada do próprio nacional Fazenda de São Bento, onde se acha instalado o Núcleo Colonial São Bento, situado no Município de Nova Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A área de terras mencionada no artigo anterior destinar-se-á à instalação, ali, da Cidade das Meninas, a cargo da mesma Fundação Darcí Vargas.

Art. 3º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato de efetivação da transferência da área de terras mencionada no art. 1º, com os elementos técnicos constantes do processo antes citado.

§ 1º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registo de Imoveis competente.

§ 2º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Registo de Imoveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4º Nenhum onus ou contribuição fiscal, a qualquer título, federal, estadual ou municipal, gravará a área de terras, cujo domínio pleno se transfere pelo presente decreto-lei, isenção essa que se estenderá às construções e benfeitorias que na mesma área de terras se fizerem.

Art. 5º O domínio pleno da área de terras mencionada no art. 1º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

- a) se as obras da instalação da Cidade das Meninas não se iniciarem dentro de dois (2) anos, contados da data deste decreto-lei;
- b) se a Fundação Darcí Vargas não der à área de terras de que se trata o destino mencionado no art. 2º;
- c) se a mesma Fundação não preencher as suas finalidades sociais; e,
- d) se, ainda, se extinguir.

Art. 6º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa
Apolonio Salles

Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 04/05/1943 , Página 6755 (Publicação Original).

ANEXO B – Fotos



Foto 1 – Atividades ligadas à avicultura. Fonte: Revista FACR



Foto 2 – Atividades ligadas à horticultura. Fonte: Revista FACR.



Foto 3 – Pátio para as crianças menores. Fonte: Revista FACR.



Foto 4 – Foto do Parque. Fonte: Revista FACR.



Foto 5 – Imagem do lago que ficava em frente ao IDB. Fonte: Revista FACR.



Foto 6 - Foto da alameda de entrada da escola. Fonte: Revista FACR.



Foto 7 - Antigo “anexo” para crianças portadoras de necessidades especiais. Atualmente é um domicílio coletivo.
Fonte: Neiva Vieira da Cunha



Foto 8 – Retrato atual do Instituto Dom Bosco. No interior do prédio, cada antiga sala de aula é uma casa de família. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 9 - IPGV na época do seu funcionamento. Fonte: Revista FACR.



Foto 10 – IPGV nos dias atuais O prédio da antiga escola é hoje a morada de várias famílias. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 11 – IPGV na atualidade. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 12 – Refeitório da Cidade dos Meninos. Fonte: Jornal A Notícia de 25 de Outubro de 1995.



Foto 13 – Fábrica de Gelo Cidade dos Meninos. Fonte: Google Maps - <http://maps.google.com.br>.



Foto 14 – Bombonas para armazenamento de HCH. Essas foram utilizadas para transportar cerca de 40 toneladas para serem incineradas na Reduc. As bombonas da antiga fábrica, segundo os moradores, eram de papelão e, com o passar dos anos se romperam. Fonte: MS, 2002.



Foto 15 – Prédio atual da AMACM, provisoriamente desativado por problemas estruturais. Foto: Elisa dos Anjos



Foto 16 – Reunião da AMACM. Ronaldo lendo a ata e sentadas à mesa Sonia e Zeni. Foto: Elisa dos Anjos.



Foto 17 – Zeni discursando como presidente da AMACM. Foto: Elisa dos Anjos

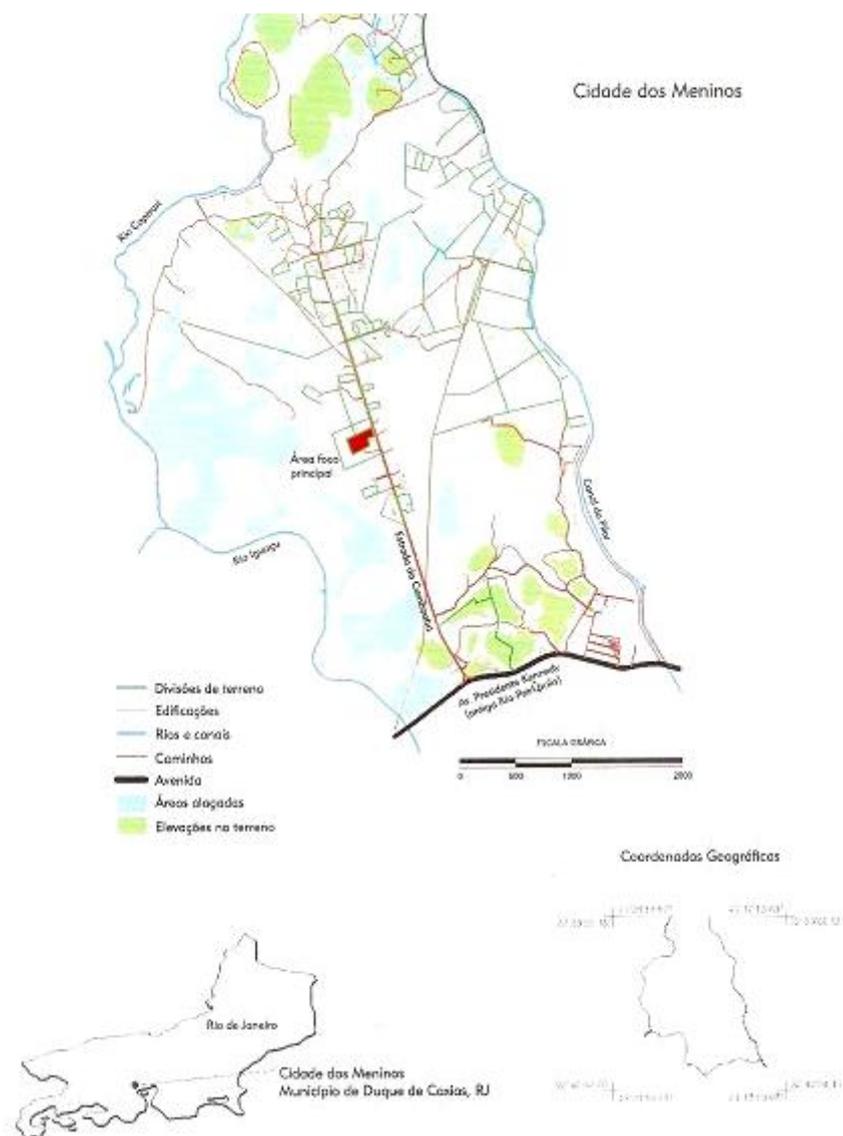


Foto 18 – Mapa da Cidade dos Meninos com destaque para o foco central da contaminação por HCH,
 Fonte: MS, 2002.



Foto 19 - Vista aérea da CM. Fonte: MS, 2002



Foto 20 – Estrada dos Camboabas. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 21 - Ônibus da Viação União. Único que faz o trajeto no interior da CM.

Foto: Blog do PSF da Cidade dos Meninos.



Foto 22 – Unidade de Saúde da Família Cidade dos Meninos. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 23 – Antiga sede da Administração da Cidade dos Meninos. Na atualidade é uma residencia particular. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 24 – Outras residencias na Cidade dos Meninos. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 25 – Parte interna do IPGV. Atenção pra as três moradias de familias diferentes, cada uma ocupando uma sala dessa parte da antiga escola. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 26 – A antiga Vila Malaria. Hoje cada casa é subdivida por dentro em residencias de outras tantas familias.
Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 27 – Menino usando cavalo como meio de transporte. Elemento que caracteriza a Cidade dos Meninos como região rural. Atenção à placa que proibe escavação no local dos dutos enterrados. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 28 – Charrete como veículo de carga e meio de transporte local. Mais uma caracterização típica da vida rural. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 29 – A bicicleta é o veículo mais usado na Cidade dos Meninos. Foto: Neiva Vieira da Cunha



Foto 30 – Em vários pontos da Cidade dos Meninos é possível visualizar essa cena típicaemnte rural do gado pela rua. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 31 – A imagem retrata bem uma das grandes dificuldades dos moradores da Cidade dos Meninos em dias de chuva. Fonte: SVS/MS, 2002.



Foto 32 – Obras do Arco Metropolitano. Foto: Neiva Vieira da Cunha.



Foto 33 – Imagem da passagem que os técnicos que orientam as obras do Arco Metropolitano mandaram abrir para a passagem do gado.



Foto 34 – Escultura em bronze de Darcy Vargas. Em um pedestal com um menino e uma menina. Foto: Elisa dos Anjos

ANEXO C – Reportagens

Produção de Medicamentos da Fábrica do DNERu

A produção de medicamentos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, em 1962, foi de 50 milhões de cruzeiros, que corresponde à terça-parte das vendas dos laboratórios comerciais. A fábrica de produtos farmacêuticos, que funciona no quilômetro 12 da antiga Estrada Rio—Petrópolis, estará instalada, a partir do próximo mês, na Rua Leopoldo Bulhões, 1480.

O GLOBO

26/01/1963

Reportagem 1 – Jornal O Globo de 26 de Janeiro de 1963. A notícia chama a atenção para a fábrica de medicamentos que seria transferida da Cidade dos Meninos para as futuras instalações em Manguinhos. Fonte Acervo da AMACM.

Pó altamente tóxico põe em risco a vida de moradores

ARCÍRIO GOUVÊA
(Da Sucursal da Baixada)

UM ano depois da tragédia ocorrida com o césio 137, em Goiânia, parece não ter servido de alerta às autoridades para assuntos relacionados com a poluição. Na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, a população convive com um cheiro insuportável, dificuldade de respirar, principalmente quando o calor está forte, além de sentir sintomas de enjôo e vômito. O bairro está localizado há um quilômetro de distância e todos já sentem os efeitos provenientes de um enorme depósito de Aldrin ou BHC (Benzeno Hexacloro), um pó altamente tóxico.

Espalhado por cerca de 1 quilômetro quadrado, a meia hora do Centro do Rio, a alguns minutos do Centro de Caxias e poucos metros de um orfanato onde residem 560 crianças, o imenso espelho branco do popular "pó de broca", é o reflexo terrível da negligência e da ameaça à vida das famílias que moram próximo à área — trata-se de um inseticida condenado no Brasil desde 1983, por ser altamente tóxico e letal, que está integrando as brincadeiras de crianças e é vendido nas feiras de Caxias.

O BHC, proibido nos Estados Unidos, desde 1950, age no corpo humano com ação cumulativa,

isto é, vai-se alojando nas células e na corrente sanguínea e mata ou inutiliza as suas vítimas, depois de alguns anos. Mas, até o momento, não há notícia de que alguém tenha morrido em função deste pó.

O local é de difícil acesso e, segundo moradores, o terreno pertence ao Governo federal. O BHC ou Aldrin mistura-se com a vegetação rasteira e em alguns locais formam dunas, que são levadas pelo vento. Um prédio em ruínas mostra que o local servia como depósito do inseticida, até ser proibido pelo Governo. Enormes montes e sacos plásticos denunciam que ele é penetrado e ensacado para ser vendido nas feiras do município ou comercializado com agricultores da área.

Quando a reportagem de UH-Baixada esteve no local não encontrou pessoas trabalhando o produto, mas, segundo moradores, elas fugiram com a aproximação do veículo. No prédio, as ferragens do concreto estão à mostra. A qualquer momento pode desabar, colocando em risco a vida de crianças e animais que vivem por ali. Outro grave problema: a região é cercada por riachos, responsáveis pelo escoamento do produto para a Baía de Guanabara.

Segundo os moradores da região, os antigos proprietários do depósito não se preocuparam em dar



Nenhuma medida preventiva foi tomada contra a poluição provocada pelo pó

fim ao produto, após a sua proibição. Técnicos da Feema, garantem os moradores, nunca estiveram ali para realizar medições referentes ao grau de poluição, nem as autoridades da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Caxias tomaram iniciativa para solucionar o problema. Também não houve pronunciamento da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Defesa da Ecologia em relação ao assunto.

Os inseticidas Hexaclorados são utilizados para matar insetos que atacam a lavoura. No entanto, agem indistintamente contra qualquer ser vivo. Nos Estados Unidos, depois de 30 anos, continuam preocupando as autoridades. Eles agem por ingestão, profundidade e contato.

Criança é a maior vítima

Na casa de Maria Luiza de Azevedo, 18 anos, ninguém mais come carne de galinha. Ela é intragável porque cisca no terreno de depósito onde está o pó. Maria, que mora ao lado do terreno, revela que sua sobrinha de 3 anos, Luís Rins de Azevedo, é doente desde o nascimento. Ela sofre de problemas respiratórios e alérgicos, sente tonturas e enjôos. Outras crianças da área sofrem do mesmo mal, causado pelo ar poluído.

Os bois pastam no local e seu leite e sua carne revelam os moradores possuem cheiro e sabor desagradáveis. "Nós nem criamos mais animais.

Quando eles não morrem ficam ruins de comer", diz Maria Luiza, para explicar: "A gente de fora não se acostuma com isso. Eu já me adaptei porque moro aqui há 18 anos. Mas tem dia que é horrível, difícil de suportar. Ai a gente pega um ônibus e vai para o centro de Caxias para respirar melhor."

Nos arredores do antigo depósito residem cerca de 30 pessoas. A maioria desconhece o problema grave do BHC nos seus quintais. Muitos apanham o pó para vendê-lo a agricultores da região ou nas feiras de Caxias. "É uma forma da gente ganhar dinheiro", diz um menino de 15 anos.

Reportagem 2 – Jornal a Última Hora de 20 de setembro de 1988. Primeira notícia sobre a contaminação. Fonte: Acervo da AMACM.

CIDADE DOS MENINOS

JOSE LUIS CAMPOS DO AMARAL NETO

"UMA CIDADE SEM ESCOLAS E SEM ALUNOS DEVE SER DEMOLIDA" — TALMUD.
 "SE O POVO É SOBERANO, EDUCQUEMOS O SOBERANO" — SARMIENTO.

Sua Excelência o Sr. Governador General Paulo Távres, inaugurando escolas e outros melhoramentos públicos em Duque de Caxias houve por bem alterar o programa oficial traçado pelo dinâmico prefeito municipal, Sr. Joaquim Tenório.

D. Ielêya Gomes de Almeida — a professora — diretora do DEP e S. Excia. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Professor Dr. Luiz de Araújo Braz, após a inauguração do belo anexo da Escola "Anton Dworsak" em Saracuruna lembraram a S. Excia. a existência dentro da grandiosidade de Caxias de uma outra cidade cuja população constituída de crianças trabalhadoras é, em Educação, uma derrota exata, preta de esperanças em floreação para o Estado e o país.

Tratava-se, já se vê, da grandiosa, excelsa obra educacional de uma dama brasileira a qual nenhum elogio basta, dadas suas qualidades incomuns, sua ternura pelos pequeninos, seu amor sem limites pela classe pobre: a grande senhora D. Darcy Vargas.

A hoje Cidade dos Meninos, outrora tão conhecida como Cidade das Meninas, foi assim um póto de desembarque a mais da numerosa e ilustre comitiva governamental.

Parte da população escolar com seus instrumentos musicais reluzentes e seu maestro atento, deu à obra: a nota festiva, alegre de corações no alto. Vinte e duas mestras diplomadas nas cidades de Pádua e Miracema felizes entusiasmadas com a sorte grande que lhes coube por poder viver e colaborar na educação dos miúdos, altas autoridades da Fundação Abrigo do Cristo Redentor, atual instituição mantenedora dessa escola em convênio com o Estado, povo e seiscentas crianças completavam o quadro.

A senhora diretora do DEP viu, por lá, dois lagos e peixes: Anotem: Tilapias — Tilapia melanopleura DUMERIL da família Cichlidae herbívoros, vacas dos pobres na Tailândia e pelo globo estafamado. E o impossível aconteceu: este escrito foi designado recepcionista "ad hoc" de S. Excia. o Sr. Governador...

A fita verde e amarela foi desalada e ali estava o 2º grupo escolar da Cidade dos Meninos: 6 salas de aulas modernas, de mobiliário fabricados por crianças e seus mestres, gabinete da diretora, sala de mestras, biblioteca, museu agrícola-escolar, sala de material escolar, dois W.C. e amolias áreas cobertas.

Estáreo sem precedentes na restauração de patrimônio escolar, Anis de ajudar realmente o Governo e o Povo, trabalho feito com sacrifícios tantos, o ato solene foi um dos pontos altos da memorável visita do Chefe do Governo a Duque de Caxias, S. Excia. prestou ali tão-somente honra ao mérito e os governos valem por gestos desse gabarito.

O parque escolar não para aí, não e não. A Escola Típica Rural da Cidade dos Meninos vai além: 14.000 aves, salas de incubação, embalagem e seleção de ovos, abatedouro de aves, frigorífico e câmaras de congelação.

Suinoicultura e bovinoicultura em escala industrial, horticultura, fruticultura, floricultura, pequeno jardim zoológico, campos agrícolas trabalhados por máquinas em mãos de crianças, etc., etc.

S. Excia. o Sr. Governador do outro lado da baía — Dr. Carlos Lacerda, por conta dos quatrocentos de seu domínio, da ansia de crescer mais e mais mandou demolir o Instituto Profissional Getúlio Vargas, em Bonsucesso, onde aprendiam ofício e estudavam 500 jovens.

Esse outro imenso conjunto educacional foi transferido para a Cidade dos Meninos e lá funcionam: oficinas de artes gráficas, de mecânica e carpintaria, alfabetaria, panificação, tecelagem, em montagem, fundição, etc.

O Departamento de Ensino Médio e a SEAV, sonham vir a instalar nessa mesma cidade dos miúdos um ensino agrícola em futuro próximo: a FACH espera obter recursos para transferir outras escolas suas para aquelas glebas.

Treze milhões de metros quadrados de solo fluminense, terras que avançam por Nova Iguaçu, permitem sonhos assim tão atrevidos por sua grandiosidade...

Por que não depois da era de Getúlio Vargas, em realizações de qualidade em Educação a de Castelo Branco e a do atual Governador da gente fluminense?!

Que S. Excia. o Sr. General Governador e seu eminente Secretário de Educação meditem sobre o caso em tela: o povo quer escolas, mas de qualidade também e com prioridade. A instrução tão-somente é perigosa. Ainda e sempre abrir escolas jamais será fechar prisões ou combater o comunismo...

O alfabetizado vai às urnas, mas em tempo algum será rentável o seu labor, falta-lhe a educação para o trabalho etc., enquanto as escolas típicas rurais e urbanas com créditos reais nos orçamentos do Estado estão a salvar-se. Resão — por que duvidar? — a matriz, nutrir e frutificar de um Brasil abto a dar alimentos ao seu povo e ao Mundo.

A Cidade dos Meninos é uma gota d'água no oceano da técnica educacional de nossos dias.

A vista governamental precisa e deve ser renética, aquela escola: os educadores carecem de estímulos como os peixes de plancton, como as terras de trato nacional como as crianças pobres de amor, como o Estado e o Brasil de técnicos de educação honestos, patriotas, capazes de sacrifícios, estudiosos e a todo o pano...

Santo Antônio dos Brocos, R. J., abril de 1955.

Reportagem 3 – Jornal O Fluminense. Nota elogiosa sobre a obra de Darcy Vargas e o mérito da obra da Cidade dos Meninos. Fonte: Acervo da AMACM.



Complexo abriga 450 crianças em modelo de educação

Rosana Rodrigues

Em uma área de 19 milhões de metros quadrados está instalado o complexo escolar do Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor, que funciona na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias. As quatro instituições congregam atualmente cerca de 450 crianças, a maioria interna, sendo que algumas não possuem vínculo familiar. Elas estudam em uma das duas escolas do local e realizam atividades profissionalizantes. Com capacidade para aproximadamente 800 crianças, a entidade congrega apenas a metade por falta de infra-estrutura, que acabou desativando um dos abrigos.

Os cursos oferecidos são os de confecção de vassouras; panificação; serigrafia; mecânica de automóveis; serralheria; dactilografia; corte costura; barbearia; cestaria; educação para o lar; sessão musical; artesanato; iniciação teatral; karatê e marcenaria, por enquanto desativado. Os alunos passam o dia no complexo, onde estudam em uma das duas escolas públicas de ensino regular e depois vão para os cursos escolhidos. Do total de alunos, cerca

de 115 retornam para casa todos os dias, 120 são internos e só saem nos finais de semana ou durante as férias e 100 não possuem vínculo familiar. Os institutos, que desde 1990 estão sendo mantidos pela LBA, atendem a meninos e meninas de 3 a 18 anos. O complexo era administrado por antigos funcionários do Banco do Brasil, que mantinha convênio com entidades assistenciais. Atualmente o diretor-geral da LBA, Oswaldo Deleuse, há cerca de cinco meses no cargo, está nomeando funcionários da antiga Fundação Cristo Redentor. O atual diretor do complexo educacional, Ronaldo da Silva Leal, juntamente com sua esposa, Rosemere de Castro Julião, também funcionária da entidade, estão tentando recuperar alguns dos prédios e cursos que estavam desativados. Os funcionários não ficam satisfeitos quando relacionam a instituição ao episódio do pó-de-broca, substância tóxica, que era produzida em uma fábrica demolida, que contaminou o ambiente com o seu alto poder de poluição. "Ninguém sabe o trabalho que desenvolvemos aqui. Muitos nem sabem que nós existimos. Sempre que falamos no local, se lembram do pó-de-broca", reclama Ronaldo.

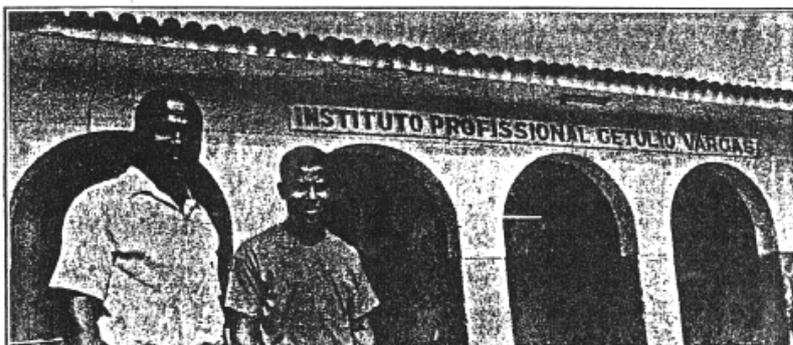
Quadro Geral

Instituto Provedora Margarida Araújo — abriga meninas de 3 a 12 anos e meninos de 3 a 10 anos. Atualmente atende 140 internos. Capacidade: 200 menores.

Instituto Nossa Senhora da Paz — abriga somente a meninas de 11 a 14 anos. Atualmente atende a 70 internos. Capacidade: 150 menores.

Instituto Dom Bosco — abriga meninos de 14 a 18 anos. Atualmente atende a 105 internos. Capacidade: 105 menores.

Instituto Profissional Getúlio Vargas — Atualmente está desativado por falta de funcionários e camas sem manutenção. Capacidade: 250 menores.



Reportagem 4 – Jornal O Municipal de 20 de março de 1993. Matéria elogiosa sobre o modelo de educação na Cidade dos Meninos. Fonte: Acervo da AMACM.

O DIA

29 de set

Manifestação contra o pó-de-broca em Caxias

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal)- Cerca de 100 moradores da Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias fizeram a retirada simbólica do veneno pó-de-broca (hexacloreto de benzeno), ontem pela manhã, para que as autoridades do Ministério da Saúde tomassem providências imediatas para a descontaminação do local, onde foram depositados 400 toneladas do produto. Eles também protestaram contra a liminar de 5 de agosto da juíza de menores da Comarca de Duque de Caxias, Lúcia Maria Miguel da Silva

Lima, que interditou o complexo Abrigo do Cristo Redentor, que abrange quatro institutos e ainda duas escolas públicas, deixando 1.100 crianças sem aula.

O motivo da interdição, segundo a juíza, foi o laudo do exame de sangue feito pela Fiocruz em 180 crianças, onde ficou constatado que 28% dos menores estavam contaminados com o pó-de-broca. Dessas crianças, três tinham atingido um elevado estágio de contaminação, que poderia levar até ao câncer.

Reportagem 5 – Jornal O Dia. Manifestação contrária ao fechamento das escolas. Fonte: Acervo da AMACM.

O DIA

18/01/93

Saúde vai combater o efeito do pó-de-broca

O Ministério da Saúde liberou Cr\$ 400 milhões para iniciar, ainda esta semana, os trabalhos de neutralização do efeito do pó-de-broca, na Cidade dos Meninos, em Caxias. Lá 14 pessoas morrem de câncer nos últimos dez anos, provavelmente devido aos efeitos nocivos da substância tóxica, cujo nome correto é BHC. Técnicos do Ministério da Saúde, Ibama, Feema, Fiocruz, prefeitura de Caxias e representantes da LBA, dona do terreno contaminado, se reuniram ontem e anunciaram um plano de ação, que visa a terminar com o problema no final do semestre. O pó-de-broca se espalhou pela região na década de 40, quando o Ministério da Saúde construiu uma fábrica de BHC, substância que, na época, era utilizada no combate à malária e como inseticida.

Segundo o chefe da divisão de Ecologia Humana e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, Adolpho Hesselring, a primeira etapa do trabalho consiste em demarcar as áreas críticas, sobretudo as próximas à fábrica. Depois, serão escavadas valas de 50 centímetros, onde será misturada a terra contaminada com cal hidratado, que, de acordo com os técnicos, neutraliza o efeito do pó-de-broca. “Esse trabalho será feito por técnicos da prefeitura de Caxias, que também cederá tratores para o serviço. “O serviço começa já na próxima semana”, disse Adolfo. Paralelo a isso, o Ministério da Saúde distribuirá cartilhas à população da Cidade dos Meninos – cerca de 1.500 pessoas – instruindo as pessoas a não usarem a área contaminada.

Caderno de Empregos faz sucesso

O Caderno de Empregos, lançado ontem por O DIA, foi a melhor notícia do domingo, na praia, no passeio ou na roda de samba. A modelo Jéssica Alcântara Nunes, 23 anos, frequentadora assídua da praia de Copacabana na altura da Avenida Prado Júnior, passou na banca e adquiriu um exemplar: “Não penso em largar minha profissão, mas é sempre bom a gente tomar conhecimento da realidade do mercado de trabalho”, disse a morena.

O militar Cleber da Silva, 21, também comprou O DIA já sabendo que estaria encartado o

Reportagem 6 – Jornal O Dia de 1993. Matéria que discute ação para remediar problemas na Cidade dos Meninos. Fonte: Acervo da AMACM.

Pó de broca: 50 famílias serão examinadas

Técnicos do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) colheram ontem amostras de sangue entre 50 famílias que moram perto de uma antiga fábrica, em Duque de Caxias, onde, em julho do ano passado, foi encontrada uma grande quantidade do agrotóxico BHC, conhecido como pó de broca. A fábrica, desativada desde 1974, pertencia ao extinto Instituto de Malaria do Ministério da Saúde, que usava o produto químico para a fabricação de inseticidas usados no controle de endemias rurais. A venda do BHC está proibida desde 1985.

A iniciativa de submeter os moradores da região a exames de sangue partiu do próprio Ministério da Saúde, que responde a uma ação civil pública movida pelo Deputado estadual Carlos Minc (PT). Desde que a

fábrica foi desativada, os moradores das proximidades do Orfanato Cristo Redentor, na Cidade dos Meninos — a quem pertence o terreno — vinham utilizando o pó como inseticida doméstico. Relatórios técnicos feitos pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) indicaram uma alta incidência, junto à população local, de doenças como rinite alérgica, hipertensão e sangramento nasal e das gengivas, provocadas pela contaminação decorrente do contato com o produto.

O sangue coletado será examinado em duas etapas: as análises químicas ficarão sob a responsabilidade do laboratório do Centro Saúde-Escola Germano Sinval Faria e os exames específicos serão feitos pelos técnicos do Cesteh.

Pó-de-broca é retirado pela Defesa Civil

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – Usando roupas apropriadas de PVC e máscaras contra gases, técnicos da Defesa Civil e da Periny Serviços Técnicos de Limpeza Industrial, uma firma especializada na remoção de resíduos tóxicos, iniciaram ontem a tarde a retirada do inseticida BHC (Hexaclobenseno), ou “pó-de-broca” como é mais conhecido, abandonado há quase 30 anos nas terras do orfanato Cidade dos Meninos, no bairro Pilar. A retirada só foi iniciada depois que técnicos das Secretarias estadual e municipal de Saúde coletaram em dois dias amostras de fezes, sangue, e urina de 32 moradores da área onde foi abandonado o tóxico, que é cancerígeno a longo prazo.

Os técnicos da Periny só começaram a remover o pó às 14 horas 30m, depois que mais seis moradores da área foram examinados pelos técnicos da Saúde. Os trabalhos estão sendo feito por quatro homens apenas, vestidos com roupas apropriadas, e que são substituídos a cada hora, sendo que a previsão inicial é de que os trabalhos deverão demorar entre 15 a 20 dias.

Reportagem 8 – Jornal O Dia de 5 de agosto de 1989. Atentar para o prazo de 15 a 20 dias para resolver os problemas na Cidade dos Meninos. Fonte: Acervo da AMACM.